

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

PÂMELA HÉLIA DE OLIVEIRA

**AS FLORES DO BAIRRO RURAL PEROBA DO MUNICÍPIO DE
ITAJUBÁ (MG) FALAM SOBRE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM
PROJETOS DE EXTENSÃO.**

Itajubá-MG

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

PÂMELA HÉLIA DE OLIVEIRA

**AS FLORES DO BAIRRO RURAL PEROBA DO MUNICÍPIO DE
ITAJUBÁ (MG) FALAM SOBRE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM
PROJETOS DE EXTENSÃO.**

**Dissertação submetida à defesa no programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.**

Área de concentração: Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e
Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães
Pereira

Itajubá -MG

2021

PÂMELA HÉLIA DE OLIVEIRA

**AS FLORES DO BAIRRO RURAL PEROBA DO MUNICÍPIO DE
ITAJUBÁ (MG) FALAM SOBRE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM
PROJETOS DE EXTENSÃO.**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção de título de mestra, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

Itajubá-MG, 03 de março de 2021

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães Pereira
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Denise Pereira de Alcântara Ferraz
Avaliadora interna

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Souza Oliveira
Avaliadora externa

Prof.^a Dr.^a Sindynara Ferreira
Avaliadora externa

Dedico este trabalho a todas as pessoas que vivenciaram todo e qualquer tipo de sentimento de indiferença.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a mim por ter mantido a determinação, a coragem e os inúmeros esforços para concluir este trabalho, especialmente porque para que eu conseguisse discutir a respeito da invisibilidade vivenciada pelas mulheres rurais, foi preciso enxergar as suas vulnerabilidades, o que exigiu de mim uma reavaliação, dolorosa e profunda, sobre as minhas fragilidades.

No universo das minhas relações afetivas, agradeço a Sarah Monteiro Cartier pelas palavras de confiança, motivação, ajuda nas leituras e revisões e, por toda a sua atenção, carinho e amor compartilhado comigo. Agradeço também aos seus familiares (Marceli, Paul e Angélica) que, em suas atitudes e olhares, foram amorosos e generosos comigo. A Iracy pelas conversas de confiança e de motivação. Ao “Chico” por sua objetividade e simplificação dos problemas. A Flávia Fernandes pela escuta empática, amiga e compreensiva em meu processo e, Ana Gazzolla que, com sua sabedoria e personalidade enérgica, me inspirou positivamente.

Agradeço aos moradores do bairro rural Peroba pela receptividade, sempre acolhedora e aconchegante; em especial, também, agradeço às mulheres do bairro pelos votos de confiança que, entre conversas, trocas de olhares, sorrisos no cotidiano e ações diárias, revelaram aos meus olhos informações sagradas sobre mim mesma que estavam invisibilizadas.

Em seguida externalizo a minha plena consciência e convicção de que essa dissertação não encontraria a sua forma, se não fosse o precioso apoio das pessoas em que farei menção, sem qualquer distinção, do meu profundo sentimento de gratidão. Assim agradeço:

Ao convite feito por minha orientadora Professora Viviane Guimarães Pereira para conhecer o universo rural que, nas particularidades e nas dificuldades que envolveram a minha Travessia, manteve-se diretiva, empática, confiante e paciente comigo.

Dentro do Núcleo Travessia gostaria de agradecer pelos espaços oportunizados que, além das trocas de conhecimento realizadas nas áreas específicas de cada membro e parceiro, mesmo que eu não tenha tido condições, na ocasião de nutrir a amizade a qual eu gostaria de ter feito crescer, se tornaram pessoas muito queridas em minha memória pois, em suas singularidades, fizeram parte da construção deste trabalho: Tayrine, Ednilson, Samanta Borges, Juliana Boldrin, Thiago, Gabriela, Kalahan e Karinne.

Também gostaria de deixar registrado meu carinho por Samanta Borges que mesmo, nos limites do tempo e espaço, realizou as leituras dos meus projetos de pesquisa, ajuda esta que foi muito determinante para que pudesse me organizar e encontrar o meu objetivo de

pesquisa. Ednilson, um rapaz doce e de boa alma que, quando me encontrei mais confusa e incrédula, me acolheu generosamente com uma boa parte do seu tempo para me ouvir e me ajudar a encontrar o caminho de minha pesquisa.

Tayrine, uma pessoa muito querida que, durante a caminhada do mestrado, Núcleo Travessia, Intcoop e IFSULDEMINAS encheu meus olhos de admiração pela coerência do que vive, diz e faz.

No programa de mestrado foram marcantes e expressivas as trocas de experiências, os direcionamentos, as contribuições, os incentivos e as inspirações dos professores com os quais tive contato: Adilson da Silva Mello, Carlos Alberto Máximo Pimenta, Daniele Ornaghi Sant'Ana, Denise Pereira de Alcântara Ferraz, Daniela Rocha Teixeira Riondet Costa, Lauren Ferreira Colvara, Luiz Felipe Silva. Em relação aos colegas do curso também foram memoráveis os aprendizados e as trajetórias de vida compartilhadas: Peixoto, Sabrina Morais, Vivi, Stéfano, Wilton, Pâmela Fernanda, Eder, Pedro, Michelly, Maria Eloiza e Cenira.

Expresso minha gratidão as professoras que, em suas expertises, sensibilidade e generosidade contribuíram com respeito e empatia para o aprimoramento dessa dissertação tanto no aspecto técnico quanto na inspiração que, em suas condutas seguras, me inspiraram e me ajudaram a acreditar de que eu seria capaz de concluir este trabalho: Maria de Lourdes Souza Oliveira (a Maroca), Bruna Mendes de Vasconcellos, Denise Pereira de Alcântara Ferraz e Sindynara Ferreira.

À professora Daniele Ornaghi Sant'Ana que, no papel de coordenadora do programa, me ouviu com empatia e respeito em minhas dificuldades e, nos meus momentos de desespero, de forma otimista e competente, me apontou aos caminhos adequados a seguir. Agradeço as professoras Mariana Cavalcanti e Eugênia Motta da UERJ que, em tempos de pandemia, se desafiaram a conduzir uma disciplina de forma remota onde, além do seu conteúdo científico ter tocado as almas dos participantes, no meu caso, se configurou como uma disciplina determinante para que pudesse concluir todo o programa do mestrado. Agradeço a Hellen por todo apoio prestado.

Na secretaria da UNIFEI e da UERJ agradeço, respectivamente, ao trabalho, humanizado, comprometido e responsável da servidora Andrezza e do servidor Leonardo que, pontualmente, realizaram as deliberações necessárias para o cumprimento burocrático de minhas obrigações estudantis.

Dentro da Comunidade do IFSULDEMINAS, inicialmente, expressei minha gratidão às políticas públicas de estímulo para que nós, servidoras, tenhamos êxito em nossos objetivos pessoais de qualificação profissional. Assim agradeço ao reitor Marcelo Bregagnoli e sua

equipe de gestão: na PROGEP – Pró Reitoria de Gestão de Pessoas que mantiveram o Programa de Incentivo à Qualificação – PIQ até onde foi possível; Na PROEX – Pró Reitoria de Extensão, nas pessoas do Clebinho, Roselei, Nildo e Juliana Ramos, pelo lançamento e gestão do programa IF Mulher que foi uma política essencial que, para mim, ofereceu as condições necessárias para a coordenação dos projetos os quais me oportunizaram meios de aproximação com o campo de pesquisa.

Vale registrar, também, a importância que foi para a conclusão desta pesquisa, a rigorosidade do cumprimento das atribuições da PROGEP que, fielmente, ao lançar em data regular o edital 103/2020 de Licença para Capacitação me permitiu, com calma e harmonia, dedicar-me, inteiramente, para os ajustes finais deste trabalho. Por esse afastamento, registro, a minha gratidão por todo apoio concedido pela Cássia (inclusive com o empréstimo, imediato, de seu notebook), ao Brega pelo exemplo e profissionalismo e ao Claudio pela conduta ética, amiga, responsável e correta no trabalho.

Muito obrigada!

“Provavelmente a indiferença seja a maior e mais cruel das maldades humanas, pois ela significa que eu nem sequer estou lhe vendo.”

Leandro Karnal.

Resumo

Esta pesquisa faz parte de um conjunto de projetos de extensão universitária que foram realizados e articulados pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Núcleo Travessia e suas parcerias que, com as mulheres do bairro rural Peroba do município de Itajubá-MG, propiciou uma discussão interdisciplinar a respeito do compromisso da Extensão Universitária para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar. Considerando a condição das mulheres do bairro rural Peroba de desvalorização e de invisibilidade nas atividades que realizam no âmbito doméstico e público, da questão da divisão sexual do trabalho que reside na composição familiar e que se intensifica na realidade local em que o bairro sofre pela falta de serviços públicos essenciais, buscamos estudar se a atuação da extensão universitária promoveu melhorias nas condições de vida das mulheres do bairro rural Peroba que participaram dos dois projetos de extensão, nos anos de 2018 e 2019, em editais específicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. A metodologia empregada se deu por meio de uma investigação qualitativa de natureza interpretativa de condução analítica que de forma cíclica e transversal perpassou por várias áreas interdisciplinares e utilizou-se da técnica da pesquisa participante, da observação, da conversação e de entrevistas semiestruturadas. No alcance final desta pesquisa constatamos que, as ações de extensão universitária não alcançaram mudanças expressivas no âmbito doméstico, pois as tarefas domésticas mantiveram-se pesadas sob os ombros femininos e, com a participação delas nos encontros durante os anos de 2018 a 2019, a rotina intensificou-se. Por outro lado, verificamos que, embora as relações tenham prevalecido na máxima da divisão sexual do trabalho, os projetos de extensão estimularam as mulheres para a transformação do pensar e do saber em relação a condição de desvalorização e de sujeição dentro da composição familiar. No âmbito público, identificamos que ocorreram mudanças na realidade das mulheres do bairro rural Peroba, pois os espaços de socialização que foram oportunizados se constituíram como uma ferramenta diretiva para a autorreflexão e para o desenvolvimento da independência individual e coletiva. Concluímos que as mudanças identificadas nos âmbitos domésticos, públicos e as implicações dos projetos de extensão no grupo de mulheres "Mãos que cultivam carinho" contribuíram para o desenvolvimento da autonomia das mulheres que se constituiu como uma ação diretiva e viável para o processo, individual e coletivo, de melhoria das condições de vida das mulheres do bairro rural Peroba. Por fim, considerando os impactos de toda a ordem gerados na sociedade pelo covid-19 recomendamos que, as pesquisas futuras, busquem aprofundar a discussão sobre as circunstâncias em que a extensão universitária se faz presente ou não mediante as inúmeras dificuldades que as mulheres enfrentam na seara da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Extensão Universitária; Extensão Rural; Mulheres Rurais; Agricultura Familiar.

Abstract

This research is contained in a set of university extension projects that were carried out and articulated by Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Núcleo Travessia and their partnerships that, with women rural from the rural neighborhood Peroba of the municipality of Itajubá-MG, favored an interdisciplinary discussion about the University Extension's commitment to improving the living conditions of rural women in the context of family farming. Considering the condition of women from the rural neighborhood Peroba of depreciation and invisibility in the activities they carry out in the domestic and public space, the problem of the labor that resides in the family composition and that is intensified in the local reality in which the neighborhood suffers from lack of essentials public services, we seek to study if the actuation of university extension promoted if the actuation of university extension promoted improved in their conditions life of the women rural from the rural neighborhood Peroba that participated of two extension projects realized in the years 2018 e 2019 in specific edicts of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. The methodology was carried out by a qualitative investigation of interpretative nature that a cyclic and transversal way per passed by several interdisciplinary areas and used the technique of participatory research, observation, conversation, and semi-structured interviews. In the final reach of this research, we found that university extension actions did not obtain expressive changes in the domestic space because the heavy of the household chores remained under women shoulders and with their participation in the meetings during the years 2018 to 2019 the routine intensified. Other side we found that although relationships prevailed at the axiom of the sexual division of labor, the extension projects encouraged women to transform thinking and knowledge in respect of the condition of devaluation and subjection they were within the family composition. In public space, we identified that have been occurred changes in the reality of women from the rural neighborhood Peroba because the socialization spaces that were provided became a guiding tool for self-reflection and for the development of individual and collective independence. We conclude that the identified changes in the domestic and public spaces and the implications of the extension's projects with the women's group "Mãos que cultivam carinho" contributed to the development of women's autonomy, which constituted a directive and viable action for the process, individual and collective, of improvement living conditions of women in the rural neighborhood of Peroba. Finally, considering the impacts of the whole order generated in society coming by covid-19, we recommend that future research seek to advance in the discussion of under which circumstances the university extension is present or not due the countless difficulties that woman face in the field of family farming.

Keywords: University Extension; Rural Extension; Rural Women; Family farming.

Sumário

1. OPORTUNIDADES E OBSERVAÇÕES	17
1.1 A execução dos projetos de extensão	21
1.2 Objetivo geral	27
1.2.1 Objetivos específicos	27
1.3 Itajubá, bairro rural Peroba e o local dos encontros.	27
2. NAS CONJECTURAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	34
2.1. A condição da mulher na agricultura familiar	41
2.2. Os trajetos percorridos da extensão rural.....	48
2.2.1 Os programas de extensão universitária	51
3. O PERCURSO METODOLÓGICO	55
3.1. O tipo de pesquisa.....	55
3.2. O Instrumento utilizado	57
3.3. As mulheres participantes, as etapas de trabalho e o tempo de execução	59
3.4. Formas de tratamento e análise dos dados obtidos	62
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
4.1. A realidade das mulheres do bairro rural Peroba no âmbito doméstico	65
4.2. A realidade das mulheres do bairro rural Peroba no âmbito público.....	69
4.3. As implicações dos dois projetos de extensão no grupo de mulheres “Mãos que cultivam carinho”.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
APÊNDICE I - RELATORIA DOS ENCONTROS– ANO 2018	95
APÊNDICE II - RELATORIA DOS ENCONTROS - ANO 2019	112
APÊNDICE III – ROTEIRO DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO – DRP	116
APÊNDICE IV – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	117
APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO	118

Lista de Figuras

Figura 1 - Dia de inscrição para o edital 73/2018 na sala de aula da Escola Municipal de Santa Rita. Peroba, Itajubá/MG, 2018.....	23
Figura 2 - Encontro de conclusão do projeto aprovado no edital nº89/2017 do IFSULDEMINAS. Peroba, Itajubá/MG, 2018.	24
Figura 3 - Encontro sobre gestão financeira do projeto aprovado no edital nº160/2018. Peroba, Itajubá/MG, 2019.	25
Figura 4 - Densidade demográfica dos moradores do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2020.	29
Figura 5 - Imagem satélite da localização da antiga escola Santa Rita no bairro Peroba. Itajubá/MG, 2020.	30
Figura 6 - Fotografia do ponto final da estrada que chega ao núcleo do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.	30
Figura 7 - Paróquia Santa Rita de Cássia do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.....	31
Figura 8 - Antiga Escola Municipal Santa Rita do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.	32
Figura 9 - Dia de encontro pratico com a dinâmica da “Cozinha Criativa” realizada na cozinha da antiga Escola do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.	32
Figura 10 - Horta na propriedade de um morador do bairro rural Peroba e pasto no fundo. Peroba, Itajubá/MG, 2018.	33
Figura 11 - Grau de Campesinidade. Itajubá/MG, 2020.	38
Figura 12 - A dinâmica do trabalho de pesquisa em sequência circular. Itajubá/MG, 2021....	63
Figura 13 - Extensionista conduzindo a discussão. Itajubá-MG,2018.	97
Figura 14 - Participantes do encontro em discussão. Itajubá-MG, 2018.....	97
Figura 15 - Convite de divulgação da estreia na feira. Itajubá-MG, 2018.	98
Figura 16 - Produtos do grupo de mulheres sendo levados até a Feira. Itajubá-MG, 2018.	98
Figura 17 - Primeiro dia de comercialização na feira. Itajubá-MG, 2018.....	99
Figura 18 - Divulgação na cidade e região da estreia das mulheres na feira. Itajubá-MG, 2018.	99
Figura 19 - Dinâmica do processo de formação do grupo de mulheres. Itajubá-MG, 2018. .	100
Figura 20 - Preenchimento do formulário do edital do PNAE. Itajubá-MG, 2018.	101
Figura 21 - Requisitos para a participação do grupo no PNAE. Itajubá-MG, 2018.....	102
Figura 22 - Rótulo da rosquinha de coco. Itajubá-MG, 2018.....	103
Figura 23 - Rótulo da rosquinha de nata. Itajubá-MG, 2018.....	103
Figura 24 - Encontro com as "Quitadeiras dos Ouros". Itajubá-MG, 2018.....	106
Figura 25 - Montagem por tarjetas das atividades desempenhadas pelas mulheres. Itajubá-MG, 2018.....	108
Figura 26 - Último encontro do projeto de extensão. Itajubá-MG, 2018.	111
Figura 27 - Fotografia do detalhamento do processo de produção do grupo I. Itajubá-MG, 2019.	112
Figura 28 - Bolachinhas enriquecidas com beterraba. Itajubá-MG, 2019.....	113
Figura 29 - Bolachinhas de limão com erva cidreira. Itajubá-MG, 2019.....	114
Figura 30 - Aula prática de elaboração de pomada natural para a cicatrização de feridas. Itajubá-MG, 2019.	115

Lista de Quadros

Quadro 1 - Instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa. Itajubá/MG, 2020.....	57
Quadro 2 - Projetos Aprovados em 2018 e 2019 pelo IFSULDEMINAS. Itajubá/MG, 2020.	59
Quadro 3 - Editais de seleção do IFSULDEMINAS. Itajubá/MG, 2020.	59
Quadro 4 - Procedimentos para as coletas dos dados para a pesquisa. Itajubá/MG, 2021.....	61
Quadro 5 - Perfil geral das mulheres participantes na pesquisa. Itajubá/MG, 2020.	65

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Universo de pessoas participantes nos projetos aprovados. Itajubá/MG, 2020.60

Lista de Siglas

- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- DRP – Diagnóstico Rural Participativo
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAEM – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
- FNS - Fundo Nacional de Solidariedade
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Universidades Públicas
- GESP – Grupo de Extensão de São Pedro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IES – Instituições de Ensino Superior
- IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
- INTECOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- NÚCLEO TRAVESSIA – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
- PLANF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNEU – Política Nacional de Extensão Universitária
- PPG DTECS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
- PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

SINAPOM – Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

1. OPORTUNIDADES E OBSERVAÇÕES

Meu primeiro contato com a educação profissional, técnica e tecnológica ocorreu a partir da minha formação em 2008, no curso Técnico Subsequente em Informática, concluído na antiga Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, hoje IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. Nesse mesmo ano as discussões políticas da segunda fase de expansão da oferta pública de educação profissional e tecnológica se materializaram na integração das instituições federais de educação profissional, técnica e tecnológica por meio da promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou trinta e oito Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica dentro da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - RFEPCT.

Nesse cenário a educação profissional e tecnológica, conhecida pela oferta de cursos profissionalizantes, fazia parte de uma estratégia da política de desenvolvimento nacional, regional e local do governo Lula que, com a instalação dos Institutos Federais em todo o território nacional, tinha por objetivo a ampliação das ofertas de vagas de ensino público gratuito e de qualidade em todos os níveis de educação para milhões de cidadãos brasileiros.

Com a Lei nº11.892/2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS foi criado por meio da integração das três Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho com a missão institucional de “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do sul de Minas Gerais” (IFSULDEMINAS, 2020a).

No ano de 2009 a Reitoria órgão administrativo da instituição passou a funcionar fisicamente na cidade de Pouso Alegre - MG e contava, inicialmente, apenas com treze servidores e, na medida em que o programa de expansão da Rede Federal avançou, foi necessária a chegada de novos funcionários para estruturar as equipes de trabalho e foi nesse contexto em que fui aprovada e nomeada, em 2010, no concurso da instituição para ocupar o cargo de Técnica em Tecnologia da Informação (IFSULDEMINAS, 2020b).

De acordo com as minhas prévias habilidades profissionais, fui lotada no setor de Assessoria de Comunicação da Reitoria e, nesse local de atuação, pude acompanhar e compreender as diversas ações desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS na oferta de educação pública, gratuita e de qualidade e com o conhecimento de vários projetos que articulam ensino,

pesquisa e extensão para atender as demandas e as necessidades da região do Sul de Minas Gerais.

No ano de 2011 fui convidada pelo professor Sérgio Pedini para coordenar o setor da Ouvidora Institucional, canal de mediação e de comunicação direta com a sociedade. No cumprimento das responsabilidades inerentes a função a mim confiada notei que uma política se tornou, reiteradas vezes, assunto no atendimento: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

O PRONATEC foi lançado para atender dois problemas sociais, sendo o primeiro relacionado as indústrias que buscavam mão de obra qualificada e a redução das taxas de desemprego que, portanto, atendia pessoas de baixa escolaridade e o segundo quanto aos trabalhadores de pouca qualificação profissional, sobretudo os jovens e os desempregados. O recurso financeiro aplicado ao programa cobriu os gastos com professores, infraestrutura e insumos que, devido a condição de vulnerabilidade do público-alvo, também contemplou o custeio do transporte, alimentação e do material didático dos alunos matriculados.

Dessa forma, devido a abrangência que o programa PRONATEC atingiu no Brasil entre os anos de 2012 a 2015, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX conduziu essa política com o lançamento de vários editais de cursos de extensão de Formação Inicial e Continuada – FIC para a seleção de alunos e de professores em que, somente no IFSULDEMINAS, mais de 20 mil vagas foram ofertadas e divulgadas (IFSULDEMINAS, 2020c).

Durante esse período participei de alguns editais do PRONATEC e fui classificada para atuar como professora em cursos FIC nas áreas de inglês e de informática na cidade de Pouso Alegre e nos municípios circunvizinhos: Carvalhópolis, Monte Sião e Poço Fundo. O programa evidenciou a capilaridade das ações de extensão do IFSULDEMINAS bem como marcou a minha caminhada, especialmente em razão das trocas de experiências que tive em sala de aula com os agricultores familiares da cidade de Poço Fundo que estavam interessados em aprender a utilizar o computador.

Com a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - PPG DTecS da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, tive a oportunidade de conhecer, por meio de um convite de minha orientadora, os trabalhos realizados pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Núcleo Travessia, que me aproximaram e me permitiram interagir com uma equipe interdisciplinar formada por professores, estudantes e profissionais afins.

O Núcleo Travessia surgiu em julho de 2015, de forma espontânea, por meio de um coletivo de pessoas composto por pesquisadores de diferentes áreas de formações interessados em discutir, pesquisar e promover ações que contemplem a realidade estudada que permeiam o tema do desenvolvimento rural considerando a preservação dos saberes locais e o fortalecimento da agricultura familiar e, além disso, prestar apoio as lutas sociais (PARREIRA BRITO; BORGES PEREIRA; BOLDRIN; LIMA E SILVA; GUIMARÃES PEREIRA, 2020).

O Núcleo Travessia está ligado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade do PPG DTecS da UNIFEI e, desde então, por meio da organização de espaços de estudos, de reuniões, eventos, pesquisas, projetos e entre outras ações concretizou em sua pasta de trabalho: três projetos de extensão financiados pela UNIFEI, dois projetos de extensão de capacitação FIC financiados pelo IFSULDEMINAS, um projeto financiado pelo Fundo Nacional de Solidariedade – FNS da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, além de um trabalho de graduação e duas dissertações de mestrado (PARREIRA BRITO; BORGES PEREIRA; BOLDRIN; LIMA E SILVA; GUIMARÃES PEREIRA, 2020).

Na ocasião em que entrei no Núcleo Travessia, em 2017 estava em execução o projeto de extensão universitária aprovado na UNIFEI: “Economia Solidária no bairro rural Peroba – Itajubá – MG: geração de renda e emancipação social das mulheres rurais” focado em trabalhar os conceitos de economia solidária na comunidade e na promoção da capacitação do grupo de mulheres para a utilização de técnicas de processamento e beneficiamento de frutas que, por meio dessa proposta, contribuiu no processo de emancipação econômica e social das mulheres do bairro rural Peroba.

Após ter participado das reuniões de planejamento e das leituras dos grupos de estudos promovidos pelo Núcleo Travessia, passei a perceber que, para além de minha experiência circunscrita nas capacitações do programa da linha PRONATEC no IFSULDEMINAS, as ações de extensão vão além da simples transmissão do conhecimento acadêmico, pois se realiza por uma tarefa árdua que envolve a criação de espaços de diálogos com trocas de saberes e interações constantes e permanentes primadas pela indissociabilidade do ensino e da pesquisa.

Notei que havia muito que compreender e aprender e, nesse intuito, minha primeira aproximação com o local da pesquisa foi com a minha participação no encontro promovido pelo Núcleo Travessia sobre economia solidária no bairro rural Peroba que reuniu jovens, homens e mulheres por meio de oficinas. O resultado dessa ação revelou várias demandas

coletivas, sendo umas delas expressa pelo interesse da comunidade de que as moradoras do bairro participassem de uma capacitação.

Assim um novo encontro foi realizado com as mulheres interessadas para discutir e definir, em conjunto, quais as capacitações que contemplariam os interesses delas, a viabilidade física e as matérias-primas disponíveis e necessárias para a execução. Na desativada escola Municipal Santa Rita de Cássia dez mulheres foram capacitadas e certificadas, por uma extensionista qualificada, no processamento, beneficiamento e manipulação da produção local para a transformação em doces, geleias, compotas e conservas. Essa capacitação de 40 horas, na área da agroindústria doméstica, fez parte do conjunto de ações do projeto de extensão da UNIFEI articulado pelo Núcleo Travessia.

Durante o mês de dezembro do corrente ano, em um final de semana, foi realizada a comemoração da parceria consolidada entre os moradores do bairro rural Peroba e o Núcleo Travessia. Houve confraternização, trocas de vivências e experiências, brincadeiras, gincanas e outras atrações e, além disso, uma missa também foi celebrada na ocasião.

Após a missa, o Núcleo Travessia apresentou dois vídeos realizados pelos jovens da comunidade que registraram durante todo o ano as atividades desenvolvidas e, no final do evento, as mulheres da comunidade realizaram a entrega, para cada um dos membros do Núcleo Travessia, das geleias que produziram para simbolizar os laços estabelecidos, a auto-organização do grupo de mulheres que estava sendo formado e o agradecimento pela parceria construída.

Toda a experiência adquirida durante o ano de 2017 com os trabalhos de extensão do Núcleo Travessia e estudos realizados, me fez enxergar que os espaços rurais revelam costumes, tradições e identidades de um modo de vida e de trabalho em que as práticas sociais se expressam por meio de uma realidade subjetiva própria. Os discursos e as atuações das mulheres do bairro rural Peroba também me chamaram a atenção sobre o forte interesse delas em realizarem outras atividades, além das domésticas, haja visto o engajamento e participação na capacitação para a agroindústria e na exposição e comercialização dos produtos nos espaços públicos.

Inserida na realidade local das mulheres do bairro rural Peroba, surgiu uma oportunidade de dar continuidade às ações de extensão já iniciadas pelo Núcleo Travessia. A PROEX do IFSULDEMINAS havia lançado o primeiro edital do Programa Institucional de Capacitação de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social, chamado de IF Mulher.

Com essa oportunidade, durante o ano de 2018 o projeto “Formação das Mulheres Rurais na Organização de Grupos Produtivos” e, no ano seguinte sobre as mesmas condições e no mesmo formato, o segundo projeto intitulado “Técnicas de produção e comercialização com boas práticas de manipulação de alimentos” foram realizados com as mulheres do bairro rural Peroba. A seguir será feito um breve relato em que os dois projetos de extensão foram aprovados e realizados.

1.1 A execução dos projetos de extensão

A PROEX do ISULDEMINAS publicou o edital 89 em 20 de dezembro de 2017 que previu a seleção de propostas de extensão para o programa IF Mulher, que tinha por objetivo à criação de cursos de capacitação FIC para mulheres em situação de vulnerabilidade social, focados na inclusão social e econômica e na melhoria da qualidade de vida por meio da geração de renda. Um dos requisitos do edital era que a coordenação dessas propostas fosse conduzida por servidores ativos da Instituição (IFSULDEMINAS, 2017).

Nesse contexto a pesquisadora viu a possibilidade da construção de um novo projeto de extensão que contemplasse as demandas do grupo recém-formado pelas mulheres do bairro rural Peroba “Mãos que cultivam carinho”. O projeto foi construído em um curto período com a participação de duas representantes do Núcleo Travessia em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Intcoop.

Aprovado pelo IFSULDEMINAS em março de 2018 uma reunião foi realizada com o grupo de mulheres para comunicá-las do ocorrido e para consultá-las se estavam interessadas na execução do curso FIC. Foi esclarecido de que se tratava de um projeto de extensão que seria acompanhado e assessorado pelo Núcleo Travessia com parceria da Intcoop e financiado pelo IFSULDEMINAS que tinha por objetivo a condução de um processo formativo que, na forma de encontros, propiciaria espaços de discussão sobre temas que visassem contribuir na organização do grupo. Além disso, o projeto também previa o pagamento de bolsas de auxílio as participantes que comprovassem condições de vulnerabilidade social.

Na reunião foi informado que, para a inscrição das participantes no projeto, era necessária a apresentação dos documentos básicos de identificação, incluindo o cadastro único ou bolsa família e o número da conta nominal no banco. Depois de conversado sobre os requisitos de execução do projeto as mulheres se comprometeram a analisarem a proposta do projeto e a decidirem, coletivamente.

Na semana seguinte retornaram com a decisão pela não realização do projeto com a justificativa de que, inicialmente, estavam interessadas em um processo de formação centrado na produção e, além disso, em razão da periodicidade dos encontros que seriam semanais, das dificuldades que enfrentavam em termos de transporte público e da falta de disponibilidade de tempo e de recursos financeiros para obterem a documentação exigida, não se viram em condições de aceitar a proposta. Outro fator determinante também para a não aceitação foi de que estavam temerosas que os pagamentos dessas bolsas de extensão pudessem interferir com o cancelamento do recebimento do dinheiro do bolsa família¹.

Compreendido o contexto e os motivos da decisão, no interesse de esclarecer as questões, as propositoras marcaram uma nova reunião. Nesse momento foi discutido sobre as possíveis soluções dos problemas apresentados, em primeiro lugar foi esclarecido de que o projeto não previa cobrir os gastos com um profissional específico para uma capacitação na área de produção, por outro lado, os encontros estariam centrados em oferecer apoio direto frente aos desafios enfrentados pelo grupo de mulheres e, em segundo lugar era possível ajustar a periodicidade para encontros mensais e, por fim, compreendidas as dificuldades vivenciadas naquela realidade local, as propositoras ofereceram apoio e transporte para assessorá-las na obtenção da documentação necessária.

A respeito do pagamento das bolsas de extensão, em razão das características diferenciadas, foi informado de que não haveria qualquer intervenção no bolsa família. Após as explicações realizadas pelas propositoras as mulheres disseram que se sentiram contempladas em suas necessidades de modo que, nessas condições, se viram seguras para participarem do projeto.

A emissão da documentação faltante foi realizada em um dia previamente acordado que contou com o planejamento e o assessoramento do Núcleo Travessia que, em suas parcerias contou com o apoio da Intecoop e com a disponibilização de dois veículos, sendo um do IFSULDEMINAS e outro Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da Prefeitura de Itajubá -MG.

¹ Instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, sob a gestão nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o objetivo de contribuir para a superação da pobreza em três eixos de atuação: transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza; ampliação do acesso a serviços públicos que representam os direitos básicos nas áreas da saúde, educação e assistência social e; coordenação de outras ações em conjunto com outros programas do governo nas três esferas, e da sociedade, para apoiar as famílias na superação da situação de vulnerabilidade e de pobreza. Conforme anunciado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO o programa contribuiu para que o Brasil saísse do Mapa da Fome (BRASIL, 2015).

Com a documentação providenciada, para a formalização do projeto de extensão no IFSULDEMINAS, foi divulgado para as mulheres o dia, horário e local da inscrição para o edital 73/2018, conforme figura 1.

Figura 1 - Dia de inscrição para o edital 73/2018 na sala de aula da Escola Municipal de Santa Rita. Peroba, Itajubá/MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018).

Durante o ano de 2018, conforme relatoria no Apêndice I, seis encontros foram realizados sobre os seguintes temas: 1) as estratégias e a organização do grupo para a estreia na feira, 2) a importância do trabalho coletivo e os caminhos já percorridos pelo grupo, 3) o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE história, diretrizes e operacionalização 4) um intercâmbio de trocas de experiências entre elas com o grupo de “Mulheres dos Ouros” na cidade de Conceição dos Ouros/MG e 5) “Trabalho e Gênero” por meio de uma oficina participativa – DRP que contemplou a autoanálise e autoconhecimento das mulheres quanto às atividades que desempenham no cotidiano.

Antes do sexto encontro, o grupo de mulheres já estava fornecendo bolachinhas de nata e de coco para as escolas da rede municipal do ensino infantil e fundamental do município de Itajubá/MG por meio do programa PNAE². A auto-organização do grupo revelou o esforço coletivo e individual que se deu por meio várias ações, dentre quais foram expressas: com a disponibilidade de uma das integrantes para a abertura de um cadastrado no Portal de Serviços do Governo Federal do Microempreendedor Individual – MEI; com a bolsa de extensão realizaram a compra dos insumos para a produção e para o pagamento das taxas burocráticas para a atuação legal do grupo; e, com a efetivação de uma parceria com a Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região – APRIR.

^{2 2} Política pública antiga que prevê a garantia do fornecimento de merenda nas escolas públicas, conhecido por Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No ano de 2009 recebeu uma nova função social com a promulgação da Lei nº 11.947 pois se tornou um canal de comercialização para a agricultura familiar. (TAYRINE; PEREIRA; SANTOS, 2018).

No último encontro foi realizado coletivamente, conforme figura 2, uma confraternização e avaliação de conclusão dos encontros que foram realizados ao longo do ano. Nesse dia as mulheres foram indagadas sobre o interesse do envio de um novo projeto para o ano de 2019, caso o IFSULDEMINAS lançasse outro edital para o programa IF Mulher, e todas responderam positivamente sob o interesse de participarem em um novo projeto, caso fosse possível.

Figura 2 - Encontro de conclusão do projeto aprovado no edital nº89/2017 do IFSULDEMINAS. Peroba, Itajubá/MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018).

A política do programa IF Mulher do IFSULDEMINAS previu contribuir para as políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da pobreza. Dessa forma, em dezembro de 2018, a PROEX publicou em 26 de dezembro de 2018 o edital 160 para a seleção de projetos de extensão em conformidade com as diretrizes do “Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres - SINAPOM” e com o “Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica” (IFSULDEMINAS, 2018).

Com a experiência adquirida no ano anterior, as proponentes representadas nas Instituições do IFSULDEMINAS, Núcleo Travessia e Intecoop construíram um novo projeto focado em dar continuidade ao trabalho de acompanhamento das ações já iniciadas pelo grupo de mulheres que, na ocasião, já estavam imersas em um processo de recebimento de apoio financeiro do FNS para a compra de utensílios e equipamentos de cozinha necessários para que dessem continuidade na produção destinada ao PNAE.

Com a aprovação do segundo projeto no IFSULDEMINAS, conforme relatoria no Apêndice II, no primeiro e no segundo encontro as mulheres refletiram e apresentaram sobre a

gestão financeira do grupo, o fluxo de caixa, levantaram os resultados do trabalho em termos monetários e fizeram uma autoavaliação quanto a importância que o grupo tem para os projetos de vida de cada uma, conforme figura 3.

Figura 3 - Encontro sobre gestão financeira do projeto aprovado no edital nº160/2018. Peroba, Itajubá/MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019).

O terceiro encontro teve por objetivo convidar as mulheres a pensarem sobre as opções disponíveis nas hortas de suas casas para criarem e inventarem novas formas de produção de alimentos que atendam aos requisitos de venda para o PNAE e ou nas encomendas particulares. No último encontro os conhecimentos sobre plantas medicinais para a produção de chás e remédios foram compartilhados por uma colaboradora voluntária da Prefeitura Municipal de Itajubá-MG.

Motivada pelo meu envolvimento com os trabalhos realizados pelo Núcleo Travessia, no ano de 2017, e pela coordenação desempenhada nos dois projetos de extensão financiados pelo IFSULDEMINAS, nos anos de 2018 e 2019, que contou com a participação do Núcleo Travessia e com a parceria da Intcoop, esta pesquisa teve como tema o compromisso da Extensão Universitária para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar.

Foi nesse contexto em que identificamos a pertinência dessa pesquisa pois, enraizada na via da interdisciplinaridade, faz parte de um conjunto de projetos de extensão que foram promovidos e articulados pelo Núcleo Travessia e suas parcerias que trouxe um campo fértil de discussão, a respeito dos problemas da realidade contemporânea do bairro rural Peroba, entre

os moradores, Intcoop, IFSULDEMINAS, estudantes, docentes, técnicos administrativos da UNIFEI e profissionais de diversas áreas.

Portanto, mediante a experiência da pesquisadora aqui exposta a pergunta que se fez é: A extensão universitária realizada com as mulheres do bairro rural Peroba promoveu melhorias em suas condições de vida? Consideramos que a resposta será contributiva para que instituições afins percebam a abrangência, os resultados e a relevância da sua política de extensão; que a situação da mulher rural seja evidenciada no meio acadêmico por suas formas e singularidades; que as mulheres que participaram no processo constitutivo dessa pesquisa possam fazer uma autorreflexão das mudanças que realizaram ou não em suas vidas e que, outras mulheres nas mesmas condições, sejam alcançadas pelos resultados desta pesquisa, por meios diversos de divulgação e de aproximação, de modo a serem inspiradas a buscar caminhos alternativos de superação das dificuldades enfrentadas.

A referência, compreensão, organização das teorias e das abordagens aplicadas nesta pesquisa fazem parte da linha de Desenvolvimento e Sociedade que compõe o campo interdisciplinar levantado e debatido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedades - PPG-DTescS e que, entre os espaços coletivos de ensino, pesquisa, extensão, intercâmbios e das trocas de experiências realizadas, por diversos ângulos, reuniu em sua essência as discussões que abordaram as tendências de desenvolvimento abrangidas nas áreas da Antropologia, Gênero, Sociologia, Desenvolvimento Rural, Economia, Sustentabilidade, Tecnologia e Política.

Dessa forma a condução metodológica para este trabalho foi realizada mediante o cuidado de criar uma relação dialética da teoria com a função de ouvir e de interpretar as falas das mulheres que participaram da pesquisa de modo a explicar o fenômeno estudado pautado por uma postura ética com a ciência considerando os diversos pontos de vista, temas e problemas suscitados.

Para trilhar os caminhos que garantam uma resposta confiável, a seguir foram reunidos os objetivos e as características gerais do local da realidade vivenciada pelas mulheres que participaram dos projetos de extensão.

1.2 Objetivo geral

Pesquisar a atuação da extensão universitária na vida das mulheres do bairro rural Peroba que participaram dos dois projetos de extensão, nos anos de 2018 e 2019, em editais específicos do IFSULDEMINAS.

1.2.1 Objetivos específicos

- Identificar se houve mudanças na vida das mulheres por meio das ações dos projetos de extensão universitária.
- Investigar as implicações dos dois projetos de extensão do IFSULDEMINAS no grupo de mulheres do bairro rural Peroba, no município de Itajubá-MG.

1.3 Itajubá, bairro rural Peroba e o local dos encontros.

O município de Itajubá faz parte da região sul mineira que, no início do século XVIII, contribuiu significativamente para o abastecimento dos mercados locais e interprovinciais. Na referida época, o primeiro núcleo de ocupação da população Itajubense se deu no alto da Serra da Mantiqueira com a atividade da catação de ouro, no entanto, a qualidade do produto extraído não resultou em riquezas e, dessa forma, a produção agropecuária diversificada ficou voltada para o consumo de subsistência e para a comercialização de fumo e da pecuária que se tornaram as principais atividades da cidade (SOBRINHO, 2009).

Cruz (2009) identificou que, em razão do histórico de colonização, a paisagem rural do circuito de Itajubá é composta por grande concentração de bairros distribuídos por diversas altitudes ao entorno da serra da Mantiqueira com núcleos densos e outros espalhados. Na paisagem verificou a predominância de casas de tijolos, capelinhas, morros, riachos e de lavradores na labuta das plantações de arroz. Entre as pequenas casas dos sitiantes que circundam ao pé do morro, as estradas de terra se unem e dão acesso a pequenos núcleos de povoamento.

Na atualidade, a principal atividade econômica do município continua sendo a agropecuária seguida da atividade da indústria nas áreas de eletromecânica, aeronáutica e mecânica fina (UNIFEI, 2020). Segundo o IBGE (2011) no último censo demográfico, a população de Itajubá era de 90.658 pessoas, sendo que 50,9% abrangeram o universo feminino e do total de habitantes 7.894 eram moradores da zona rural.

Conforme pesquisa feita no Google Maps (2020) o município sul mineiro Itajubense tem altitude de 850 metros e distância a 315 km do Rio de Janeiro, 445 km de Belo Horizonte e 261 km de São Paulo. O acesso rodoviário passa pelas principais rodovias do país, sendo a BR-459 que dá acesso à Dutra, Fernão Dias e BR-383 cujo trecho é conhecido por Rodovia Itajubá-Maria da Fé sendo esse o trecho que dá acesso a estrada da Serra dos Toledos que se conecta a estrada do Retiro que, por sua vez, dá acesso a estrada Serra da Peroba.

Para abordarmos o bairro rural Peroba nos atentamos a revisão conceitual realizada por Halley (2014) da palavra bairro que considerou que se trata de um termo de uso frequente por todo o país que permite localizar uma população de uma cidade ou vila e que, também, pode ser representado por aspectos do interior de um pequeno povoado, arraial ou arrabalde os quais são encontrados em aglomerados rurais situados no estado de Minas Gerais.

A partir dos anos 40 uma série de estudos de geografia e sociologia classificaram o termo bairro como espaços diversos e organizados pela convivência de moradores do campo que são portadores de uma consciência coletiva e de uma identidade local com laços de parentesco, de parceria e de vizinhança. Segundo Halley (2014) os moradores de bairro são portadores de características marcantes:

Desde os primeiros estudos, o bairro é definido como um espaço vivido e sentido pelos seus moradores em sintomáticas e variadas relações interpessoais, normalmente exercitadas nos pontos de encontro mais significativos da população (igreja, praça, escola etc.). E ainda, um grupo de vizinhança disperso, portador de características marcantes, e, por conseguinte, reveladoras de uma identidade particular aceita por aqueles que ali vivem (HALLEY, 2014, p. 580-581).

Antônio Cândido Sousa na sua obra clássica "Os Parceiros do Rio Bonito" descreveu sobre o povoamento da zona rural da antiga cidade interiorana paulista Rio Bonito, que na atualidade recebeu o nome de Bofete. Assim entendeu que bairro rural faz parte da integração de dois elementos: o primeiro de base territorial e o segundo por meio do sentimento de localidade que faz parte de um contexto social de algumas ou de muitas famílias agrupadas, de modos de vida peculiares e de práticas distintas com maior ou menor grau de vínculos (CÂNDIDO, 1968).

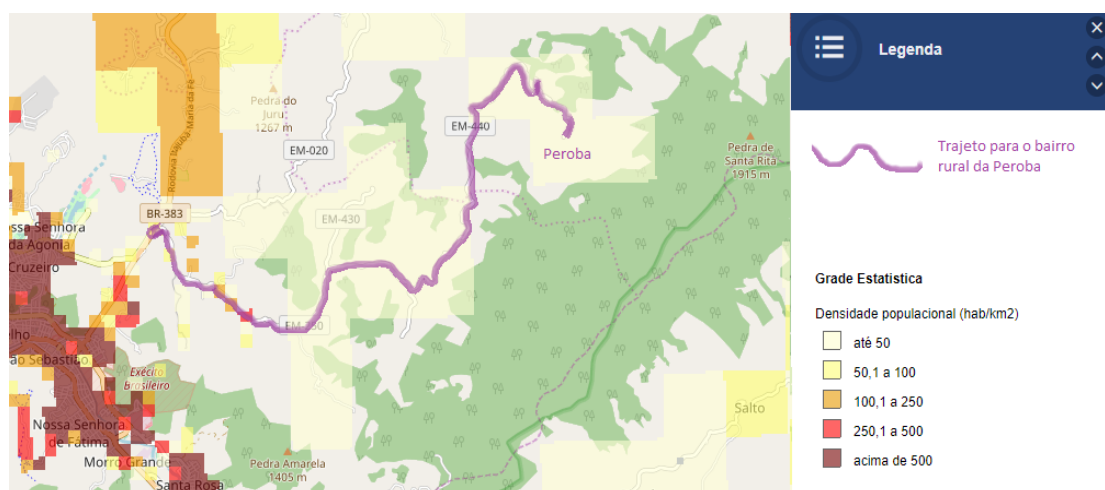
O trabalho de Muller (1966), que fez parte das primeiras teses de Geografia realizadas no Brasil, denominou bairros rurais como uma célula de comunidade rural que se instaura em diversos espaços por uma determinada unidade geográfica suscetível e resistente às mudanças constantes. Os nomes desses bairros podem ser definidos no início de um povoamento ou por

uma dinâmica estabelecida entre os moradores que, por diferentes graus de parentesco ou de vizinhança, afirmam a sua identidade por fatores alusivos ao local que pode ser representado por uma igreja, capela, venda, rios, córregos, padroeiros ou santos.

A realidade do bairro rural Peroba é coerente com a descrição dos autores Muller (1966), Cândido (1968) e Halley (2014). Conforme Lima e Silva *et al.* (2020) de acordo com os relatos dos moradores do bairro rural Peroba a identidade do bairro se deu por alusão a atividade local que era centrada na extração de árvores de Peroba sendo que, inicialmente, eram conhecidos por moradores do bairro Fumaça Preta. No entanto, em razão das lembranças duras e difíceis desses tempos dos carvoeiros e da dinâmica identitária que envolve parentesco e vínculos de ajuda mútua entre os moradores a identidade que prevaleceu para os moradores é de bairro rural Peroba. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2014) o declínio da atividade de extração de Peroba no Brasil ocorreu pela derrubada de florestas que deram lugar à agricultura e à pecuária, situação que reflete a realidade atual do bairro.

O bairro rural Peroba encontra-se ao lado da área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira. A parte alta do território do município, possui mais de 1.250 metros de altitude e distância do centro do município Itajubense por aproximadamente 16 quilômetros e o tempo médio do trajeto é de 40 minutos. De acordo com o mapa interativo do IBGE (2020), na figura 4, a densidade demográfica revela que o bairro conta com a média de até 100 moradores.

Figura 4 - Densidade demográfica dos moradores do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2020.

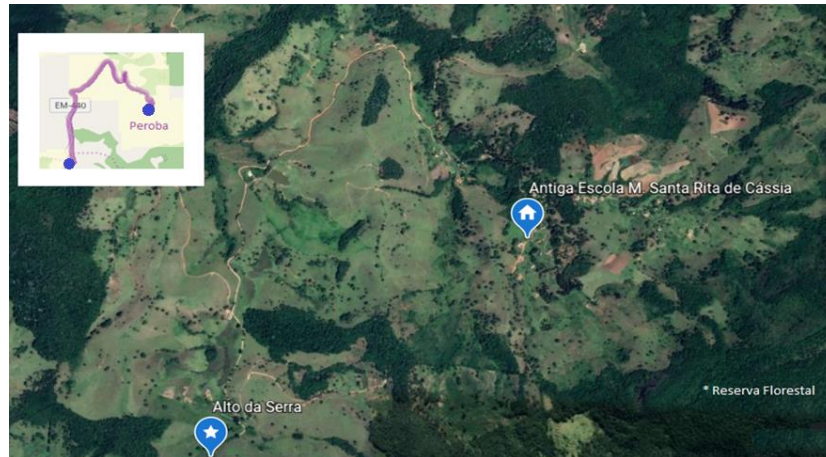


Fonte: Adaptado pela autora do sistema de Mapas Interativos – IBGE (2020).

Durante o trajeto até o bairro rural Peroba as paisagens revelaram uma região de muitas montanhas, com pastos e muitas araucárias, conforme figura 5. As nascentes de água, também, são umas das características naturais do bairro, pois além de suprirem as necessidades dos

moradores atendem, aproximadamente, 40% do sistema de abastecimento de água do município de Itajubá-MG (BATTISTON, 2019). Do alto da serra, local em que inicia a estrada da serra Peroba, as casas ficam espalhadas no trajeto e o núcleo do bairro encontra-se na parte alta, ao lado da área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira.

Figura 5 - Imagem satélite da localização da antiga escola Santa Rita no bairro Peroba. Itajubá/MG, 2020.



Fonte: Adaptado pela autora do sistema Google Earth (2020).

O núcleo do bairro encontra-se no final da estrada Peroba, conforme figura 6, sendo o acesso à direita para a antiga escola Municipal de Santa Rita de Cássia e poucos metros à frente para a Paróquia Santa Rita de Cássia. Entre a igreja e a escola, ao lado direito do final da estrada, fica localizada a área de convivência e o campo de futebol. Verificou-se ao entorno uma concentração maior de casas.

Figura 6 - Fotografia do ponto final da estrada que chega ao núcleo do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019).

Em devoção à padroeira de Santa Rita de Cássia, conforme os relatos, os moradores realizam suas missas quinzenalmente na igreja Santa Rita de Cássia, na figura 7, local que simboliza a religiosidade dos moradores e onde as festas de interação social, homenagens, novenas, da arrecadação de doações para a manutenção da Igreja, entre sorteios de prendas e outras atividades, são realizadas conforme o calendário litúrgico.

Figura 7 - Paróquia Santa Rita de Cássia do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019).

A antiga escola municipal Santa Rita, identificada na figura 8, foi inaugurada em 1970 com a oferta do Ensino Fundamental. Sua estrutura é composta por uma sala de atendimento administrativo, uma sala de aula com quadro, arquivo, cadeiras e mesas, um refeitório, uma dispensa e um banheiro. Ao longo dos 35 anos de funcionamento, a maioria dos moradores se formaram nessa escola. A desativação da escola foi realizada na época a contragosto dos moradores com a justificativa de que os gastos com a unidade eram muito altos, ao passo que, havia uma quantidade muito pequena de alunos em sala de aula e, dessa forma, desde 2005 a educação básica das crianças do bairro rural Peroba foi transferida para o núcleo urbano do município de Itajubá-MG.

Figura 8 - Antiga Escola Municipal Santa Rita do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019).

A escola, mesmo desativada pela Prefeitura para a educação básica, tem sido ponto de: atendimento mensal de posto médico de saúde, aulas de catequese, pequenas confraternizações e também foi o local onde o grupo de mulheres “Mãos que cultivam carinho” realizaram reuniões, participaram dos encontros, teóricos e práticos, dos projetos de extensão e, com as adequações necessárias na cozinha, transformou-se numa agroindústria rural e foi local onde realizaram as primeiras produções fornecidas para o PNAE, conforme figura 9.

Figura 9 - Dia de encontro pratico com a dinâmica da “Cozinha Criativa” realizada na cozinha da antiga Escola do bairro rural Peroba. Itajubá/MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019).

Observou-se que os serviços de rede elétrica, internet e de telefonia móvel chegavam até os moradores do bairro e que, as principais atividades desenvolvidas eram da criação de

gado leiteiro e de hortas convencionais e orgânicas. A produção agrícola e agroindustrial, conforme figura 10, eram comercializadas em pedidos de encomendas, feiras locais, restaurantes, supermercados e em programas específicos, por associações e no PNAE.

Figura 10 - Horta na propriedade de um morador do bairro rural Peroba e pasto no fundo. Peroba, Itajubá/MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018).

Segundo Lima (2020) a vida no bairro rural Peroba, em suas particularidades e especificidades, define-se como de agricultores familiares com contornos do modo de vida camponês. Apontou que as atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores são integradas aos mercados por uma organização própria pautada na relação da terra, trabalho e família e, quando impactados pelo sistema capitalista por suas diversas maneiras, se adaptam e se recriam em novas condições sociais de modo a garantirem a sua permanência no mundo rural.

Foi por meio dessas informações preliminares do bairro rural Peroba que este trabalho inseriu-se para somar aos debates das pesquisas interdisciplinares que abordam o tema da extensão rural e universitária considerando seu compromisso para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar.

Assim o próximo capítulo foi construído por meio de uma revisão bibliográfica que teve por intuito reunir e destacar, dentre as diversas teorias que abordam a categoria agricultura familiar, os modos de vida das famílias agricultoras que, com maior ou menor grau de campesinidade, tende a ser tratada de forma homogeneizada nos estudos tradicionais que, inclusive, também não se atentam ao importante papel das mulheres dentro do processo de reprodução social dessas famílias.

2. NAS CONJECTURAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O tema da agricultura familiar se fundamenta em um universo complexo e heterogêneo que, para ser compreendido, deve ser tratado com cuidado e destreza. No Brasil o termo popularizou-se nos anos 90 quando foi incluído como propriedade no lançamento do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF. Em seguida com as reivindicações dos movimentos sociais e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foi oficializado como a primeira política a nível federativo que priorizou a pauta do pequeno produtor³, ou seja, a produção de modo familiar em suas particularidades (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Nos anos seguintes o debate da agricultura familiar seguiu, majoritariamente, centrado na operacionalização do “conceito”, ou seja, na formulação de políticas públicas que se orientavam pela caracterização geral de um grupo social heterogêneo (ALTAFIN, 2007).

Nesse sentido com a promulgação da Lei da Agricultura familiar nº 11.326/06, em de 24 de julho de 2006, o termo foi oficializado e passou a ser reconhecido como categoria profissional. Os conceitos da lei foram basilares para o lançamento das políticas públicas futuras e para o Censo Agropecuário de 2006 que, apresentou nos seus resultados, distinções significativas da produção advinda do trabalho familiar com a produção conhecida como “não familiar” (PICOLOTTO, 2014).

Segundo Altafin (2007), no meio acadêmico, duas perspectivas teóricas favoreceram a discussão sobre a agricultura familiar: a primeira no emprego de uma nova categoria isenta de raízes camponesas que, na atualidade, é fruto das transformações advindas do desenvolvimento capitalista; a segunda no entendimento de que esta é derivada de um conjunto evolutivo de raízes históricas do modo de vida camponês.

Conforme Oliveira (2018) as pesquisas que abordam o tema da agricultura familiar, para serem validadas, devem levar em consideração as particularidades em que as diversas realidades se apresentam. Esclareceu Marques (2008) que a utilização generalizada do termo

³ Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) complementam que os agricultores familiares, historicamente, foram conhecidos por produtores de subsistência, camponeses, pequenos produtores ou produtores de baixa renda.

faz parte de um contexto político tendencioso que visava empobrecer e ignorar a permanência do modo de vida camponês, assim como afirmou Campos (2006):

Generalizou-se o nome agricultura familiar. E essa agricultura familiar é considerada mais avançada se estiver integrada às grandes agroindústrias. Até o programa de crédito da agricultura familiar – PRONAF – se baseia nessa concepção de que aquele que produz prioritariamente para o autoconsumo é atrasado, não tem viabilidade econômica. E, por isso, deve receber financiamentos para ter condições de produzir prioritariamente para o mercado, integrando-se o máximo possível a alguma cadeia produtiva do agronegócio (CAMPOS, 2006, p. 160).

Anteriormente a essa discussão já indicava Molina (1974) que a pequena participação dos produtores de subsistência no mercado não descaracterizava a agricultura camponesa e nem representava o seu desaparecimento, uma vez que, sua característica fundamental se instaura na fusão da economia doméstica com a economia empresarial em que ambas estão alicerçadas no trabalho familiar para o autoconsumo e para a produção de mercadorias. Assim, mesmo subordinados dentro do sistema capitalista, o modo de vida camponês se reproduz, tal como afirmaram, também, Souza e Santos (2013):

Para os defensores da agricultura familiar, o discurso pauta-se nas possibilidades de melhoria da renda do produtor, sendo o mesmo inserido no mercado, esquecendo-se que essa inserção se faz de forma subordinada, e cuja dependência com relação às grandes empresas é tamanha que acaba por reduzir esses agricultores familiares à mera força de trabalho para o capital. Por outro lado, no que se refere à agricultura camponesa, cabe destacar que embora esses se subordinem à lógica capitalista, isto se faz como possibilidade de continuar se reproduzindo socialmente (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 461).

Sob o mesmo ponto de vista Oliveira (1986) afirmou que os elementos estruturais da produção camponesa não têm por finalidade a acumulação de capital, mas sim, a ajuda mútua que se realiza por uma organização flexível de práticas de trabalho que gera produção tanto para a subsistência quanto para a comercialização de excedentes com o propósito de satisfazer as necessidades de reprodução e da conservação das condições de vida. Dessa forma o campesinato se desenvolve dentro do capitalismo, segundo Oliveira (1986):

Mais recentemente, um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para eles o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1986, p.11).

Wanderley (2014) esclareceu que, em razão das múltiplas referências identitária de grupos sociais que constroem o seu modo de vida e trabalho por laços familiares e de vizinhança, os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser considerados como equivalentes. Por essa abrangência conceitual que o campesinato, por suas especificidades, se reproduz dentro do capitalismo, de acordo com Wanderley (1989):

[..] As estatísticas de todos os países são unânimes em apontar o fenômeno do êxodo rural, que expressa, na maioria dos casos, o abandono da condição de pequeno produtor, rumo a uma proletarização, frequentemente definitiva e vivida nas cidades. Nesse sentido, o campesinato, continua a representar um “viveiro de proletários” tanto mais amplo quanto a modernização da agricultura impõe uma redução absoluta da população ativa deste setor. Apesar do movimento nesta direção, a economia familiar que se reproduz nas condições modernas da produção agrícola tem como base não um conjunto de produtores pauperizados, em vias de proletarização, mas amplas “camadas médias” de agricultores. Estas camadas não são, certamente, homogêneas, mas a diferenciação que se pode observar não implica necessariamente em sua decomposição. É neste sentido que assume particular importância a reflexão de Chayanov sobre o processo de diferenciação interna, cuja base é a evolução na composição da família (WANDERLEY, 1989, p. 150).

O economista e engenheiro Chayanov (1989) foi o precursor dessa proposição, em sua clássica obra “*La organización de la unidad económica campesina*” em que analisou que há na unidade econômica camponesa uma lógica que, regida por uma racionalidade própria de organização da unidade familiar, objetiva satisfazer suas necessidades por um balanço entre o consumo e a exploração da força de trabalho. A unidade econômica de produção camponesa se constitui como um dos elementos de sustentação do sistema econômico da sociedade, segundo Chayanov (1981):

A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento deste sistema é retirado, todo o edifício desaba. [...] Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo (CHAYANOV, 1981, p.136).

Chayanov (1974) considerou a economia camponesa como um fenômeno em si, pois as decisões de produção e de consumo estão relacionadas aos fatores internos da unidade familiar. O balanço entre a força empregada e as necessidades de consumo da unidade está relacionado

a um conjunto indissociável de variáveis dependentes que envolvem o trabalho associado aos membros aptos e não aptos (dinâmica demográfica⁴) e a disponibilidade da terra.

Além de suprir as necessidades de subsistência, quando gerado excedentes na produção, ocorre a presença do capital, portanto não se trata de uma mudança de classe dos camponeses para o modo de produção capitalista, mas de uma estratégia de resistência, de reprodução da família camponesa e de melhorias na qualidade de vida, como por exemplo, a diminuição da carga de trabalho (CHAYANOV, 1974).

Em atenção aos estudos que propõem a compreensão da capacidade de adaptação do modo de vida camponês, Klass Woortmann (1990) afirmou que a organização interna da composição familiar, mesmo em culturas distintas e em diversas situações, se articula por três categorias balizadoras sendo a terra, o trabalho e a família. Esses elementos associados a valores e princípios como a reciprocidade, honra e hierarquia, constituem uma ordem moral em que o autor chamou de campesinidade a qual é divergente da moral social regida pela ordem econômica.

As considerações de Almeida (2006) tenderam nessa mesma concepção quando declarou que a campesinidade pode ser examinada dentro de uma ordem moral, de grau maior ou menor em grupos situados em lugares e tempos distintos. Segundo Marques (2008) esse grau pode ser avaliado de acordo com o nível de integração desses grupos com a sociedade moderna-capitalista. Nessa acepção, conforme figura 11, quanto menor a ordem moral de um determinado grupo maior o nível de integração com a sociedade moderna capitalista e, quanto maior a ordem moral, menor será o nível de integração com a sociedade moderna capitalista.

⁴ A idade e a quantidade de filhos é uma variável que altera a composição familiar e, logicamente, muda o processo produtivo familiar, pois por meio dessa variável a família com filhos pequenos terá uma força de trabalho diferente e elaborará estratégias de resistência distintas da família que possui filhos maiores para complementar a força de trabalho da composição familiar.

Figura 11 - Grau de Campesinidade. Itajubá/MG, 2020.



Fonte: Adaptado pela autora nas teorias de Woortman (1990), Almeida (2006) e Marques (2008).

Na pesquisa internacional realizada nos países Canadá, França, Polônia, Tunísia e Brasil, Hughes Lamarche (1993) avaliou, comparativamente, a lógica da organização do sistema familiar camponês quanto ao grau de dependência com o mercado. Para o autor, a exploração familiar estabelece uma relação com o mercado de maior ou menor grau:

Independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção (LAMARCHE, 1993, p.13).

O resultado da pesquisa trouxe dois modelos de correlação estreita, sendo o primeiro de agricultura camponesa e de subsistência e o segundo da agricultura familiar moderna, em que ambos os modelos revelaram em sua essência a mão de obra familiar, a qual mesmo com o trabalho assalariado, apresentou-se de forma estratégica para garantir o acesso à terra e a reprodução familiar (LAMARCHE, 1993).

Para o economista Abramovay (1992) são inegáveis os traços históricos do modo de vida camponês na agricultura familiar, no entanto, os interesses do capitalismo, as conjunturas políticas e econômicas fizeram com que o núcleo familiar passasse a conduzir o seu comportamento com o intento de realizar sua integração aos mercados e aos avanços tecnológicos, contexto o qual se apresenta de forma totalmente distinta das raízes históricas do modo de vida camponês. Dessa forma, existe um “abismo social” entre camponeses e agricultores:

O que se escamoteia sob o nome de “pequena produção” é o abismo social que separa os camponeses – para os quais o desenvolvimento do capitalista significa a fatal desestruturação – de agricultores profissionais – que vem se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (ABRAMOVAY, 1992, p.211).

Na referida diferenciação conceitual, o autor considerou que a agricultura familiar é representada por um modelo de organização da agricultura centrado em vantagens sociais, econômicas e ambientais, ou seja, oposto ao modelo familiar de racionalidade camponesa empregado nos estudos clássicos europeus (ABRAMOVAY, 1992).

Partindo por esse ponto de vista, consideramos, que são inegáveis as inúmeras e diversas as intervenções da sociedade moderna-capitalista no modo de vida camponês dentro da agricultura familiar. Retrato dessa proposição foi manifestado no estudo antropológico realizado no estado de Goiás por Gross e Underwood (1971) que revelaram os resultados que foram prejudiciais para a manutenção de vida dos moradores rurais pois, com a passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial por meio da produção sisaleira, se tornaram dependentes do comércio local e, conseqüentemente, ficaram mais empobrecidos e privados dos alimentos essenciais.

O clássico estudo sobre migração rural-urbana de Durhan (1973) revelou o enfraquecimento dos camponeses em razão das pressões da modernização da agricultura que influenciaram a mão de obra familiar e as técnicas tradicionais da agricultura de subsistência, pois desvalorizou os trabalhos das comunidades rurais e assim ficaram condicionados a interagirem com a economia monetária para encontrarem meios de subsistência e resistência. Para Durhan (1973):

[...] o produtor se vê forçado a dedicar uma parte crescente dos seus esforços à produção de mercadorias, negligenciando a produção de subsistência. Decai o artesanato doméstico e diminui, inclusive, a produção de alimentos (DURHAN, 1973, p. 114-115).

Em pesquisa feita com os camponeses dos bairros rurais no município de Joanópolis, Brandão (1999a) apontou os impactos negativos da entrada do estilo de vida urbano no modo de vida camponês mediante ao discurso alicerçado da entrada do progresso:

[...] para "os da roça", uma perda visível e vivenciada de algumas qualidades que fazem ser "boa" a vida cotidiana e tradicional do "homem do campo" mesmo quando "pobre" e "dura". Antes da chegada do asfalto entre a via D. Pedro I e Joanópolis, os bairros rurais e os sítios da serra eram mais isolados, mas muito mais seguros: primeiro, porque eram habitados apenas pela "gente do lugar" conhecida e confiável; segundo, porque os que antes vinham, por

difíceis caminhos de barro, eram raros e bons, quase sempre conhecidos por alguém; terceiro, porque hoje em dia, "com as facilidades, chegam bons e maus", e as estradas rápidas facilitam a fuga dos maus. "Os homens dos sítios" estão mais do que acostumados com estradas sem asfalto e transitam por elas há muitos anos, primeiro sobre ou com animais; depois, com carros velhos (fuscas e Brasília predominam) ou apropriados para as condições rurais. [...] nos últimos anos, algum progresso, trouxe também benefícios para as pessoas do lugar. Mas, de modo geral, sendo alguma coisa externamente favorável, ele pode ser internamente uma perda, ou a ameaça de perdas de uma vida rústica e precária, mas vivida como ainda segura, confiável e até mesmo "farta", de um ponto de vista estritamente "camponês". Sendo o progresso sinal de presença de um estilo forâneo e urbano de vida, ele não transforma de uma maneira favorável a vida dos sítios, e ameaça trazer "de fora" agentes de mudanças cuja presença poderosa poderia alterar um estilo de vida cuja experiência ancestral realizada fora da linha de frente do progresso, é, em boa medida, a sua condição (Brandão, 1999a, p. 21-22).

Rodrigues *et al.* (2017) também discutiram sobre isso em sua pesquisa no município de Santa Rosa de Lima no estado de Santa Catarina quando mencionaram que a proposta municipal de fechamento das escolas rurais na cidade foi conduzida na promessa de melhoria na qualidade do ensino mediante a disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas urbanas. O resultado dessa decisão se deu com o enfraquecimento, político e cultural, dos moradores dos bairros rurais.

Maia (2000) verificou as trajetórias de homens e mulheres nas comunidades camponesas no Médio Jequitinhonha e constatou que, para manterem as estratégias de sobrevivência e de reprodução social, combinaram a agricultura de subsistência com trocas de mercado e a migração sazonal dos homens para o corte de cana no interior de São Paulo. Segundo a autora essa adaptação familiar foi fundamental para manter os valores morais, os princípios da solidariedade e de reciprocidade na vida cotidiana da composição familiar:

[..] As trocas eram feitas entre famílias, por isso, nelas estão imbricados outros valores que vão além de meras relações econômicas; através delas se estreitam relações sociais e se reforçam alianças. Esse tipo de relação de trabalho demonstra como não são unicamente as leis de mercado que regulam e determinam a ação econômica dos indivíduos. [...] Essas estratégias traduziram-se na combinação da agricultura de subsistência, praticada a partir de formas tradicionais de solidariedade, com trocas de mercado, através da migração sazonal dos homens, principalmente para o corte de cana no interior de São Paulo [...] (MAIA, 2000, p. 158).

Dessa forma verificamos que para “os da roça” os efeitos da entrada do capitalismo são múltiplos, pois, se de um lado apresenta-se como um agente de mudança favorável, de outro ponto pode ser uma perda interna (BRANDÃO, 1999a). Logo para Marques (2008) os camponeses ficaram mais conscientes das categorias que os conectam a ética camponesa e,

assim, a campesinidade se configura como um projeto de vida e de luta que se opõe ao movimento imposto à lógica do capital.

Portanto nesse estudo admitimos que, mesmo com as interferências do capitalismo nos diversos tempos e contextos sociais, o modo de vida camponês permanece na agricultura familiar em suas múltiplas referências identitária manifestadas em maior ou menor grau por meio dos traços característicos da campesinidade na organização familiar. Assim como mencionado por Wanderley (2003) que entre as particularidades de cada situação e as múltiplas referências, cabe ao pesquisador perceber o sujeito da pesquisa sob a perspectiva de rupturas e de continuidades entre o camponês tradicional e o agricultor moderno.

Além disso, consideramos pertinente acrescentar nessa discussão, a crítica de Siliprandi (2015) quando afirmou que boa parte dos estudos tradicionais da agricultura familiar ocupa-se de uma ideia primária de que os objetivos de todos os membros da família são integrados e homogeneizados por um único propósito: o de garantir o modo de vida por meio da resistência, no entanto, não costumam levar em consideração o protagonismo de cada membro que compõem o conjunto familiar, nesse caso, em relação ao papel desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar.

Consoante a esse ponto de vista Woortmann (2004) asseverou que a mulher também possui seus próprios espaços e a sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família camponesa quanto a do homem. Assim um simples movimento de aproximação não se configura em captar toda a realidade do camponês, ou seja, é preciso que seja feita uma interação aprofundada para que mais respeito e compreensão sejam proferidos. Em busca disso, no próximo capítulo propusemos compreender, na atualidade com uma revisão bibliográfica, a condição da mulher na agricultura familiar.

2.1. A condição da mulher na agricultura familiar

Para o desígnio proposto devemos considerar que, inicialmente, a discussão contemporânea na sociedade sobre a divisão sexual do trabalho se efetivou no campo da divisão social do trabalho no bojo que compreende as questões urbanas. Nessa acepção a relação social de sexo, oriunda de um processo de legitimação desde o início da humanidade, se estruturou por características que são predominantes em dois princípios de organização: o primeiro da separação, em que existem trabalhos exclusivos aos homens, conhecidos por produtivos e trabalhos que são pertencentes somente às mulheres: os reprodutivos; e o segundo da

hierarquização, no sentido de que há uma ideia naturalizada de que o trabalho dos homens possui mais valia do que o trabalho das mulheres (KERGOAT, 2003).

Nessa lógica Hirata e Kergoat (2007) abordaram a divisão sexual do trabalho em quatro situações: (1) tradicional: a mulher tem responsabilidade com o trabalho doméstico e o homem com o trabalho produtivo; (2) de conciliação: a mulher realiza o trabalho doméstico e trabalha fora enquanto o homem se mantém somente no trabalho produtivo; (3) de parceria: supõe-se a igualdade de gênero, na divisão das tarefas domésticas e do cuidado; (4) da delegação: em que as mulheres ocupam altos cargos e profissões de nível superior, porém, passam a delegar a outras mulheres as atividades domésticas e do cuidado.

No sistema capitalista e econômico vigente, a mulher encontra-se em situação de desvalorização e subordinação do trabalho que desempenha, pois historicamente já exercia as atividades domésticas e, no processo de transição da sociedade (princípio da troca ou permuta) o mercado passou a definir que o esforço físico ou mental seria fonte de trabalho produtivo remunerado. Assim as mulheres ficaram com a maior parte do ônus, pois, já que na busca de valorar o trabalho doméstico, passaram a cumprir longas jornadas de trabalho, sendo estas não pagas em casa (trabalhos reprodutivos) somadas com as de fora do lar (trabalhos produtivos). Em razão de cumprirem essa dupla jornada, as mulheres ficaram com as menores possibilidades de conquistarem bons empregos e ou de ascensão profissional (PAULILO, 2004).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgaram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2019 que convergiram nesse entendimento, os dados revelaram no âmbito nacional, que as mulheres continuam a dedicar quase o dobro do tempo para os afazeres domésticos e os cuidados de pessoas, o equivalente a 21,4 horas de trabalho por semana, do que comparado com os homens que empregaram 11 horas de trabalho por semana (IBGE, 2020).

Deste modo, nas relações sociais dos sexos concebidas e analisadas como desiguais, assimétricas e hierarquizadas, deve-se realizar um olhar amplificado no termo “trabalho”. Por uma perspectiva multidimensional, o trabalho doméstico em sua totalidade, necessita ser avaliado por suas formas objetivas, subjetivas, individuais e coletivas com o trabalho remunerado que, nas questões transversais que envolvem família, mercado e economia desencadeiam uma série de conflitos sobre as relações de poder entre homens e mulheres que, de modo consequente, incitam discussões sobre a divisão sexual do trabalho por uma multiplicidade de situações (HIRATA, 2002).

Nesse caso, no universo da agricultura familiar, conforme a nota da Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA/Brasil, desde o início da humanidade, é fato incontestado quanto à participação das mulheres no processo constitutivo dos saberes e das práticas vinculadas à agricultura, no entanto, a lógica do sistema patriarcal associada ao sistema organizativo e hierárquico social tende a amplificar a atuação do homem e a ignorar a ação da mulher, não reconhecendo o seu trabalho doméstico e produtivo dentro da unidade familiar e na sociedade (NEVES; SERVOLO, 2013).

Segundo Woortmann (1995) a divisão dos papéis ocorre por uma cultura de concepção biológica que legitima aos homens a aptidão para os trabalhos pesados e as mulheres aos trabalhos leves. Essa lógica, no mundo rural, condiciona o corpo do sexo masculino à ação de abrir a mata, cuidar do gado, cortar madeira entre outras atividades e, para o corpo feminino cabe o cuidado com a casa, a horta, com os filhos e afins.

Ainda, em seu estudo clássico Woortmann (1992) observou, no cotidiano das famílias das comunidades pesqueiras do Nordeste, as relações de tempo, espaço e gênero e formulou a teoria de que a sociedade, independentemente do tempo, tende a classificar o mar como o espaço tipicamente masculino e a terra como o espaço feminino. Dessa forma, considerou que essa classificação metafórica é relativa, uma vez que, tanto no "mar de dentro" quanto na agricultura (terra) e na praia, as atividades são desenvolvidas por homens e mulheres, mas o que ocorre é um discurso político alicerçado por uma separação tradicional de hierarquização que segrega os homens no espaço de fora, onde são reconhecidos e prestigiados, e as mulheres no espaço de dentro.

Para Pacheco (1996) nas estatísticas oficiais ocorre uma forte subestimação quanto ao trabalho produtivo realizado pelas mulheres na seara da agricultura familiar. A premissa dada é que a mulher ocupa o espaço da casa e que a sua principal tarefa é com a atividade doméstica e esta não é expressa em valores financeiros e, tão pouco, reconhecida pela sociedade. O trabalho realizado pelas mulheres no espaço produtivo tem sido entendido como, no máximo, um mero complemento ou uma ajuda ao trabalho masculino em que, frequentemente, as mulheres não são reconhecidas como agentes importantes, sendo as "esposas" dos agricultores e/ou as "ajudantes" dos maridos.

Siliprandi (2004) destacou que uma corrente de estudos tende a dar ênfase na figura do homem como o principal membro, o detentor único de conhecimento e de domínio de toda a cadeia produtiva do estabelecimento familiar. No entanto, em razão do trabalho das mulheres

não gerar rendimentos, a dupla jornada que cumprem não é percebida na sociedade. Sobre essa realidade Melo e Di Sabbato (2006) afirmaram que:

[...] como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos [...] E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino (MELO; DI SABBATO, 2006, p. 54).

O trabalho coletivo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) intitulado “Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça” demonstrou que são muitos os estudos que não dão visibilidade ao papel da mulher enquanto agente ativa de conhecimento das técnicas de produção, além de não reconhecerem a importância do seu papel na agricultura familiar.

Ademais para Paulilo (2016) é de longa data a exclusão das mulheres em várias formas de direito e, no caso das políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que as leis preconizem ações afirmativas de inclusão, na prática os impactos são mínimos, pois uma desvalorização estrutural da atuação da mulher rural ocorre nas instituições e, inclusive, na sua participação dentro do orçamento familiar. De acordo com Butto (2003) dos beneficiários do PRONAF, entre os anos de 1996 e 2002, apenas 7% eram mulheres.

O Censo Agropecuário 1995-1996 o IBGE (1998) apresentou em seus dados estatísticos, por meio da categoria “responsáveis e membros da família (sem remuneração)” que mais de seis milhões de mulheres atuavam na agricultura familiar brasileira e, 87% dessas mulheres, exerciam atividades não remuneradas e atuavam diretamente na produção de subsistência. Tais dados confirmaram a profunda relação de classe e de gênero que desvaloriza o papel da mulher na composição familiar (PAULILO, 2004).

Nesse sentido as mulheres vivenciam o acúmulo de atividades domésticas e produtivas e ainda lidam com a falta de valorização do trabalho que realizam na agricultura familiar. De acordo com Butto (2011) a invisibilidade do papel das mulheres rurais nas atividades que desenvolvem na unidade familiar ocorre em função da ausência de estatísticas oficiais que reflitam de forma precisa de que a unidade familiar não é homogênea e que as relações de hierarquia e de desigualdade de gênero são coexistentes.

Melo e Castilho (2009) convergiram nesse entendimento quando declararam que um dos caminhos viáveis para eliminar o problema da invisibilidade das mulheres na agricultura familiar é com o reconhecimento das atividades desempenhadas por elas, sendo estas as produtivas (de produção de bens de valores ou mercadorias) e as reprodutivas (de cuidados), realizadas tanto no âmbito doméstico (privado) quanto no âmbito público.

Em relação à participação das mulheres nos espaços públicos Fischer (2012) afirmou que essa situação favorece a uma ação reflexiva de questionamento das normas e leis que mantém a lógica cultural vigente de controle hegemônico masculino nas relações sociais, dessa forma, contribui para que as mulheres repensem as representações de mãe e esposa que cumprem dentro da estrutura familiar.

O estudo de Sardenberg (1998) sobre o modo de vida das antigas operárias baianas com crianças constatou que as mulheres pesquisadas buscaram caminhos alternativos para ocuparem os espaços públicos. A participação delas em cursos, eventos e outras atividades públicas se tornaram possível pois, nos cuidados dos filhos, elas se ajudaram de forma mútua (mães, irmãs, sogras e outras mulheres mais próximas).

Nesse raciocínio a abertura de espaços públicos diretivos tem contribuído para a melhoria da autoestima e da condição de vida das mulheres rurais (MÉLO; MORAES; COSTA, 2014). Segundo Souza (2001) o desenvolvimento de grupos de mulheres tem um papel fundamental para a socialização de experiências, pois estes espaços abrem oportunidades de discutirem sobre o seu cotidiano e de romperem o silêncio a que estão frequentemente confinadas de tal modo que começam a refletir sobre a condição de submissão:

Outro aspecto organizativo e político desses grupos era a possibilidade de as mulheres socializarem experiências, descobrirem que seus cotidianos eram parecidos, regidos por normas e valores que as colocavam num lugar de desigualdade subordinada (SOUZA, 2001, p.200).

O livro de Siliprandi (2015) “Mulheres e Agroecologia: transformando as florestas, o campo e as pessoas” também abordou essa questão por meio da experiência da autora durante o acompanhamento direto e ostensivo das lutas travadas pelas mulheres participantes dos movimentos da agricultura familiar em busca de reconhecimento político e social.

Segundo Bruno *et al.* (2011) a liberdade de falar livremente em grupo se configurou como espaço de desenvolvimento da autonomia das mulheres no meio rural. Fernandes e Mota (2014) afirmaram que a questão da autonomia das mulheres rurais não está restrita na obtenção

de renda, mas pela possibilidade de participarem de espaços de desenvolvimento de sua independência.

Segundo Cândido (2009) deve-se levar em consideração que as possibilidades de autonomia das mulheres rurais são fruto de “causas essenciais” pois, na pesquisa em que realizou com as moçambicanas que acessaram o crédito rural para a pecuária, observou que a diminuição da dependência financeira dos maridos e a possibilidade de aumento da autonomia dessas mulheres fez parte de um contexto de “fenômeno anormal” pois foi resultado de uma série de fatores de caráter econômico ocasionado de uma guerra civil no país.

Tavares e Parente (2015) afirmaram que, apesar do Estado ter lançado políticas públicas que buscassem o desenvolvimento da autonomia das mulheres, quando assim as promoveu ao longo do século XX, em sua grande maioria mantiveram e garantiram a permanência da estrutura familiar, pois, no intuito primordial de atenderem as demandas de reprodução social, não levaram em consideração a dependência estrutural da mulher em relação ao homem.

Na década de 90, Heredia e Cintrão (2006) realizaram o levantamento das principais questões vividas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais: quando muito precária a infraestrutura, o ofício de buscar a água para o uso familiar e para a criação de animais, fica a cargo das mulheres e das crianças; a ausência de serviço local de saúde e educação priva a mulher de desenvolver outras atividades, uma vez que, a responsabilidade quanto aos cuidados com os filhos recaem sobre os ombros femininos; a ausência de renda para a maioria das mulheres rurais, mesmo quando a sua força de trabalho contribui economicamente na unidade familiar; tardio reconhecimento enquanto trabalhadoras, em que, somente após a Constituição Federal de 88 que passaram a serem portadoras legais dos direitos referentes à previdência social, licença-maternidade, auxílio-doença, entre outros; a dificuldade da titularidade da terra em seu próprio nome seja por herança ou por compra; devido à condição do seu trabalho vinculada de forma intensa com as atividades domésticas muitas mulheres não têm acesso às instituições públicas para a emissão dos documentos civis básicos; como não eram reconhecidas como pessoas portadoras de direitos e capazes de elaborar decisões os programas específicos para as mulheres são recentes.

Torres (2019) afirmou que, entre os diversos problemas da pobreza no meio rural, em relação às mulheres rurais os enfrentamentos ocorrem de forma acentuada, pois precisam lidar com: a falta de reconhecimento do trabalho doméstico; as dificuldades de acesso ao crédito; ausência de recursos financeiros, serviços de saúde, transporte, educação e delegacias

especializadas; a negação do seu direito quanto à herança e entre outras questões invisíveis provindas de sua realidade local.

Segundo Butto (2011) a ação do Estado para viabilizar políticas públicas para as mulheres rurais de crédito, assistência técnica, comercialização, de programas de reforma agrária, de extensão rural e entre outras, ainda é letárgica. Dessa forma, as mulheres enfrentam duplamente essa situação quando são impostas às restrições de acesso aos recursos produtivos no interior da família, especialmente no tocante ao patrimônio familiar.

Conde (2012) atribuiu a essa situação como a uma dívida histórica do Estado Brasileiro com as mulheres que, por sua sistemática homogeneizadora, não viabilizou efetivamente o acesso delas às políticas públicas. Nesse entendimento, Sen (2000) frisou que a supressão das capacidades das mulheres tem sido um dos entraves para o desenvolvimento da sociedade.

Diante disso, como na atualidade as atividades produtivas são objeto de importância social, é emergente a necessidade do reconhecimento e da valorização das atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito familiar, uma vez que os afazeres domésticos são molas propulsoras para o desenvolvimento social e econômico e, quando não são plenamente realizados, reverberam negativamente no funcionamento regular da sociedade (DEDECCA, 2012).

Herrera (2017) declarou que os estudos empíricos se constituem como um caminho viável de compreensão da multiplicidade de atividades desempenhadas pelas mulheres. Sublinhou ser necessário que estes contemplem as tarefas domésticas de reprodução da força de trabalho, ou seja, os trabalhos vinculados à produção de bens e de mercadorias conhecidos como produtivos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO (2011) os estudos empíricos que se propuseram a verificar os resultados das políticas de extensão na agricultura constataram que as orientações têm prevalecido no caráter produtivista, de tal forma que não tem atendido as genuínas demandas femininas e, no tocante, aos recursos que foram dispensados em serviços de extensão no período de 1987 e 1988 em 97 países, somente 5% do valor empreendido atingiu o público feminino em suas necessidades e, apenas, 15% dos extensionistas eram mulheres (FAO, 2011).

Dessa forma ao prosseguirmos no esforço de compreendermos os contextos e as diretrizes em que os programas de extensão universitária alcançaram o universo rural, uma

revisão bibliográfica foi conduzida para conferirmos as trajetórias percorridas da extensão rural e dos seus pontos de intersecção com a extensão universitária.

2.2. Os trajetos percorridos da extensão rural

Para inicializarmos a discussão desta parte do trabalho se faz relevante tratar da definição do termo da extensão rural, segundo Caporal (1991) é difícil levantar um conceito específico, pois a bibliografia apresenta diversos contextos em que a extensão rural surgiu:

[...] Extensão rural é uma atividade educativa; extensão rural é um instrumento de política agrícola, a EMATER é uma instituição; eu sou extensionista porque minha tarefa é fazer extensão rural [...] (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.18).

Caporal (1998) realizou estudos profundos sobre a teoria e a prática da extensão rural na história brasileira e indicou que foram quatro fases distintas que constituíram a trajetória da extensão rural brasileira: nos anos de 1948 a 1960 por meio da extensão "familiar assistencialista", em 1961 a 1980 como "produtivista e modernizadora", de 1980 a 1990 "crítica reflexiva" e a partir dos anos 90 a "transição ambientalista".

Conforme Caporal (1991, p. 11) é ponto comum da bibliografia que a primeira fase tenha marcado a extensão rural por uma prática socialmente articulada, executada por Organização/Instituição, que teve por objetivo beneficiar os pequenos produtores e suas famílias em programas de bem-estar aliado a programas de crédito rural supervisionado como medida de incentivo à adoção de novas técnicas agrícolas que visavam melhorar as atividades domésticas, a produção agrícola e a qualidade de vida.

Entre as décadas de 60 e 70, no auge da modernização da agricultura, a extensão rural foi utilizada pelo Estado com enfoque na difusão das novas técnicas no campo, a população rural passou a ser assistida e instruída para que fizessem a aquisição de equipamentos e insumos industrializados de modo que modernizassem a sua atividade (ZUIN; ZUIN, 2007). De acordo com Caporal e Costabeber (2004) esse período esteve atrelado aos ritos do desenvolvimento capitalista no campo em que o Estado, em seus diversos instrumentos e técnicas, buscou suprir os setores por várias políticas e, inclusive, por meio da extensão rural.

Freire (1977) afirmou que o início da intervenção extensionista rural no Brasil se deu, majoritariamente, nos aspectos técnicos de produção e não considerou as questões ambientais, sociais e culturais dos produtores familiares. Por tal vertente, a prática da extensão, foi realizada de maneira impositiva com conceitos tecnicistas e produtivistas ao passo de que ignorou as

vivências, os conhecimentos, as experiências e os desejos dos sujeitos envolvidos nessas práticas políticas.

Em meados dos anos 70 uma nova orientação da atividade extensionista passou a ser disseminada por meio das diretrizes da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater que levantou a discussão do “repensar da extensão” com base na crítica da pedagogia de Paulo Freire em que o presidente da organização, Romeu Padilha de Figueiredo, propôs um modelo de ação democrática e popular, sua atuação esteve orientada por ações que visavam atender o mercado interno e a agricultura de subsistência (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A nova orientação política do país ocorreu na mesma década em que a crítica de Freire (1977), na perspectiva humanizadora e libertadora, ganhou notoriedade no país quando defendeu que o papel do extensionista deve assistir aos indivíduos por uma relação dialógica e consciente da realidade para que caminhem, juntamente, para a transformação do mundo. Um dos pontos relevantes em sua teoria referiu-se sobre um erro recorrente na semântica e na linguística do uso do termo extensão, pois tal questão semântica induz ao extensionista realizar em sua prática a reprodução e a transmissão de conteúdo, quando por outro lado, deveria realizar a troca de saberes por uma interação dialógica que favoreça o desenvolvimento de mão dupla.

No entanto, no conjunto das ações da Embrater, a crítica de Paulo Freire foi tratada dentro de uma perspectiva prática ecotecnocrática⁵, ou seja, em detrimento das necessidades gerais da sociedade. Dessa forma as práticas extensionistas continuaram centradas em estratégias integradas voltadas à acumulação do capital (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Canuto (1984) afluíu nesse entendimento quando afirmou que a mudança do discurso não representava, efetivamente, uma mudança nas ações de extensão rural.

No início da década de 80 uma crise fiscal assolou o país, esse cenário levantou uma nova discussão política a respeito do tamanho e do papel do Estado na sociedade brasileira e, entre as pautas, também foi debatido a respeito da necessidade/responsabilidade do Estado na prestação dos serviços gratuitos de extensão rural. Nesse período o financiamento de uma boa

⁵ Segundo Coporal e Costabeber (2000) a corrente ecotecnocrática nasceu no "coração da modernidade ocidental" (Escobar, 1995) que propõe o crescimento econômico continuado que busca solucionar os problemas socioambientais e de crescimento por mecanismos de mercado, de artifícios econômicos e de tecnologia. Na agricultura essa corrente está relacionada a ideia da "intensificação verde" ou "Revolução verde" que preconiza a produção em alta escala com o uso de insumos industriais que desconsidera os efeitos ambientais, sociais e econômicos.

parte das Instituições públicas passou a ser reduzido, o que resultou na extinção da Embrater e entre outras instituições públicas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Em seguida, mesmo com a obrigatoriedade legal da prestação de serviços de extensão estipuladas na Constituição Federal e na Lei Agrícola de 1991, durante o governo de Fernando Collor, a configuração institucional do Estado passou por um conjunto de processos de reformas ancoradas por políticas econômicas neoliberais que foram intensificadas e prosseguidas no governo de Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2014).

Foi nesse contexto que a fase da “transição ambientalista” entrou em cena, centrada na promoção da participação social, da multidisciplinaridade, do diálogo, do construtivismo holístico, sistêmico e democrático. Assim a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater do Paraná e do Rio do Grande do Sul foram às precursoras no combate dos problemas de ordem ambiental advindos pela contaminação da fauna e flora por agroquímicos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

No cenário de ascensão do modelo neoliberal e de redemocratização no país, sob o discurso de resolver as reivindicações sociais por um custo menor que, paulatinamente, os serviços de extensão rural foram transferidos aos estados, municípios, entidades privadas e associações de agricultores no entendimento de que essas organizações teriam mais competências de garantir o atendimento das necessidades das populações rurais mais necessitadas (ZARNOTT, 2016).

De acordo com Redin (2013) em razão das intensas transformações sociais, na atual conjuntura brasileira, o pluralismo institucional se tornou uma realidade nas políticas públicas que envolvem a extensão rural. Assim os princípios da educação não formal se constituíram como uma possibilidade de ação nas instituições públicas e privadas dos diversos segmentos da sociedade.

Nesse contexto que as Instituições de Ensino Superior – IES somam-se como um dos instrumentos de fomento de políticas públicas de extensão rural. Conforme Melo (2010) os projetos de extensão universitária suscitam uma mudança cultural no modo de prestação do serviço público, pois na relevância da sua função social, carrega consigo novos e constantes desafios que passam pelo gerenciamento do dinheiro público, pela diretriz de integração da universidade-sociedade e pela necessidade de articulação, no campo teórico e prático, dos conhecimentos populares e científicos.

Nessa definição, o encontro da extensão rural com a universitária sobressai na medida em que ambas estão orientadas pelos mesmos princípios da educação não formal onde, em contextos e compromissos Institucionais diversos buscam identificar e resolver os problemas suscitados no meio rural com metodologias participativas e ou alternativas (WOCIECHOSKI & MAEHLER, 2016). Para uma melhor compreensão desses pontos correspondentes, no próximo subcapítulo, abordamos os contextos políticos e as diretrizes dos desdobramentos práticos da extensão universitária no meio rural.

2.2.1 Os programas de extensão universitária

Conforme Sousa (2010) no contexto universitário o termo “extensão” surgiu, pela primeira vez oficialmente, por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário regulamentados com a promulgação do primeiro estatuto das Universidades Brasileiras no Decreto nº 19.851 art. 42, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931). Assim, foi somente após o golpe militar que a extensão universitária deixou de ser direcionada à elite brasileira e passou a alcançar as camadas sociais mais necessitadas. Segundo Sousa (1995):

[...] No início da Década de 60 a presença do Estado nas questões relacionadas à Extensão Universitária continua sem expressão. Este vazio só vai ser preenchido, no segundo período, a partir do Golpe de 64. Neste tempo o estado assume o papel de coordenador único de toda e qualquer atividade extensionista, não abandonando, porém, a mesma concepção assistencialista que já apresentava anteriormente, de Extensão como prestação de serviço, dirigida às comunidades carentes, sem ônus para as mesmas. Este será o maior período de atuação do Estado na Extensão Universitária e que vai sofrer transformações ao adentrar na Década de 80, juntamente com um novo momento brasileiro de abertura política (SOUSA, 1995, p.91).

No ano de 1968, com a Reforma Universitária, a extensão universitária passou a ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades com cursos e serviços especiais estendidos à comunidade que foram conduzidos de forma assistencialista e que, ainda, não estava associada ao ensino e a pesquisa (LAMY, 2013). De acordo com Sousa (1995, p. 109) “[...] os cursos serviriam para estender o ensino, e os serviços, para estender a pesquisa”.

A partir da década de 70, em meio ao processo de redemocratização do país e sobre as influências da teoria de Paulo Freire em relação à dialética, a sistematização, ao reconhecimento do outro e de sua cultura e da liberdade de transformação do conhecimento pelos sujeitos, uma nova discussão foi conduzida na reflexão da relação da universidade com a sociedade e o papel da extensão (GADOTTI, 2017).

No entanto, a Extensão Universitária ainda seguiu predominantemente orientada no atendimento de projetos políticos desenvolvimentistas e por meio da via do assistencialismo (SOUSA, 1995). No ano de 1987, a sua função social e concepção, foi rediscutida pelos pró-reitores representantes das IES de cada região do país com a criação da Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU no I Fórum de Pró-reitores de Extensão e Universidades Públicas – FORPROEX (2012) que a conceituou como:

Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, a sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social (FORPROEX, 2012, p.5).

No ano de 1988 a constituição brasileira também reconheceu o caráter indissociável da pesquisa, ensino e extensão. Assim, dentro das Instituições públicas de ensino superior, a extensão passou a ter importante tarefa de promover o diálogo das IES com a sociedade de modo a responder às demandas e as expectativas sociais, a respeitar a diversidade social, as culturas e os valores e, por meio da interação dialógica, de propiciar espaços de construção de trocas conhecimentos visando à transformação de mundo dos indivíduos (PAULA, 2013).

Nos anos 90, segundo Freire (2011), a extensão universitária passou a ser uma temática mais aprofundada e frequente nas comunidades acadêmicas brasileiras. Com a nova re (orientação) política das Universidades, após o governo de Fernando Henrique Cardoso, os orçamentos para as Instituições de Ensino Superior Públicas foram reduzidos o que resultou na falta de recursos para o atendimento das demandas de infraestrutura e, para resolver essa situação, as Pró Reitorias de Pesquisa e de Extensão foram as elegidas para a promoção de ações que fossem direcionadas para a captação de recursos externos (SILVA, 2014).

Sousa (1995) esclareceu que essa diretriz prática de extensão tem origem na integração das Universidades com o projeto Rondon e que aludiu para a ideia de desenvolvimento local por meio de novas instalações dos *campi*. Assim, o setor administrativo universitário, enxergava na interiorização das ações e na integração com as comunidades uma estratégia de estender a sua área geoeeducacional e, por tal perspectiva, ficou subentendido que tais ações eram sinônimas da Extensão Universitária. Conforme Sousa (1995):

[...] Os Campi Avançados do Projeto Rondon tornaram-se herança para as Universidades. [...] No entanto as estruturas criadas persistem teimosamente no cenário atual do país, sendo ainda hoje reconhecidas por muito como a própria existência da Extensão Universitária e, muitas vezes, como a única forma para esta prática. Tornaram-se anacrônicas, mas não encontram força que as possa destruir ou transformar, assumindo o ônus político de tal ação (SOUSA, 1995, p. 87-88).

Além disso, na atualidade, com a agenda da política neoliberal em curso no país, as autoridades brasileiras, reconfiguraram a educação superior para o modo de produção mercadológico/empresarial que tem tangenciado o desenvolvimento da extensão nas universidades por ações orientadas em arrecadações financeiras que, por meio dos programas de responsabilidade social, enfraqueceu o principal objetivo da extensão universitária: o de promover a troca dos saberes popular e do acadêmico (FREIRE, 2011).

Os indicadores avaliativos de ensino também corroboraram esse panorama pois os números das bolsas acadêmicas, decorrentes das atividades extensionistas, se transformaram em referências para uma produção Universitária competitiva cujos resultados afastaram do eixo principal de ação da extensão no que concerne à troca dos conhecimentos e na transformação da sociedade e da Universidade (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Wociechoski e Maehler (2016) comprovaram essa situação por meio da pesquisa descritiva-exploratória que identificou a concepção de extensão rural predominante na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – FAEM. Na análise dos projetos realizados pela Instituição concluíram que os objetivos de 70% dos projetos foram balizados por características próximas de uma extensão difusionista-produtivista-modernizadora, uma vez que, indicaram a indução dos produtores rurais a adquirirem novas tecnologias para que obtivessem maior produtividade agrícola.

Verificamos nesse panorama que, a extensão rural e a extensão universitária, partem de uma concepção Institucional alicerçada em um conjunto de práticas que são determinadas de acordo com os preceitos ideológicos das organizações (BARBIER, 1985). Do mesmo modo, para Jezine (2004), muitos são os setores das Universidades brasileiras que estão alinhados com os ritos da produção e motivados na qualificação do mercado, ou seja, na produção de tecnologias que não atendem as reais necessidades das camadas sociais e, além disso, propagam ideologias excludentes que tende a segregar o saber científico entre as classes sociais.

Sensíveis a esses problemas, iniciativas alternativas foram promovidas dentro das Universidades por meio de ações acadêmicas de extensão pautadas no diálogo e escuta transformadora com as classes sociais (MACHADO, 2019). Nessa perspectiva a prática da

extensão tem sido, também, utilizada como uma ferramenta contributiva para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, ética e democrática, conforme preconizado pelo FORPROEX (2012):

Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária (FORPROEX, 2012, p.18).

Nessa perspectiva que, desde de 2015, o programa de extensão universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro” executado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ tem revelado, no conjunto de suas ações, formas de superação da invisibilidade e da falta de apoio dos agricultores e agricultoras familiares daquela região por meio de um permanente acompanhamento estabelecido por relações da sociedade com a universidade (PORTILHO, 2019).

Marques e Trivellato (2017) também mostraram que as atividades desempenhadas pelo Grupo de Extensão de São Pedro – GESP com os agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro/SP caminharam na mesma propositura. A missão do GESP de contribuir para que os agricultores realizem diálogos e trocas entre os professores e alunos por meio dos diálogos favoreceu para o empoderamento político, econômico e social da comunidade e estimulou a organização local por meio do reconhecimento dos diferentes papéis desempenhados, além dos produtivos, pelos membros das famílias abrangidas. Além disso, motivou as famílias para buscarem meios de melhorias nos serviços públicos municipais de educação, saúde e de produção.

Segundo Fernandes *et al.* (2012), em razão do ambiente de formação, a extensão universitária se apresenta como um grande potencial de transformação social nas comunidades circunvizinhas das IES. Portanto, o processo de articulação da universidade com a sociedade, envolve a prática cotidiana de interação e de diálogo com o desenvolvimento de ações conjuntas que visem à melhoria na qualidade de vida das comunidades assistidas (ALMEIDA; SANTOS, 2013). Conforme Jezine (2006) as Universidades, em seus programas e projetos de extensão, podem contribuir na perspectiva da promoção da organização da comunidade:

[...] Seu compromisso social e político é com a situação de exclusão social e política. Para tanto as universidades e as Pró-Reitorias de Extensão são orientadoras de induzirem projetos e programas destinados a enfrentar esse problema, na perspectiva da promoção da organização da comunidade (JEZINE, 2006, p. 200-201).

Segundo Santos Júnior (2013) a prática da extensão universitária pode ser compreendida por uma via de mão dupla que, entre espaços formais e não-formais, propiciará ao estudante o processo (in) formativo das vivências locais e que, por outro lado, as comunidades assistidas contarão com as contribuições dos estudantes por meio das pesquisas e dos projetos de intervenção pedagógicas. Tal cenário se materializa por meio do conhecimento da realidade, da construção dos espaços de diálogo, do planejamento e da execução dos acordos realizados entre as partes que, com o repensar e o refazer se organizam para a transformação da sua realidade.

Por esse contexto teórico admitimos que, na realidade do bairro rural Peroba, a aproximação do Núcleo Travessia e seus parceiros institucionais simbolizou a abertura da construção de espaços de diálogo e de trocas de saberes que se deram mediante aos projetos de extensão universitária realizados que, por meio da interação de estudantes, docentes, técnicos, moradores do bairro e entre outros, se constituíram como janelas de oportunidades para a transformação do pensar e do saber dos sujeitos envolvidos (FREIRE, 1977, p.25).

3. O PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. O tipo de pesquisa

No intento de compreendermos o fenômeno proposto, motivamo-nos a agir por meio da observação, da conversação, do registro das experiências vivenciadas e, por meio da pesquisa participante, da escuta sistematizada da realidade das mulheres pesquisadas. Por esse contexto que a natureza desta pesquisa se compôs como do tipo qualitativa. Segundo Paulilo (1999) a construção de uma investigação qualitativa envolve um universo de símbolos e de aspectos subjetivos em um contexto situacional e social. Para a autora, pesquisas desse tipo, são adotadas em estudos de natureza interpretativa devido as suas particularidades e ao alto grau de complexidade. Para a socióloga e pesquisadora Minayo (2015) o estudo qualitativo tem por objetivo à compreensão das ações humanas:

Os autores que seguem tal corrente [qualitativa] não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (MINAYO, 2015, p. 24).

Ainda, conforme Minayo (2015), a pesquisa qualitativa suscita questões complexas de um universo de significados sobre uma determinada realidade. Nesse sentido, atitudes, aspirações, culturas, os valores e os vários motivos que formam um conjunto de processos a serem interpretados durante o tratamento dos dados coletados, podem ser tratados formas variadas mediante a uma interação quantitativa ou qualitativa (MINAYO; SANCHES, 1993).

Alencar (2000), na mesma perspectiva, afirmou que ao pesquisador cabe o compromisso de perceber-se em meio à realidade que está inserido e atentar-se, para além das realidades objetivas e concretas, de modo que realize o aprofundamento específico e revele os significados dos fenômenos do que se pretende estudar frente à complexidade dos fatos identificados.

Nesse entendimento que a presente pesquisa foi realizada com base na experiência adquirida pela pesquisadora durante o trabalho de campo e, mediante ao compromisso de zelar pelo bom desenvolvimento deste trabalho, tal como afirmaram Thiollent (1980) e Becker (1977), levou-se em consideração a influência da posição em que a pesquisadora se encontrava a qual não é isenta de neutralidade e cuja objetividade é relativa.

Laperrière (1997) pontuou que a validação de uma pesquisa depende da solidez das interpretações mediante a construção do elo teórico com os dados empíricos. Nesse intento, para resguardar pela efetiva validação desta pesquisa, as técnicas para a coleta de dados e para a análise de dados das informações levantadas foram escolhidas com base na familiaridade da pesquisadora com o local e do grau de relação estabelecido com as mulheres que participaram da pesquisa (RICHARDSON, 2012).

Segundo afirmou Bordieu (2004), o construto de uma pesquisa propositiva é precedido de um trabalho árduo e criterioso. Nesse sentido, no emprego do recurso metodológico, o pesquisador deve valer-se de uma postura flexível de modo a utilizar os métodos qualitativos ou quantitativos de forma alternada ou associada. Dessa forma, o desenvolvimento deste trabalho se realizou mediante o cuidado de articular as experiências e as discussões levantadas por diversos ângulos de visão, ou seja, pela via interdisciplinar (SANTOMÉ, 1998). Nesse sentido conforme afirmou França (2014):

A interdisciplinaridade é uma categoria de ação do fazer reflexivo, de acontecer entre duas ou mais pessoas e objetos. É a relação sujeito–objeto e entre sujeitos por meio do qual é possível a integração e a unicidade do conhecimento a partir de zonas de permeabilidade de diálogos e a leitura de diferentes mundos (FRANÇA, 2014, p. 33).

Portanto, o caminho metodológico desta pesquisa faz parte de um conjunto de interações do saber prático e teórico que foram evidenciados no processo em que o problema de pesquisa foi discutido e tratado de forma interdisciplinar em que a pesquisadora buscou, na sua complexidade, organizar os temas e assuntos que possibilitaram a articulação das prováveis respostas provocadas por entre as diversas discussões suscitadas (FAZENDA; JOSÉ; SANTOS, 2016).

3.2. O Instrumento utilizado

Esta pesquisa reúne atributos de interação das experiências de campo da pesquisadora com o tema, portanto o processo de definição e de aplicação dos instrumentos metodológicos foi conduzido por uma conduta flexível de revisão constante que considerou alterá-los, incrementá-los ou excluí-los ao longo do caminho percorrido (DUARTE, 2002).

Dessa forma, todos os instrumentos utilizados para a coleta e para a interpretação dos dados foram vislumbrados em razão das vivências, das discussões coletivas e dos planejamentos que foram realizados pelas interações da pesquisadora com as mulheres pesquisadas e com profissionais de diversas áreas, especialmente, com os membros do Núcleo Travessia que se fizeram presentes em várias ocasiões. Assim, consideramos a utilização de três ferramentas que se fizeram satisfatórias para as discussões e para as considerações finais do problema levantado, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa. Itajubá/MG, 2020.

Instrumentos e técnicas utilizadas			
Objetivo	Pesquisa participante	Entrevista semiestruturada	Observação/ Conversação
Identificar se houve mudanças na vida das mulheres por meio das ações dos projetos de extensão universitária.	x	x	x
Investigar as implicações dos dois projetos de extensão no grupo de mulheres do bairro rural Peroba, no município de Itajubá-MG.	x	x	x

Fonte: Da autora (2020).

No entendimento de que as mulheres pesquisadas são portadoras de conhecimentos e de experiências rotineiras e que, dessa forma, são a parte envolvida e as principais responsáveis e

capazes de identificar e resolver os problemas emanados, consideramos a utilização do instrumento metodológico da pesquisa participante. Conforme Brandão (1999b) o recurso da pesquisa participante se torna pertinente quando a sua utilização é relacionada, frequentemente, no atendimento das necessidades de operários, camponeses, agricultores, índios entre outros públicos correlatos.

Dessa forma, a escolha desse instrumento técnico foi de ao encontro com perspectiva libertária discutida por Freire (1977) pois, o convite realizado para as mulheres do bairro rural a participarem dessa pesquisa, conforme Apêndice V, tiveram a oportunidade de desenvolverem o senso criativo, autorreflexivo individual e coletivo para tratar das suas condições de vida. Portanto, a pesquisa participante se constituiu como um recurso basilar para o desenvolvimento dessa pesquisa, conforme Brandão (1999b):

A consequência deste ponto de partida da pesquisa participante é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário (BRANDÃO, 1999b, p.25/26).

Admitiu-se também o uso da técnica da *conversação* que, por meio das experiências práticas de diálogos pessoais e coletivos, a pesquisadora interpretou os dados mediante ao cuidado e ao reconhecimento das distintas realidades, cultura e expressão que se manifestaram (RUDIO, 1986). Dessa forma, para que essa técnica fosse considerada válida e segura a pesquisa foi conduzida em um processo constante de revisão e de reflexão sobre os dados revelados nas conversas (BRANDÃO; STRECK, 2006).

O uso da técnica da *observação* estruturada e não estruturada também foi empregada durante todo o processo de execução desta pesquisa, pois permitiu a pesquisadora perceber a realidade, a refletir dentro do campo teórico aplicado e a realizar as decisões que se fizeram necessárias (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190).

No compromisso de que se mantivesse a fidedignidade e confiabilidade das informações coletadas, o desenvolvimento das *entrevistas semiestruturadas* foi conduzido de forma articulada e cuidadosa para garantir a coerência e a clareza das falas das participantes em contraponto ao processo de análise com o quadro teórico interdisciplinar levantado nesta pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999).

3.3. As mulheres participantes, as etapas de trabalho e o tempo de execução

A decisão norteadora para a seleção das mulheres participantes desta pesquisa é proveniente de uma política específica iniciada em 2017 pelo IFSULDEMINAS, no programa de extensão chamado IF Mulher, por uma iniciativa pioneira direcionada ao público feminino da região do Sul de Minas Gerais que se encontrava em situação de vulnerabilidade social (IFSULDEMINAS, 2017). Assim o universo pesquisado faz parte da abrangência de alcance de dois projetos extensionistas que foram aprovados no mesmo programa, por dois anos consecutivos, e direcionados às mulheres do bairro rural Peroba, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Projetos Aprovados em 2018 e 2019 pelo IFSULDEMINAS. Itajubá/MG, 2020.

Projetos aprovados no programa IF Mulher do IFSULDEMINAS			
Ano de execução	Nome dos projetos	N^{os} dos editais do IF Mulher	Valor aprovado no projeto
2018	Capacitação das mulheres rurais na organização de grupos produtivos.	89/2017	R\$10.000,00
2019	Técnicas de produção e comercialização com boas práticas de manipulação de alimentos.	160/2018	R\$10.000,00

Fonte: Da autora (2020).

O resultado desses dois projetos concretizou-se em quatro editais que foram lançados pelo IFSULDEMINAS sendo que dois foram voltados para a seleção de mulheres que comprovassem possuir os requisitos mínimos necessários definidos nos projetos para o recebimento das bolsas de extensão e outros dois para a seleção das bolsistas de apoio técnico que tivessem experiência comprovada na área de extensão rural com mulheres, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Editais de seleção do IFSULDEMINAS. Itajubá/MG, 2020.

Edital de seleção das alunas bolsistas nos dois projetos de extensão			
Nome do projeto	N^o do edital IF Mulher	N^o do edital de seleção – alunas bolsistas	N^o do edital de seleção de bolsista de apoio técnico
Capacitação das mulheres rurais na organização de grupos produtivos	89/2017	73/2018	74/2018

Técnicas de produção e comercialização com boas práticas de manipulação de alimentos	160/2018	103/2019	105/2019
--	----------	----------	----------

Fonte: Da autora (2020).

Conforme gráfico 1 o primeiro edital nº73/2018 selecionou doze mulheres e o segundo edital nº103/2019 contou com a participação de onze mulheres e, nesse interstício, duas mulheres não participaram efetivamente dos dois projetos. Nesse cenário foram dez mulheres que realizaram a inscrição e participaram dos dois projetos de extensão. Ademais, nessa abrangência, a pesquisa contou com a efetiva participação de nove mulheres.

Gráfico 1 - Universo de pessoas participantes nos projetos aprovados. Itajubá/MG, 2020.



Fonte: Elaborado com o software online Livegap Charts (2020).

Os procedimentos para a coleta de dados foram precedidos com base na pesquisa participante que primou pela valorização do cotidiano das mulheres pois foram levados em consideração as suas subjetividades por meio da escuta e do diálogo. A técnica da pesquisa participante, da conversação e da observação oportunizaram as trocas de experiências da pesquisadora com as pesquisadas durante todo o período de execução dos dois projetos de extensão e durante o período da coleta de dados e da transcrição dos resultados, da análise e discussão, conforme quadro 4 (ALVES-MAZZOTTI, 1991).

Quadro 4 - Procedimentos para as coletas dos dados para a pesquisa. Itajubá/MG, 2021.

Procedimentos realizados ao longo da pesquisa	Objetivos	Procedimentos	Data	Tempo	Tempo total da pesquisa
Pesquisa participante	Identificar se houve mudanças na vida das mulheres por meio das ações dos projetos de extensão universitária.	Oficina de DRP	08/01/2020	4 horas	Março 2018 a Março 2021
		Transcrição dos resultados	Janeiro/2020	1 mês	
		Análise e discussão	Fevereiro/2020 a março/2021	13 meses	
Observação	Investigar as implicações dos dois projetos de extensão no grupo de mulheres do bairro rural Peroba, no município de Itajubá-MG.	Pré-teste da entrevista semi-estruturada	08/01/2020	40 minutos	
		Análise do pré-teste	09/01 a 15/01	1 semana	
Conversação		Entrevista com todas as mulheres	16/01/2020	Média de 45 minutos / cada	
		Transcrição das respostas	Janeiro a setembro de 2020	8 meses	
		Análise e discussão	Fevereiro/2020 a março/2021	13 meses	

Fonte: Da autora (2021).

Em razão das variáveis de informações da realidade local consideramos que as referidas técnicas se constituíram como um recurso flexível e fundamental para a delimitação desse estudo, conforme relatoria nos Apêndices I e II, uma vez que permitiram que a pesquisadora pudesse conhecer e discutir sobre as condições de vida das mulheres em meio às variadas situações em que as trocas de informações se deram entre a pesquisadora e as mulheres pesquisadas.

Com o uso da oficina de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, a pesquisadora reconstruiu com as mulheres uma memória coletiva, conforme Apêndice III, que trouxe uma dimensão simbólica da passagem dos projetos de extensão durante o processo de formação e de organização do grupo de mulheres “Mão que cultivam carinho”. O planejamento dessa oficina foi realizado com alguns membros do Núcleo Travessia e visou convidar as mulheres

participantes para realizarem o autodiagnóstico e a reflexão das experiências vivenciadas após os projetos de extensão (SOUZA, 2009).

A condução e preparação desta oficina DRP contou com o apoio da bolsista de extensão selecionada no edital nº 105/2019 que, na função de facilitadora esclareceu, informou e convidou as mulheres a contribuírem na construção da resposta do objetivo proposto. Nesse processo a pesquisadora acompanhou, levantou e anotou as informações suscitadas durante o momento para posterior transcrição e análise (TAVARES; ALMEIDA; BIZOTI, 2017).

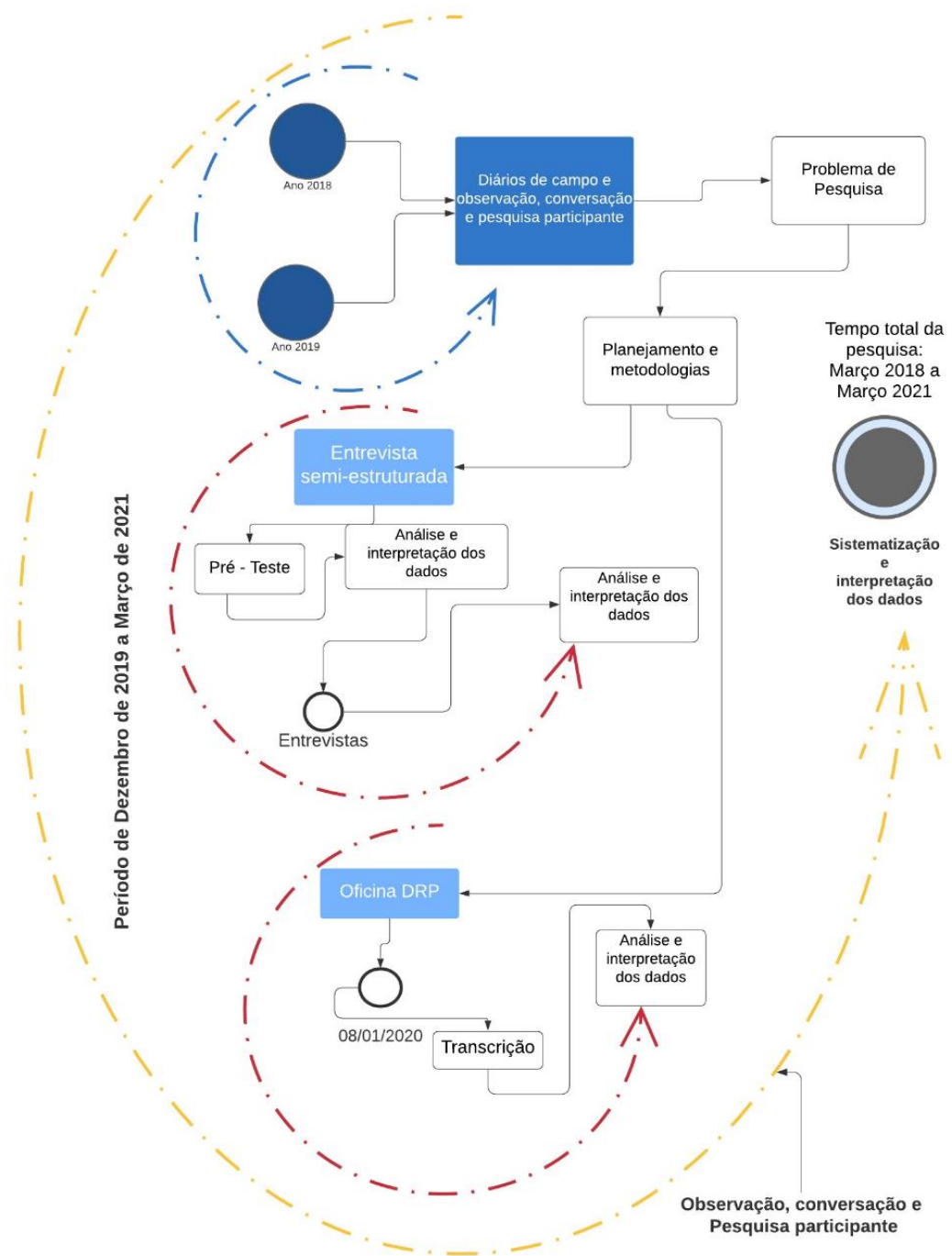
Para a entrevista semiestruturada o planejamento foi realizado pela pesquisadora com a participação de alguns membros do Núcleo Travessia, assim o roteiro foi construído por diversas perspectivas. Para atingir o objetivo com a maior exatidão científica, o possível, foi conduzido um pré-teste da entrevista semiestruturada que foi realizado mediante o convite da participação voluntária de uma das mulheres do grupo que foi considerada como informante-chave. A entrevista teve a duração de quarenta minutos.

Após uma semana de análise a pesquisadora observou que as respostas obtidas no pré-teste se fizeram satisfatórias, dessa forma, as demais entrevistas foram realizadas na escola desativada Santa Rita em que o tempo médio foi de quarenta e cinco minutos. Para a análise e discussão as entrevistas foram gravadas e registradas por escrito, sem nenhuma objeção por parte das entrevistadas em que registraram o seu aceite por meio da assinatura que fizeram no termo de consentimento, conforme modelo no Apêndice V.

3.4. Formas de tratamento e análise dos dados obtidos

A presente pesquisa faz parte das vivências da pesquisadora, com mulheres do bairro rural Peroba durante os anos de 2018 e 2019, que consistiu por contatos subsequentes em diversas visitas e ocasiões que possibilitaram a realização do levantamento das questões que envolvem a realidade do campo pesquisado para a formulação e a reformulação do problema de pesquisa. Entre as idas e vindas a campo o cenário em questão foi observado, registrado, analisado de acordo com o modelo de pesquisa de sequência circular elaborado por Alencar (1999), conforme figura 12.

Figura 12 - A dinâmica do trabalho de pesquisa em sequência circular. Itajubá/MG, 2021.



Fonte: Elaborado pela autora com o software online Lucid Chart (2021) em conformidade com o método proposto por Alencar (1999).

O recolhimento e tratamento dos dados desta pesquisa não ficou circunscrito por uma condução analítica linear, mas por um trabalho dinâmico que considerou a sua reorganização

durante todas as etapas de investigação. Por esse posicionamento que as informações colhidas foram, mediante aos instrumentos técnicos definidos, analisadas e tratadas de maneira cruzada entre os objetivos específicos e em consonância ao propósito levantado no objetivo geral definido nesta pesquisa (ALENCAR, 1999).

Portanto o tratamento e a análise dos dados coletados nesta pesquisa foram feitos de forma cíclica e transversal com base nas áreas interdisciplinares em que o campo teórico desta pesquisa alcançou. As análises e as considerações foram apresentadas no entendimento de que não há uma conclusão definitiva dos assuntos, mas ciente da relevância que os pontos de pesquisa evidenciados têm para a compreensão dos temas que este tipo de pesquisa alude.

Consideramos que os métodos de pesquisa propiciaram ambientes acolhedores que deram voz ativa às pesquisadas que, por terem sido ouvidas em suas realidades, favoreceu com o compartilhamento dos saberes tradicionais e das experiências dessas mulheres que, como pano de fundo, promoveu a notoriedade das mulheres rurais no campo científico. Assim os instrumentos técnicos da observação/conversação e da entrevista semiestruturada foram expressivamente empregados neste trabalho na dinâmica de sequência circular, em que os dados coletados, em razão de sua redundância, foram reafirmados e identificados pela pesquisa participante.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa encontra-se alicerçada em uma discussão interdisciplinar que envolveu a articulação da compreensão das implicações da política de extensão universitária ocorridas na realidade das mulheres do bairro rural Peroba do município de Itajubá-MG com os temas da extensão rural, extensão universitária e a condição em que a mulher se encontra na agricultura familiar.

Dessa forma os dados advindos pelos instrumentos técnicos utilizados se deram mediante a obtenção de respostas abertas e subjetivas que serviram de norte para que a pesquisadora mantivesse o tema em foco em relação ao aparecimento de novos dados que apontaram para além do roteiro definido (TOLOI; MAZINI, 2013).

Nesse propósito, inicialmente, verificamos no perfil geral das participantes que a faixa etária foi de 20 a 55 anos em que 6 delas eram casadas e com filhos, 2 solteiras sem filho e 1 viúva com filhos. Por realidades distintas e para que houvesse uma maior flexibilidade nas

análises dos temas levantados nas discussões, atribuímos para as pesquisadas o nome de flores, conforme quadro 5.

Quadro 5 - Perfil geral das mulheres participantes na pesquisa. Itajubá/MG, 2020.

Dados gerais das participantes dos dois projetos de extensão					
Características marcantes	Flor	Idade	Estado Civil	Filhos	Participa no grupo?
Jovem e Sensível	Margarida	20	Solteira	Não	Não
Sábria e Fiel	Áster	21	Solteira	Não	Não
Esperançosa, despertar	Amendoeira	26	Casada	Sim	Sim
Sempre alegre	Linda-Flor (<i>Coreopsis</i>)	34	Casada	Sim	Sim
Perseverante	Lavanda	37	Casada	Sim	Sim
Leal e empática	Violeta	40	Casada	Sim	Sim
Dignidade e amor à natureza	Magnólia	43	Casada	Sim	Sim
Delicada	Nigella	50	Casada	Sim	Sim
Agregadora	Dália Amarela	55	Viúva	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de pesquisa do site Jardim (2020)

A atribuição dos nomes de flores não foi conduzida de forma aleatória pois consistiu em uma busca que foi conduzida por dois critérios: o primeiro contou com a escolha, somente, de nome de flores femininos e o segundo por meio da associação dos significados dos nomes das flores femininas que foram identificadas com as características mais marcantes que se manifestaram pelas mulheres pesquisadas, essa analogia simbólica foi construída de acordo com as vivências e a percepção subjetiva da pesquisadora (JARDIM, 2020).

Em seguida os resultados e as discussões foram trabalhados com as respostas transcritas que foram oriundas dos três instrumentos metodológicos que foram definidas nesta pesquisa. Os caminhos seguidos para aproximarmos da resposta do problema de pesquisa foram conduzidos por uma discussão alicerçada no referencial teórico e balizada nos objetivos específicos levantados por esta pesquisa.

4.1. A realidade das mulheres do bairro rural Peroba no âmbito doméstico

Conforme Kergoat (2003) as mulheres precisam lidar com o problema da divisão sexual do trabalho que se legitimou na sociedade com a lógica de que às mulheres cabe à

responsabilidade integral, na grande maioria das vezes, com os trabalhos domésticos. Assim para que pudessem obter renda, as mulheres passaram a cumprir longas jornadas de trabalho, de modo que tiveram que conciliar as tarefas domésticas com as tarefas remuneradas/produzidas (PAULILO, 2004). Além disso, conforme Heredia e Cintrão (2006), as mulheres também precisam dar conta com a responsabilidade do cuidado dos filhos e de outras pessoas.

Dessa forma, ao questionar as mulheres pesquisadas se houve mudanças na organização do trabalho em casa com a participação delas nos encontros, Lavanda e Linda-Flor afirmaram que, durante os encontros, a responsabilidade dos afazeres domésticos e dos cuidados de pessoas permaneceram com elas e, quando a rotina ficou mais apertada, não puderam contar com a divisão das tarefas com os maridos, portanto nessa situação solicitaram a ajuda de suas mães, conforme as falas:

[...] Tem coisas que ele não faz, por exemplo, a minha mãe olha as crianças para mim porque meu marido tem os compromissos deles e não dá. Daí eu tive que me organizar para participar do curso (Lavanda).

[...] Eu continuei fazendo tudo porque meu filho estuda cedo e eu tenho que me levantar cedo para levar ele para escola e quando dava a hora do almoço eu ia lá fazer almoço, as vezes minha mãe ajudava e depois do almoço voltava para o curso é porque, no caso, eu cuido da minha casa e da casa do meu vô também (Linda-Flor).

Essa passagem reafirmou as proposições de Woortmann (1995) a respeito da cultura de concepção biológica que assegura em sua lógica a manutenção dos homens nos trabalhos de fora e as mulheres nas tarefas de dentro, ou seja, nesse caso, Lavanda e Linda-Flor referiram-se aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos e familiares. Assim constatamos a vigência da divisão sexual do trabalho tradicional que, na sua hierarquia organizativa, enquadra a mulher ao trabalho doméstico e o homem ao trabalho produtivo (KERGOAT, 2003).

Ainda verificamos nesse trecho uma coesão com o estudo de Sardenberg (1998) alinhado com Kergoat (2003), uma vez que, para que Lavanda e Linda-Flor pudessem participar efetivamente dos encontros promovidos pelos projetos de extensão do IFSULDEMINAS foi necessário que elas dividissem a responsabilidade dos cuidados dos filhos e da casa do avô, por outro lado, esses cuidados se deram, somente, mediante a ajuda de outras mulheres, no caso de suas mães, situação que revelou, mais uma vez, a divisão sexual do trabalho.

Conforme Hirata (2002) o trabalho doméstico desencadeia uma série de questões a respeito da divisão sexual do trabalho que se manifesta em uma multiplicidade de situações. Dessa forma o relato de Dália Amarela nos chamou a atenção de que a sua participação nos encontros, somente, se fez possível quando mudou a sua rotina:

[...] É, porque estava acostumada a fazer um tipo de trabalho na segunda-feira e aí eu tive que acordar mais cedo ainda e tive que mudar a rotina pois eu lavo roupa pra fora e ajudo meus afilhados, eles tiram leite e eu cuido das vacas e do leite (Dália Amarela).

Dália Amarela expôs que, para participar dos encontros, em razão da jornada intensa de trabalho que já realizava no seu cotidiano, precisou reorganizar os seus horários e dias para que pudesse manter o atendimento dos compromissos previamente acordados, sendo os de lavar roupa para fora e os de ajudar os afilhados nos cuidados com as vacas e com o leite. Essa realidade fez menção às afirmações de Siliprandi (2004) sobre a falta de percepção da sociedade em relação à intensa jornada de trabalho cumprida pela mulher rural, que nesse caso, também compreendeu a realidade de uma mulher viúva e aposentada.

Conforme afirmou Souza (2001) os espaços coletivos oportunizam a discussão e a socialização das realidades vivenciadas pelas mulheres rurais e favorecem para a autorreflexão sobre a condição de submissão que se encontram. Além disso, juntamente com a sobrecarga de trabalho que as mulheres tiveram que lidar durante os encontros, verificamos nos relatos de Amendoeira, Nigella e Lavanda que a questão da divisão sexual do trabalho passou a ser discutida em casa, onde afirmaram que passaram a ser mais “compreendidas” e “ajudadas”:

[...] Porque antes eu ficava direto em casa, então quando ele chegava tava tudo pronto e aí precisei sair de casa, eu chegava tarde e aí meu marido tinha que chegar e ajudar (Amendoeira).

[...] Falei do encontro nosso e do que fazíamos com meu marido e filho. Porque era eu quem fazia tudo, então fui conversando com eles porque abriu minha cabeça e eles passaram a me ajudar também (Nigella).

[...] Porque eu estava ali mesmo e aí eu tinha que fazer por obrigação, já que eu ficava mais tempo em casa. Ele chegava e estava tudo arrumado. Às vezes acontece de ficar por fazer e ele varre a casa, guarda os brinquedos das crianças e não fala que eu tenho que fazer (Lavanda).

Até este ponto as falas também reforçaram as considerações de Woortmann (1992) quanto ao discurso hierarquizado que conduz a uma separação tradicional a qual elege as mulheres aos espaços domésticos e aos homens os espaços públicos. Nas falas ficou notório que as relações permaneceram enraizadas na divisão sexual do trabalho, porém, de acordo com Melo e Castilho (2009) observamos que, com a saída de Amendoeira, Nigella e Lavanda para a realização de atividades no âmbito público, houve a implicação de diálogos e de reorganizações familiares que revelaram sinais importantes de valorização e de visibilidade do papel desempenhado pelas mulheres.

Conforme Paulilo (2016) o trabalho doméstico e produtivo desempenhado pelas mulheres não é reconhecido na sociedade, inclusive, dentro da composição familiar. Assim

buscamos compreender, após a participação delas nos encontros, se houve mudanças na vida, no trabalho e na visão que a família tem delas sobre as atividades que desempenham. As respostas afluíram no entendimento de que os encontros estimularam as mulheres a expressarem a sua opinião em casa sobre os trabalhos domésticos, nos projetos pessoais e nos objetivos familiares. Senão vejamos:

[...]na família eu pude perceber que se eu precisar deles eu posso contar com o apoio da família (Magnólia).

[...] Eu me senti mais segura, porque nós, as mulheres, somos submissas. É a forma como fomos criadas, então com as conversas, eu entendi que eu tenho valor e que não posso ficar aceitando tudo não. Por exemplo, se tinha papel no chão meu marido falava pra eu pegar, mas agora eu falo não. Se ele terminava de comer, colocava o prato em cima da mesa e mandava eu levar na pia, mas passei a falar não, pode levar você (Nigella).

[...] quando o serviço de casa atrasa e ou acumula a família nota e aí me ajudam e me apoiam para dar conta das coisas. Antes achavam que eu não devia correr muito e agora eles acham que eu devo correr atrás dos meus sonhos. (Lavanda).

Os depoimentos de Magnólia, Nigella e Lavanda corroboraram com Melo e Di Sabbato (2006), quanto aos enfrentamentos das mulheres em relação à falta de reconhecimento e valorização das mulheres dentro da composição familiar. Dessa forma verificamos que, após os encontros, as pesquisadas tiveram uma nova postura em casa que, ao refletirem sobre a condição que se encontravam dentro da família, sentiram-se encorajadas a discutir com os seus familiares sobre o que sentem e pensam a respeito dessas questões.

Notamos que esse contexto contribuiu para que Magnólia, Nigella e Lavanda verbalizassem sobre a condição que se encontravam dentro da composição familiar e, ao serem ouvidas pelos familiares, receberam o apoio e a ajuda. No entanto entendemos que, conforme Paulilo (2004), mesmo “ajudadas” por seus familiares, a máxima da divisão sexual do trabalho tradicional se manteve por meio da legitimação e hierarquização que elege os homens aos espaços de fora e as mulheres aos espaços de dentro.

Segundo Siliprandi (2004) é constante o destaque dado à figura do homem no estabelecimento familiar como o único detentor do conhecimento. Assim buscamos compreender, entre os temas que foram abordados nos encontros, os assuntos que foram marcantes para vida das mulheres, dessa forma, conforme informaram Margarida e Violeta verificamos que as experiências adquiridas nos encontros favoreceram para a desconstrução desta propositura, conforme segue:

[...]Daí das coisas que a gente discutia nos encontros quando eu chegava em casa, já contava pro meu pai e minha irmã, daí explicava para eles o que tinha aprendido[...]. Acabou que fiquei mais curiosa, meu pai comprou mudas e eu fui com a minha mãe e eu nunca tive a curiosidade de saber como se planta e agora eu tenho tido a curiosidade de saber como funciona (Margarida).

[...] O que eu achei interessante foi quando fizemos aquelas contas e cheguei em casa e comentei com meu marido e ele achou interessante a maneira e me ajudou também em como eu deveria organizar o valor dos meus produtos. Aquilo me ajudou bastante (Violeta).

Apuramos nessas afirmações que o conhecimento adquirido nos espaços públicos contribuiu para o diálogo, a troca de experiência e de conhecimento no âmbito familiar fazendo que nesses momentos, de certa forma, a hierarquização da relação deixasse de ser totalmente tencionada pela relação de poder entre homens e mulheres (HIRATA, 2002).

4.2. A realidade das mulheres do bairro rural Peroba no âmbito público

Conforme Heredia e Cintrão (2006) a entrada de programas que atendam as demandas específicas das mulheres rurais é recente na realidade brasileira. Assim buscamos compreender a repercussão dos projetos de extensão no bairro, as colocações das mulheres revelaram que os encontros contribuíram para a visibilidade delas na comunidade, conforme segue:

[...] Porque como vivemos num bairro pequeno, distante, as pessoas nem ligavam agiam como se a gente nem existisse, e com esse projeto começamos a divulgar (Dália Amarela).

[...] No caso a escola era parada, a gente passou a cuidar dela então influenciou no reconhecimento nosso [...] porque a gente fez os encontros na escola, reuniões e outros eventos em que a comunidade participa e sabe que a gente que cuida (Linda-Flor).

[...] todo mundo fica sabendo que existe o projeto, que um passa a informação para o outro e, de certa forma, ajudou a valorizar o trabalho da gente (Magnólia).

Conforme Paulilo (2006), na exposição de Dália Amarela, revimos a desvalorização estrutural e a invisibilidade que as mulheres rurais sofrem em relação as atividades que desenvolvem, além disso, essa proposição relembrou as considerações feitas por Jezine (2006) quanto a importância do compromisso social e político engendrado nos programas de extensão das IES para o enfrentamento dos problemas de exclusão social das comunidades.

Ademais, conforme Melo e Castilho (2009), umas das formas de resolver a situação de invisibilidade das mulheres na agricultura familiar é por meio do reconhecimento das atividades realizadas pelas mulheres nos âmbitos público ou doméstico, dessa forma, Linda-Flor e

Magnólia convergiram nesse entendimento quando afirmaram que os projetos contribuíram para o reconhecimento social delas, pois a comunidade passou a valorizá-las quando tomaram conhecimento dos trabalhos que realizavam e, inclusive, em relação aos cuidados que tiveram com a escola para que o local fosse adequado para os encontros e para as outras atividades.

Conforme Woortmann (1992) o discurso político da separação circunscreveu as mulheres aos espaços de dentro e os homens nos espaços de fora e o de hierarquização que não atribuiu valor aos assuntos que norteiam o universo feminino, dessa forma, verificamos também, conforme Souza (2001) que a socialização das experiências motivada pelos projetos de extensão caminharam na contramão dessa lógica pois conforme Lavanda, Margarida e Violeta, o silêncio o qual estavam confinadas foi rompido de tal forma que se viram mais próximas e unidas:

[...]Teve mais união a comunidade estava se distanciando e daí a gente se juntou para fazer esse projeto, descobrir essas novidades (Margarida)

[...] Ajudou a aproximar pois ficamos mais próximas e nem que eu que já tenho mais experiência nas vendas foi gostoso pra gente trocar experiência e foi proveitoso (Violeta).

[..] Às vezes a gente passava a semana em casa sem comunicação. Agora a gente manda mensagem uma pra outra, conversa (Lavanda).

Relembrando os diversos enfrentamentos das mulheres rurais em sua realidade mencionados por Heredia e Cintrão (2006) identificamos que, no relato de Dália Amarela, os projetos de extensão foram importantes na vida dela em relação aos problemas vivenciados pela falta de reconhecimento social de suas atividades e da ausência de serviços local de educação:

[...] Na comunidade nós conversávamos sobre os encontros aos domingos durante as missas, daí teve mais gente da cidade que quis participar também. Acho que a partir daí que parece que ganhamos mais respeito. [...] Eu acho que foi muito importante na vida nossa, não só na minha, mas na das meninas e de outras pessoas (Dália Amarela).

[...] A comunidade ficou sabendo pois eu falei para as pessoas, foi uma coisa nova, porque a gente já participou de um curso de queijo, mas o jeito que foi não era igual a esse que ensinou a gente a conversar e a pensar (Nigella).

Nigella trouxe em sua ótica que os projetos de extensão foram diferentes do outro curso que realizou, pois nos encontros ela aprendeu a conversar e a pensar, essa declaração nos remeteu a teoria de Freire (1977) sobre a execução de projetos de extensão universitária que seja fundamentada pelo diálogo norteado nos princípios da liberdade e da transformação do pensar e do saber.

Conforme Fernandes e Mota (2014) a participação das mulheres em espaços públicos se constituem como uma oportunidade de desenvolvimento de sua independência que, segundo

Cândido (2009), a autonomia se realiza por um fenômeno incomum. Dessa forma, encontramos nos relatos de Dália Amarela e Nigella que as certificações também compuseram esse quadro:

[...] Essa semana eu levei o certificado para plastificar e a mulher ficou maravilhada querendo saber mais (Dália Amarela).

[...] Foi importante receber um diploma da universidade. Eu estava mostrando essa semana mesmo para meu filho (Nigella).

Nesse cenário, conforme Mélo, Moares e Costa (2014), identificamos nas certificações um caminho viável para a melhoria da autoestima delas e no combate do problema da invisibilidade das mulheres na agricultura familiar (MELO e CASTILHO, 2009).

Concernente à realidade do bairro rural Peroba e ao que foi afirmado por Torres (2019) e Bruno *et al.* (2011) identificamos também no discurso de Magnólia outro entrave que impossibilitou o desenvolvimento da independência feminina, no que se referiu a falta de serviços de transporte:

[...] Porque como eu dependo do meu marido e da minha filha para me levar na cidade e eu acho muito difícil e prefiro ficar mais em casa (Magnólia).

Ainda, conforme Bruno *et al.* (2011), além dos espaços promovidos pelos encontros dos projetos de extensão, buscamos compreender os alcances que as bolsas de auxílio extensão tiveram na vida das mulheres. Todos os relatos indicaram para a liberdade de decisão da utilização do dinheiro em que, por critérios próprios, elegeram o gasto para os cuidados pessoais, para o custeio de casa e no grupo de mulheres, conforme a seguir:

[...] Eu gostei porque abri minha conta no banco pois não tinha. [...] daí eu mesma peguei o dinheiro no banco porque me serviu para ajudar em casa e no grupo (Nigella).

[...] Na época me ajudou bastante porque estávamos arrumando para casa, reformando a casa e o dinheiro serviu para ajudar lá também, na reforma (Amendoeira).

[...] Ajudou porque eu estava começando o tratamento dos meus dentes e essa bolsa ajudou a pagar o tratamento e as comprar as coisas em casa (Margarida).

[...] Com a bolsa eu consegui concretizar alguns planejamentos meus em casa. Em que ainda sobrou alguns trocados (Magnólia).

Constatamos a satisfação de Nigella em ter aberto uma conta no banco, tal realidade nos lembrou, no início quando foi proposto o primeiro projeto de extensão financiado pelo IFSULDEMINAS, em que as mulheres do bairro rural Peroba só sentiram-se seguras e aptas em atender aos requisitos de participação quando as propositoras forneceram o serviço de transporte e o apoio ao acesso às Instituições de emissão da documentação exigida, tal evidência fez conexão com as afirmações feitas por Torres (2019) e Heredia e Cintrão (2006),

respectivamente, sobre os enfrentamentos diários das mulheres rurais, neste caso, em relação à ausência do serviço de transporte e das dificuldades das mulheres rurais tanto para irem e quanto para conversarem com os atendentes das Instituições Públicas.

O cenário revelado nas falas de Nigella, Amendoeira e Margarida remeteram ao trabalho de Paulilo (2004) em relação à condição de subordinação e desvalorização da mulher na sociedade, pois conforme a percepção de Cândido (2009) notamos nesse contexto que, a obtenção de renda por meio do pagamento das bolsas de auxílio, fez parte de um acontecimento eventual que propiciou às mulheres a liberdade de efetivarem os seus projetos pessoais e familiares.

Segundo Souza e Santos (2013) a agricultura familiar, com traços característicos do modo de vida camponês, sempre foi colocada pela sociedade brasileira em um lugar subalterno. Dessa forma buscamos compreender se após as discussões realizadas as mulheres mudaram a sua percepção em relação a identidade social no contexto da agricultura familiar, assim identificamos nos relatos a seguir posicionamentos subjetivos e diversos que revelaram indícios do resgate da identidade local provocados por práticas extensionistas que foram conduzidas por uma relação dialógica e consciente da realidade em uma perspectiva humanizadora e libertária, segundo as premissas de Freire (1977):

[...] Sim, me considero e mudou bastante, porque é como falei para você, antes de disso nós vivíamos naquele mundinho de dona de casa. Só dentro na cozinha e lavando roupa e a partir disso, ficamos encorajadas. Passamos a buscar e aí não ficamos mais só na cozinha (Dália Amarela).

[...] Antes quando perguntavam eu falava que era do lar. Agora tudo que eu vou assinar, até no título, eu falei que sou agricultora (Nigella).

[...] Então quando ia nas lojas e precisava comprar no cadastro eu dizia que era diarista porque aí conseguia comprar, senão se eu falasse que era do lar não tinha como comprar. Então ajudava, mas em outros documentos eu colocava que era do lar, mas agora não. Fui fazer meu título e coloquei que sou agricultora (Lavanda).

[...] Antes eu não me sentia agricultora familiar, agora depois eu comecei prestar mais atenção na minha mãe e meu pai e a gostar mais, a valorizar porque eu gostava mas não tanto como agora, gostava pouco e pensava que meus pais mexem e eu vou mexer não, que era bobeira e achava que não conseguia. Aí depois do projeto eu pensei “é tão bom mexer, é até gostoso mexer na terra” (Margarida).

[...] Sim, em comparação com a minha mãe foi bastante visível, porque ela se considera agricultora familiar e eu não me considero (Áster).

[...] Me considero uma agricultora familiar com muito orgulho. Sempre me considerei uma agricultora familiar, pois desde solteira, desde os meus 12 e 13 anos eu ajudava o meu pai na roça em que ele plantava cebola e cenoura. Já a partir dos encontros a discussão ajudou a pensar melhor sobre a importância de que é ser agricultora familiar (Magnólia).

[...]Assim depois dos encontros eu passei a me identificar como agricultora, porque a gente cultiva lá, eu uso os alimentos para a despesa da casa, não vendo, eu meu marido e meu filho a gente cuida da horta e usa em casa e as vezes a gente divide os frutos. Daí eu passei a me sentir importante porque eu gosto muito das plantações porque eu vejo que é importante para cultivar (Linda-Flor).

De acordo com a lógica estipulada de separação dos espaços dos homens e das mulheres citada por Woortmann (1995) notamos no relato de Dália Amarela que antes dos projetos, como sua atuação se dava mais no espaço doméstico, não reconhecia e não valorizava o trabalho doméstico que realizava no contexto da agricultura familiar, no entanto, sinalizou que depois das discussões sentiu-se encorajada a assumir a sua identidade e em razão de seus objetivos e, junto com as demais mulheres, passaram a ocupar mais os espaços públicos. Segundo Nigella e Lavanda após as autorreflexões suscitadas nos encontros se reconheceram de tal modo que optaram por se apresentarem socialmente como agricultoras familiares, fato esse que corrobora com a afirmação feita por Fischer (2012).

Conforme Siliprandi (2015) e Melo e Di Sabatto (2006) identificamos nas falas de Dália Amarela, Nigella e Lavanda a não atribuição de valor em relação as atividades que desempenham no campo doméstico. Tais afirmações compõe um problema estrutural recorrente na percepção da sociedade a respeito da importância do papel feminino desempenhado na agricultura familiar. Segundo Woortmann (2004) a mulher realiza trabalhos, domésticos e produtivos, que são fundamentais para a reprodução da família agricultora.

Nesse sentido, conforme Hirata (2002) a divisão sexual do trabalho se manifesta em uma multiplicidade de situações que, no caso em tela, foi notada por meio do reconhecimento das mulheres do bairro rural Peroba enquanto agricultoras familiares no âmbito público quando, por outro lado, não fizeram menção do reconhecimento no âmbito doméstico considerando que, conforme Dedecca (2012), as tarefas domésticas são fundamentais para a permanência e resistência da família agricultora.

Nesse contexto é pertinente lembrar o estudo de Rodrigues *et al.* (2017) onde apontou que fechamento das escolas rurais contribuiu para o enfraquecimento cultural e político local. Nesse sentido vimos como relevante rememorar a história do bairro rural Peroba em que no ano de 2005 a escola Santa Rita de Cássia foi desativada. De forma similar ao estudo mencionado verificamos que, considerando que Margarida e Áster tiveram a sua formação básica escolar no perímetro urbano do município, os relatos seguiram tencionados para o desenraizamento da identidade de agricultora. Por outro lado, constatamos na fala de Margarida que os encontros

contribuíram para que pudesse refletir sobre a identidade local, reconhecer e valorizar o papel desempenhado por seus pais, na agricultura familiar.

Diferente do que foi afirmado por Siliprandi (2015) e Melo e Di Sabatto (2006), Magnólia assinalou em seu discurso uma consciência que foi para além da subestimação que as mulheres sofrem em relação ao papel que desempenham na sociedade. Assim, mesmo sofrendo uma desvalorização estrutural enquanto mulher e agricultora, Magnólia, afirmou que sempre sentiu orgulho por sua identidade e que se formou não em razão de ter casado com um agricultor familiar, mas sim porque já reconhecia o seu papel e trabalho na agricultura familiar desde a infância.

Em seguida visualizamos concordância nos relatos de Magnólia e Linda-Flor onde afirmaram que, após as discussões, passaram refletir mais sobre a importância do papel desempenhado por elas na agricultura familiar e, conforme crítica de Siliprandi (2015) sobre a invisibilidade e a desvalorização das mulheres na composição familiar, constatamos que os espaços oportunizados pelos encontros convidaram-nas a refletirem sobre as suas realidades onde apresentaram uma nova perspectiva: a de resgate de sua identidade por meio da autovalorização e do autorreconhecimento do papel desempenhado por elas na agricultura familiar.

Buscamos compreender se houve contribuições marcantes dos projetos de extensão para na vida das mulheres, dessa forma, constatamos no relato de Magnólia conforme Mélo, Moraes e Costa (2004) que os espaços de diálogo se constituíram como uma ferramenta diretiva para a melhoria de sua autoestima:

[...]me ajudou a não ter medo, de me sentir importante, pois se eu desejo alguma coisa eu posso ir em frente e não preciso ficar pedindo nada para ninguém, eu vou e faço (Magnólia).

Conforme afirmado por Souza (2001) os manifestos de Magnólia e Linda-Flor revelaram que os projetos contribuíram para repensarem sobre a condição que se encontravam na agricultura familiar e, na essência dos relatos, conforme mencionado por Woortmann (1990) identificamos valores e princípios do *ethos camponês* por um pensamento sobre o modo de vida que se organiza de maneira diferente do estilo de vida urbano:

[...] É mais favorável trabalhar no bairro e receber um pouco menos do que receber o pagamento de serviço de diarista na cidade, aqui na roça os frutos são mais consideráveis. Ficar mais em casa, cuidar de casa, da horta, das roupas, das galinhas, fazer as bolachinhas é muito mais gratificante. Hoje eu trabalho como doméstica na cidade, mas não tenho prioridade para ir fazer esse serviço lá, pois é muito desgastante e estressante (Magnólia).

[...] Aí eu pensei na minha irmã que mora na cidade, tudo ela tem que comprar e eu não agora eu tenho tudo aqui (Linda-Flor).

Conforme Dedecca (2012) verificamos, nesse ponto por meio da autopercepção de Magnólia, o reconhecimento da relevância social que as atividades desempenhadas pelas mulheres têm para o âmbito familiar e para a agricultura familiar. Também identificamos nas falas de Magnólia e Linda-Flor verossimilhança no modo de se relacionarem com o trabalho com as o estudo realizado por Maia (2000) com as famílias camponesas do Médio Jequitinhonha, pois demonstraram que os seus valores e as suas decisões vão além de meras relações econômicas.

4.3. As implicações dos dois projetos de extensão no grupo de mulheres “Mãos que cultivam carinho”.

Primeiramente devemos considerar que, antes da aceitação dos projetos de extensão pelas mulheres que faziam parte do grupo “Mãos que cultivam carinho”, o principal objetivo do grupo foi de que fosse ofertado cursos que estivessem focados em vendas. No entanto, em razão do orçamento disponível no programa do IFSULDEMINAS, foi esclarecido de que não era possível atender a essa expectativa, mas por outro lado, a proposta constituiu na abertura da possibilidade de que as mulheres encontrassem um apoio, por meio das trocas de experiências e de conhecimentos, concernentes à realidade do grupo.

Conforme identificamos nos relatos, o dinheiro da bolsa de auxílio, foi investido no grupo de mulheres “Mãos que Cultivam Carinho”, dessa forma conforme Butto (2011) em razão dos problemas enfrentados pelas mulheres em relação às restrições de crédito em políticas públicas de Estado, buscamos compreender a abrangência da bolsa no grupo durante os meses de vigência dos projetos. Assim constatamos que, segundo os relatos, as bolsas de auxílio extensão favoreceram para o desenvolvimento do grupo pois, por meio de uma decisão coletiva fizeram a compra dos insumos necessários para as entregas no PNAE e para o pagamento dos documentos obrigatórios relacionados à formalização legal do grupo, de acordo com as falas a seguir:

[...] E então topamos fazer e daí a bolsa ajudou bastante pra gente comprar os ingredientes, essas coisas (Lavanda).

[...]A gente recebeu o dinheiro e investiu no grupo de mulheres e a outra parte da bolsa pudemos comprar em coisas para casa, para mim e para os filhos (Linda-Flor).

[...] o dinheiro serviu pra eu ajudar no grupo também serviu para ajudar em casa (Nigella).

[...] Na primeira bolsa combinamos no grupo de dar a metade para comprar as coisas que estávamos precisando daí se tivesse que tirar do dinheiro de casa, às vezes, nem teria como (Dália Amarela).

Vimos com Dália Amarela que sem o aporte financeiro, talvez, elas não teriam condições de iniciar a produção. Dessa forma, constatamos, nas falas de Lavanda, Nigella e Dália Amarela a relevância das políticas públicas que, nesse caso expressas em programas de extensão universitária, atendam as demandas de maneira flexível e sensível as necessidades da realidade local, ou seja, conforme o FORPROEX (2012) que contribua efetivamente para o desenvolvimento ético e justo das comunidades assistidas.

Em seguida buscamos compreender se houveram influências dos projetos de extensão no grupo, dessa forma, evidenciamos conforme citado por Santos Júnior (2013) e por Marques e Trivellato (2017) que os projetos de extensão no bairro rural Peroba, em razão de sua natureza ter oportunizado espaços de diálogos por meio das trocas de experiências, favoreceram na auto-organização do grupo, de acordo com os relatos de Nigella, Lavanda, Violeta, Dália Amarela, Áster, Margarida e Linda-Flor:

[...] os encontros ajudaram mais na convivência, no psicológico, só que eu demorei um pouquinho para entender da parte dos cálculos por causa da falta de estudo meu daí eu pegava e levava para casa para rever (Nigella).

[...] Achei que deu para mudar. Eu acho que o fato delas comentarem que possuem mais ânimo para fazerem as coisas. Elas estavam perdidas e então a ajuda dos encontros, através das dinâmicas, da organização do trabalho, eu acho que isso deu mais ânimo para elas. Mais segurança (Violeta).

[...] Influenciou bastante. Eu acho que começamos a ficar mais unidas e conversamos mais. Se surge dificuldade, a gente conversa. Sempre que fica algo pendente, a gente passa recado, conversa. Se precisa fazer uma limpeza, a gente se junta (Dália Amarela).

[...] Sim, todos os encontros que falavam em relação ao nosso grupo, tiveram influência sim. Aquela parte de divisão das tarefas em que eu e a Margarida ficamos mais na parte das embalagens. Ficou mais organizado. Também, porque com essa parte financeira a gente não tinha muita experiência, ver essa parte do retorno. Então eu acho que foi importante ver o controle do dinheiro das bolachas (Áster).

[...] Sim, ajudou no aprendizado, na comunicação, a gente aprendeu a muitas coisas, a mexer na documentação, a ser independente, A gente começou a se virar mais a ir atrás. Porque aí deu segurança para o grupo (Linda-Flor).

[...] Influenciou muito porque se não fosse esse projeto, as mulheres não estariam bem unidas agora, porque eram muito soltas e antes desse grupo cada uma tinha um grupinho, não tinha muita intimidade. Eu mesma bem antes dessa parte eu não era muito unida com elas (Margarida).

[...] Ajudou sim para que não haja desânimo e nós continuemos firmes nos propósitos do grupo de mulheres para que a gente jamais desista (Magnólia).

[...] Ajudou a incentivar (Amendoeira).

Segundo mencionado por Torres (2019) um dos problemas que são enfrentados pelas mulheres rurais é a falta dos serviços de educação. Nigella confirmou essa situação, na realidade do bairro rural Peroba, quando relatou sobre o esforço que empenhou para revisar em casa os cálculos que foram tratados durante os encontros. Ademais, deve-se levar em consideração que, antes da desativação da escola de Santa Rita de Cássia, a educação básica disponibilizada no bairro era, somente, até o Ensino Fundamental I.

Assim constatamos em todas as falas que, como foi mencionado por Portilho *et al.* (2019), os encontros se apresentaram como um instrumento de fortalecimento do grupo de mulheres por meio do estímulo e da valorização do papel desempenhados por elas, na agricultura familiar.

Dessa forma, conforme Conde (2012) em uma direção contrária da dívida histórica de políticas públicas do Estado com as mulheres, identificamos nos relatos que os projetos de extensão, conforme Souza (2001), foram contributivos para o fortalecimento do grupo por meio do rompimento do silêncio que estavam confinadas e assim ao serem incentivadas, mediante ao convite de pensarem e de refletirem, conforme a prática de extensão recomendada por Freire (1977), passaram a ampliar a comunicação entre elas, a resgatar os laços de união e de compreensão mútua.

Conforme consta na Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU a extensão universitária contempla um trabalho interdisciplinar que envolve a troca de saber popular e acadêmico por um processo de transformação dialético de teoria/prática da comunidade acadêmica com a comunidade local assistida (FORPROEX, 2012). Nessa perspectiva identificamos nos relatos de Lavanda e Amendoeira que os projetos de extensão foram coerentes com essa a diretriz da PNEU:

[...] A gente tinha dúvidas, daí no primeiro ano foi a parte da documentação do grupo porque no caso a gente não tinha muito conhecimento, a gente tinha medo e não entendia como que funcionava o PNAE, porque a gente entregava, mas não entendia muito (Lavanda).

[...] A gente aprendeu muita coisa nos encontros (Amendoeira).

Conforme Souza (2001) os grupos de mulheres oferecem a possibilidade de socializarem as suas experiências de modo a refletirem sobre o seu cotidiano e assim a identificarem situações que as colocam na condição de desigualdade subordinada. Dessa forma, buscamos compreender quais as impressões que ficaram para as mulheres que participaram do intercâmbio, os relatos convergiram na importância dos espaços de diálogo entre os grupos que,

no caso em tela, contribuíram para a autorreflexão das mulheres do bairro rural Peroba sobre a condição individual e coletiva das mulheres do grupo “Mãos que Cultivam Carinho”:

[...] foi possível perceber as dificuldades dos grupos. No encontro, ao notar as realidades deu para perceber que o Grupo de Mulheres dos Ouros tem mais apoio da Prefeitura e da Emater do que o grupo daqui de Itajubá. O apoio da Emater de Itajubá é menor, falta compreensão da realidade do grupo. As cobranças da Emater não são condizentes com as realidades do grupo, não identificam as dificuldades do grupo, em que mais cobra do que ajuda (Magnólia).

[...] Eu achei incrível porque nunca saí de Itajubá, nunca saí assim para conhecer outros lugares. Aí acho que foi um dos encontros mais interessantes. Conhecer como as outras mulheres trabalham (Margarida).

[...] Porque conhecemos gente diferente e o trabalho. E vimos que o caso deles é quase como o da gente (Lavanda).

[...] Lá em Conceição dos Ouros eu gostei de conhecer onde eles fabricam porque é mais próximo da nossa realidade, né? (Áster).

Conforme Souza (2001) em todos os depoimentos evidenciamos que as mulheres viram no intercâmbio uma oportunidade de socializarem as experiências, de conhecer a realidade de outras mulheres e, além disso, puderam constatar que as dificuldades enfrentadas por outro grupo de mulheres eram semelhantes. Por outro lado, identificamos no relato de Magnólia coerência com as alegações de Torres (2019) a respeito das dificuldades vivenciadas pelas mulheres do bairro rural Peroba que, diferente da realidade das quitandeiras dos Ouros, não recebem apoio pela prefeitura local e pela Emater.

Outra questão evidenciada com o intercâmbio foi expressa na fala de Margarida ao afirmar que nunca havia saído do município de Itajubá-MG para conhecer outros lugares. Tais pontos mencionados, são coerentes com as alegações de Torres (2019) a respeito dos diversos enfrentamentos que as mulheres rurais lidam em sua realidade local que não são objeto de atenção e de visibilidade na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa de mestrado consideramos a viabilidade de discutir o tema do compromisso da Extensão Universitária para a melhoria das condições de vida das mulheres no contexto da agricultura familiar, em razão do envolvimento da pesquisadora, com os trabalhos realizados do Núcleo Travessia com os moradores bairro rural Peroba e enquanto coordenadora dos dois projetos de extensão, que foram financiados pelo IFSULDEMINAS, que contou com a parceria e o apoio do Núcleo Travessia e Intecoop, nos anos de 2018 e 2019.

Foi constatado que, na realidade das mulheres do bairro rural Peroba, as ações de extensão universitária não alcançaram mudanças expressivas no âmbito doméstico, pois as tarefas domésticas mantiveram-se pesadas sob os ombros femininos e, com a participação delas nos encontros durante os anos de 2018 a 2019, a rotina intensificou-se.

Além disso ficou elucidado que, segundo as pesquisadas, não puderam contar com os maridos para a divisão dos afazeres domésticos e para os cuidados dos filhos e de pessoas e, quando ajudadas, foram pelas mãos de outras mulheres. Por essa realidade a análise revelou a permanência do problema hierárquico e legitimado da divisão sexual do trabalho que elegeu as mulheres como as responsáveis pelas tarefas domésticas e os homens para os espaços públicos.

Por outro lado, verificamos que as discussões suscitadas nos projetos de extensão foram relevantes para a transformação do pensar e do saber das mulheres do bairro rural Peroba em relação a condição de desvalorização e de sujeição a qual se encontravam dentro da composição familiar. Assim, constatamos que, embora as relações tenham prevalecido na máxima da divisão sexual do trabalho, os projetos de extensão estimularam as mulheres a refletirem a tal ponto que, até mesmo externalizaram a sua opinião com mais segurança e conseguiram negociar sobre as rotinas familiares que, por meio do diálogo, expressaram o que sentiam a respeito das condições que se encontravam na família.

No âmbito público identificamos que ocorreram mudanças na realidade das mulheres do bairro rural Peroba, pois os espaços de socialização que foram oportunizados se constituíram como uma ferramenta diretiva para a autorreflexão e para o desenvolvimento da independência individual e coletiva que se deu por meio da ampliação da participação delas nos espaços públicos. As seguintes transformações foram identificadas: o fortalecimento do diálogo e da união entre elas; mais segurança para se comunicarem com os moradores do bairro e na cidade; reconhecimento social, valorização e visibilidade do papel desempenhado por elas no bairro; autonomia de decisão na utilização da bolsa auxílio; reconhecimento e autovalorização com o resgate da identidade própria e local e melhoria na autoestima.

Nas averiguações das implicações dos dois projetos de extensão no grupo de mulheres do bairro rural Peroba constatamos que os encontros se desenvolveram como um instrumento de apoio para o desenvolvimento da autonomia do grupo de mulheres “Mãos que cultivam carinho” que, em razão de suas diretrizes de trabalho terem sido conduzidas por um conjunto de ações interdisciplinares que contou com o apoio e a parceria do Núcleo Travessia e da

Intcoop, estimulou e valorizou o papel desempenhado pelas mulheres do grupo que propiciou o fortalecimento da agricultura familiar.

Constatamos também que, as experiências vivenciadas pelo grupo durante o período de execução dos projetos, propiciaram novas experiências às mulheres por meio das trocas de saberes acadêmicos e popular, da melhoria de comunicação e do fortalecimento dos laços de união do grupo, da reflexão individual e coletiva a respeito da auto organização, da percepção ampliada das realidades subjetivas do grupo, da reflexão e discussão sobre a deficiência do serviço público municipal de transporte e educação e da falta de apoio das entidades públicas estaduais. Além disso, verificamos que as bolsas de auxílio extensão foram consideradas pelo grupo, no início, como um apoio necessário para que pudessem comprar os insumos que seriam utilizados na produção das bolachinhas para o PNAE e para o pagamento dos documentos necessários de formalização do grupo.

Assim considerando a condição das mulheres do bairro rural Peroba de desvalorização estrutural e de invisibilidade nas atividades que realizam no âmbito doméstico e público, da questão da divisão sexual do trabalho que reside na composição familiar e que se intensifica na realidade local em que o bairro sofre pela falta de serviços públicos essenciais e, considerando as diretrizes em que os projetos de extensão universitária foram executados, constatamos que as mudanças identificadas nos âmbitos domésticos, públicos e as implicações dos projetos no grupo de mulheres "Mãos que cultivam carinho" contribuíram para o desenvolvimento da autonomia das mulheres que se constituiu como uma ação diretiva e viável para os processos, individual e coletivo, de melhoria das condições de vida das mulheres do bairro rural Peroba.

Constatamos no processo investigativo dessa discussão interdisciplinar que foram diversas as questões que se fizeram reveladas a respeito dos problemas que compreenderam a realidade das mulheres do bairro rural Peroba. Dessa forma consideramos que, tão somente com a notoriedade científica que em se fez a publicação desse trabalho, alcançamos de modo efetivo a questão da invisibilidade feminina pertencente ao mundo rural.

Assim admitimos que as limitações de tempo não nos ofereceram condições para aprofundarmos as discussões que foram aclaradas no decorrer do processo investigatório desse trabalho: os limites e os alcances dos projetos de extensão universitária nas questões estruturais e hierárquicas que envolvem o espaço doméstico ocupado pela mulher rural; os impactos para os moradores do bairro rural Peroba com a paralização do serviço de educação local e os

desafios para o grupo de mulheres para a comercialização de produtos nas feiras locais do município.

Finalmente, levando em consideração os impactos de toda a ordem que a pandemia do covid-19 gerou onde, no caso do grupo das mulheres, paralisou todas as atividades de produção durante o ano de 2020 e, considerando o período de conclusão desta dissertação, recomenda-se que as pesquisas futuras busquem aprofundar a discussão sobre os contextos em que a extensão universitária se faz presente mediante as inúmeras dificuldades que as mulheres enfrentam na seara da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Anpocs, Edunicamp, Hucitec. São Paulo, 1992, 275 p. Estudos Rurais, 12.

ALENCAR, E. **Métodos de pesquisa nas organizações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000, 105p.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999, 103p.

ALMEIDA, Maria das Graças; SANTOS, Isabel de Jesus. XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 36, 2013, Manaus. **EXTENSÃO RURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: cotidiano que se relacionam**. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/lista_area_DT7-CR.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ALVES–MAZZOTTI, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (77): 53-61, maio 1991.

BARBIER, René. **A Pesquisa- ação na instituição educativa**; tradução Estela dos Santos Abreu com a colaboração de Maria Wanda Maul de Andrade. 1985. Rio de Janeiro. ZAHAR, 280p.

BATTISTON, Kalahan de Mello. **Os caminhos das águas da Mantiqueira**. 2019. 52 f. Trabalho Final de Graduação (Engenharia Hídrica) – Instituto de Recursos Naturais, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

BECKER, H. S. **De que lado estamos? Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas. Ed. Unicamp, 1999a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999b.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, 277p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **BOLSA FAMÍLIA. Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde à educação e à assistência social**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRITO, T. P., Pereira, V. G., & Santos, A. P. (2018). **Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração**. Retratos De Assentamentos, 21(2), 190-222. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.30>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRUNO, R. et al. **Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária**. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.55-86.

BUTTO, Andréa. **"A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas"**. In: SEMINÁRIO "GÊNERO Y ENFOQUE TERRITORIAL DEL DESARROLLO RURAL", 14 a 17 jul. 2003, Natal. Anais. Natal, 2003.

BUTTO, Andréa. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 1ªed. Brasília, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CÂNDIDO. Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 1º ed. rev. São Paulo: Edusp, 1968.

CÂNDIDO, M. H. **Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane em Maputo–Moçambique**. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

CANUTO, João Carlos. **Capital Tecnologia na Agricultura e o Discurso da EMBRATER**. Santa Maria – RS , Dissertação de Mestrado no CPGER-UFSM, 1984 137p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 221f. Dissertação.(Mestre em Extensão Rural) -Curso de pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. Santa Maria, RS.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante.** 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R. ; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural.** In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural Sustentável: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v.1. 166 p.

CHAYANOV. Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974, 342 p.

CHAYANOV. Alexander V. **Em busca da modernidade social: Uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** Campinas: UNICAMP, 1989. 33 p.

CHAYANOV. Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, J.; STOLCKE, V. (Org.) A questão agrária. Tradução de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla, José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CONDE. Leandro Carlos Dias. **A invisibilidade da mulher na agricultura familiar: por uma perspectiva de gênero na extensão rural.** 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_4/sessao_4A/05_Leandro_Conde.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

CRUZ, E. C. F. **Bairros rurais do Sul de Minas Gerais.** Labor & Engenho, Campinas [SP], Brasil, v.3, n.1, p.21–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/1848>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DEDECCA, C. S. **Uso do tempo e gênero. Uma dimensão da desigualdade socioeconômica brasileira.** In: Diálogos transversais em gênero e fecundidade. Articulações contemporâneas / Margareth Arilha et. al (Orgs.). Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012. 119–130. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/issue/viewIssue/15/4>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Caderno de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

DURHAN, E. **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

ESCOBAR, A. **El desarrollo sostenible**: diálogo de discursos. Ecología Política, Barcelona: Icaria, n.9, p.7-25, jun. 1995.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; JOSÉ, Mariana Aranha Moreira; SANTOS, Carlos Alberto Moreira. **Formar Pesquisadores Interdisciplinares**. Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU, Taubaté/SP – Brasil, v. 9, n 1, edição 16, p. 62 – 69, junho 2016. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/3097>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes and MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas**. Educ. rev. [online]. 2012, vol.28, n.4, pp.169-194. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n4/07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. **“É sempre bom ter o nosso dinheirinho”**: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. RESR. Piracicaba, São Paulo, v. 52, Nº 01, p. 009–024, jan./mar., 2014.

FISCHER, I.R. (2012) **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 160p.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Women in agriculture: closing the gender gap for development**. Roma: FAO, 2011.

FORPROEX - **Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária**. Política Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FRANÇA, Odila Amélia Veiga. **Ação**. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Silene de Moraes. **Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade**. Revista Conexão. v. 7, n. 1, janeiro–junho. 2011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3670>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, março 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021.

GOOGLE EARTH, INC. **Google Earth**. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GOOGLE MAPS, INC. **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/2un44EvBtuGUHzBo7>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. **Revisitando o Pronaf: Velhos questionamentos, novas interpretações**. Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília, v. 52, n. 2. p. 323-346, abr/jun. 2014.

GROSS, D.; UNDERWOOD, R. **Technological change and caloric costs: sisal agriculture in northeastern Brazil**. American Anthropologist, v. 3, n. 73, 1971.

HALLEY, B. M. **Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577–593, 2014.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Nera, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p.1–28, jan.–jun. 2006.

HERRERA, Marin K.; **Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais**. 3th Women's Worlds Congress & Seminário Internacional. Fazendo Gênero 11. 2017. (Seminário).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Número 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1995_1996_BR.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agência de Notícias IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 21 mar. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas interativos. Densidade populacional: números e imagens.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/densidade/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Lista das espécies terrestres e mamíferos aquáticos ameaçados de extinção do Brasil.** Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco/PORTARIA_N%C2%BA_444_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2014.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Editai 89/2017 - Programa Institucional de Capacitação de Mulheres - IF - Mulher.** Pouso Alegre, MG, 2017. Disponível em <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/reitoria>. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Editai 160/2018 - Programa Institucional de Capacitação de Mulheres – IF Mulher.** Pouso Alegre, MG, 2018. Disponível em https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/editaisproex2018/editai_160_IF_Mulher/Editai_160.2018.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional - IFSULDEMINAS 2019-2023.** Pouso Alegre, MG: 2020a. Disponível em <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/pdi/diagramacao-pdi.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Pronatec/Novos Caminhos.** Pouso Alegre, MG: 2020c. Disponível em <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-extensao/pronatec>. Acesso em: 21 mar. 2021.

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. **Reitoria.** Pouso Alegre, MG: 2020b. Disponível em <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/reitoria>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011. 39 p.: il.

JARDIM, Flores. **Significados das Flores.** 2020. Disponível em: <http://www.floresjardim.com>. Acesso em: 21 mar. 2021.

JEZINE, Edineide. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2004. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

- JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.
- KERGOAT, Danièle. In TEIXEIRA, Marli, EMÍLIO, Marilane, NOBRE, Miriam e GODINHO Tatau. (org.). **Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres**. São Paulo, 2003. p. 55-64.
- LAPERRIÈRE, A. La theorisation ancrée (grounded theory): démarche analytique et comparaison avec d'autres approches apparentées. In: POUPART, J. et al. **La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques**. Canadá: Gaëtan Morin Éditeur, 1997, p. 309-340
- LAMARCHE, Hugues. **Introdução Geral**. In: A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Campinas: UNICAMP, p.13-33, 1993.
- LAMY, Marcelo. **Uma nova definição de extensão universitária** (apresentado no XXII Encontro Nacional do CONPEDI, 2013, UNICURITIBA). Horácio Wanderlei Rodrigues; Orides Mezzaroba; Ivan Dias da Motta. (Org.). Direito, Educação, Ensino e Metodologia Jurídicos. Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 475-492. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4c525a48acc0084b>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- LAVILLE C., Dionne J. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, 340 p.
- LIMA, Ednilson Moisés de. **Terra e herança: uso, posse e desenvolvimento num bairro rural do sul de Minas Gerais 2020**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2020.
- LIMA E SILVA, Ednilson Moisés; GUIMARÃES PEREIRA, Viviane; PARREIRA BRITO, Tayrine; BORGES PEREIRA, Samanta. **Ensaio sobre um mundo rural na Serra da Mantiqueira: Uma campesinidade viva no bairro Peroba**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 21, n. 54, p. 890-906, setembro, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/103305/pdf?fbclid=IwAR21a79rV5LVb7oATOP8k8t9ERhzQsKOWgwwLCZmYSFtUekk2DGsY9bqGEE>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- LIVEGAP CHARTS, INC. **Criar o seu gráfico**. 2020. Disponível em: <https://charts.livegap.com/?lan=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- LUCID CHART, INC. **Software de diagramação online**. Disponível em: <https://www.lucidchart.com/pages/pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- MACHADO, Andréa Kochhann. **Formação docente e extensão universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções**. 2019. 548 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MAIA, C. J. “Lugar” e “trecho”: **gênero, migrações e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Viçosa, 2000, 176f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Departamento de Economia Rural - UFV.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Ano 11, n. 12. Presidente Prudente. São Paulo, 2008.

MARQUES, P. E., Lucas, A., & Trivellato, G. M. **O Papel da extensão universitária no apoio à agricultura familiar no município de São Pedro/SP**. 2017. Revista De Cultura E Extensão USP, 18, 13-23.

MÉLO, A. B.; MORAES, L. L.; COSTA, M. A. G. **Grupo de Mulheres Rurais “Reciclarte”**: a fuga do cotidiano. In.: Encontro Nacional da REDOR, 18, 2014, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFRP, 2014, p. 3812-3821. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1919/881>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135–158, jan./abr. 2009.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta; DI SABBATO, A. **Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas**. In: **Ministério do desenvolvimento agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87.

MELO, Jowania Rosas de. **A extensão universitária na UFPE: uma análise sobre a produção extensionista na perspectiva docente 2004-2009**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração. 162 p. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7153/1/arquivo349_1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; SANCHES, O. **Quantitativo–Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993.1.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Organização Universitária Brasileira. Decretos n.ºs 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

MOLINA, J. **Classificação e caracterização sócio-econômica dos agricultores**. In: REUNIÃO ANUAL DA SOBER, 12. Porto Alegre, 1974.

MPA Brasil. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). Niterói: Alternativa, 2013.

NEVES, Delma Pessanha, et Leonilde SERVOLO de Medeiros. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**, Alternativa, Niterói, 431 p, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

MULLER, Nice Lecocq. **Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, julho/1966, p. 83-130.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. v.01. 88p.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato**. v. 14 n. 20 (2018): REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/17656>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero**. Uma versão preliminar deste texto, foi apresentada no workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas – construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ. São Paulo, p. 1-13, 1996.

PARREIRA BRITO, Tayrine; BORGES PEREIRA, Samanta; BOLDRIN, Juliana; LIMA E SILVA, Ednilson Moisés; GUIMARÃES PEREIRA, Viviane. **A extensão universitária e a (re)organização de agricultores familiares em tempos de pandemia**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 16, n. 43, ed. esp. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12330>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PAULA, José Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces – Revista de Extensão. UFMG. v. 1, n. 1, p. 05–23, jul./nov. 2013. Disponível em: <http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitriahistriaconceitoepropostas1.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 1, n. 2, p.135-148, jul./dez. 1999.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quadro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p183-219.

PAULILO, Maria Ignez. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil**. Sociologias (UFRGS), v. 16, p. 204-236, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/45998>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PORTILHO, Edilene; Santos, Leticia Pinto Ribeiro dos ; Bilheiro, Livea Cristina Rodrigues ; Melo, Gabriel Alves Botelho de ; Oliveira, Stéfane Ketlyn de ; Majerowicz, Nídia ; Dias, Anelise. **Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social**. The Overarching Issues of the European Space = Grandes Problemáticas do Espaço Europeu : A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?. 1ed.Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, v., p. 355-370.

REDIN, Ezequiel. **Extensão Universitária e Extensão Rural: Diferenças e Desafios**. 2013. In: VIVÊNCIAS: Revista eletrônica de Extensão da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (RS) - URI, Vol.9, N.16: p. 153-158, - Erechim, RS: EdiURI, 2013. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_016/artigos/pdf/Artigo_16.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

RICHARDSON, J. **A pesquisa qualitativa crítica e válida**. In: RICHARDSON, R. J. et al. (Org) Pesquisa Social. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90-103.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva *et all*. **Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2017.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão, 2013. **A extensão Universitária e os entre-laços de saberes**. Salvador: UFBA (Tese de doutorado).

SARDENBERG, Cecília M. B. **Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano**. Caderno CRH, Salvador, n. 29, p. 21-47, jul./dez. 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Políticas de segurança alimentar e relações de gênero**. Cadernos de Debates, Campinas, Unicamp, v. 11, p. 1-18, dez. 2004.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2015.

SILVA, RP. **As especificidades da nova Ater para Agricultura Familiar**. REVISTA NERA (UNESP), v. 16, p. 150-166, 2014.

SOBRINHO, Juliano Custódio. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sulmineira de Itajubá (1785–1850)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - ICH/UFJF, Juiz de Fora.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da Extensão Universitária a partir de seus interlocutores**. 1995. 221f. Dissertação. (Mestre em Educação Escolar Brasileira) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, UFG. Goiás, GO.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas, Alínea, 2010.

SOUZA, Enaide Maria Teixeira de. Local e global: uma visão dialética. In: ÁVILA, Maria Betânia (Org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS CORPO, 2001.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP)**. Em Extensão, v.8, n.1, p. 34-47, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **As ideologias do capital para o campo brasileiro: o agronegócio e a agricultura familiar**. Colóquio do Museu Pedagógico. v. 10, n. 1, 2013, p. 437-467.

TAVARES, A.S., PARENTE, T.G. Gênero e Políticas Públicas de trabalho. In: Miranda *et al.* (orgs.). Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas. Manaus: Editora Valer, 2015 p. 249-274.

TAVARES, Patrícia; BIAZOTI, André; ALMEIDA, Natália. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. 1- Ed - Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017, 84p. Disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologia/?fbclid=IwAR3WQ-_oP4fhTZLzQS5AUHa98MgjZukoxTJXGr-FJHMnZY00eYPmgk84THA. Acesso em: 21 mar. 2021.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. investigação social e enquete operária São Paulo: Polis, p. 15-30, 1980.

TOLOI, Gabriela Gallucci.; MAZINI, Eduardo José. **Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados**. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial Londrina de 05 a 07 novembro de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

TORRES, Raquel (Ed.). **A vida calejada das mulheres do campo:** Em casa, o machismo oprime ainda mais, favorecido pelo isolamento. Na terra, o trabalho é intenso – mas invisível. As poucas políticas públicas favoráveis estão ameaçadas. Mas elas lutam – e se encontram com o feminismo. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá. **Informações sobre Itajubá. 2020.** Disponível em: <https://unifei.edu.br/relacoes-internacionais/incoming-students/informacoes-sobre-itajuba.2020>. Acesso em: 21 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social** – uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura. N. 21. Rio de Janeiro: outubro, 2003.

WOCIECHOSKI, D. P.; MAEHLER, A. E. **A extensão universitária da FAEM/UFPe sob a ótica da extensão rural:** rumo para qual desenvolvimento? Em Extensão, v. 14, n. 2, p. 9-34, 11 abr. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/31269/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, p. 41–60, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. **O saber tradicional camponês e inovações.** In: O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social/Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo–Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia:** o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

ZARNOTT, Alisson Vicente. **Participação social e políticas públicas de extensão rural em assentamentos de reforma agrária.** 2016. 193 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3832>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ZUIN. Bruno Poliana B; ZUIN. Soares Fernando. **Proposta de um modelo de desenvolvimento de produtos para propriedades familiares fundamentado na**

metodologia de Paulo Freire para extensão rural. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 49–60. jul./dez.2007.

APÊNDICE I - RELATORIA DOS ENCONTROS– ANO 2018

Data: 17/05/2018.

Tema do 1º Encontro: Estreia na Feira.

Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 74/2018.

Observação: Os nomes mencionados nesse apêndice estão em conformidade com o Quadro 5 - Perfil geral das mulheres participantes dessa dissertação. Em relação as mulheres que não participaram da pesquisa, mas participaram dos encontros os nomes que foram atribuídos são: Participante 1, 2 e etc.

O dia do primeiro encontro do projeto estava programado para inicializar às 8h, no entanto, como a secretaria da saúde do município de Itajubá estava no local (na escola desativada Santa Rita de Cássia) aplicando vacinas e consultas nos moradores do bairro, houve um pequeno atraso para o início das atividades do projeto e, como não havia previsão do término dos atendimentos, às 8h50 a extensionista sugeriu que as atividades fossem inicializadas no pátio da igreja por meio de uma prece, a Participante 1 começou a prece e no final as participantes, de forma sincronizada, realizaram uma prece desconhecida pela pesquisadora e pela extensionista, tal passagem trouxe para a reflexão a respeito das tradições e dos costumes locais e suas singularidades.

Em seguida a extensionista convidou as participantes para um momento de interação por meio de um alongamento e de uma massagem coletiva. Após essa atividade, os acordos do dia foram realizados com base em uma programação definida dividida entre o período da manhã e da tarde.

A bolsista informou que havia sido feito um convite para o representante da EMATER, mas em razão de sua agenda, infelizmente, não pode comparecer. Em seguida fez o convite a Participante 1 e a Violeta para relatarem das experiências que possuíam nas vendas da feira. No discurso disseram que a feira tinha, aproximadamente, 20 barracas sendo que em média geral eram 10 barracas para a alimentação, algumas para roupas e artesanatos e outras para a comercialização de verduras e legumes.

Nas terças feiras os feirantes se reuniam para tratar os assuntos da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá - FACI e, durante a discussão, Participante 1 e Violeta disseram que quando concordavam com o tema se pronunciavam a favor, caso o contrário, por serem a minoria silenciavam-se, pois era um a forma de se protegerem não se exporem e não criarem problemas. Lembraram que a ideia inicial da FACI era de contemplar a comercialização de produtos da

agricultura familiar, por outro lado, não representava a realidade dos feirantes e por essa razão que boa parte das decisões não levavam em consideração a realidade das famílias agricultoras.

Violeta fez questão de destacar que, para permanecer na feira, é preciso muita persistência e resistência pois das muitas situações e decisões realizadas não levavam em consideração a realidade da minoria, no entanto, com a persistência a feira tem sido uma janela importante para a divulgação do trabalho dela. Além das experiências que tiveram com os atendimentos com os clientes e das inúmeras transformações que passam na produção tendo em vista as opiniões dos clientes e a saída desses produtos.

Os relatos delas foram importantíssimos para as participantes perceberem como poderão definir as estratégias de entrada na feira e a sua permanência. Encerrado o primeiro período da manhã, após o almoço coletivo, as participantes acordaram de analisarem quais seriam os produtos que o grupo de mulheres optaria para a comercialização na feira. Assim a extensionista reservou 20 minutos para as participantes discutirem em duplas sobre a proposta.

Superada e quebrada a timidez de falar todas as participantes realizaram a sua participação expondo as suas ideias. Após essa etapa a extensionista convidou as duplas para refletirem coletivamente sobre os produtos apresentados e a decidirem sobre quais seriam os indicados para a comercialização na feira.

Nesse momento, Magnólia comentou que havia uma vaga em aberto na FACI para que o grupo de mulheres “Mãos que Cultivam Carinho” pudesse comercializar na feira e que havia sido comunicada por um representante que era preciso um pronunciamento do grupo sobre a ocupação ou não do espaço. Por essa realidade, definido os produtos, Violeta sugeriu que houvesse a inauguração das mulheres no dia 17/05, momento em que todas as mulheres presentes que eram integrantes do grupo manifestaram o de acordo.

Resolvido essa questão a extensionista continuou a discussão apontando três temas relacionados à inauguração do grupo na feira, sendo a pré-divulgação, a apresentação da barraca e os produtos a serem comercializados.

Com esse momento de discussão se organizaram mediante a decisão de que a divulgação ficaria à cargo das mulheres mais jovens com o apoio da extensionista e da coordenadora do projeto de extensão. As demais mulheres se propuseram a se organizar para a produção e para a apresentação da barraca.

Uma discussão também foi destaque em relação a produção de uma camiseta do grupo de mulheres com a logomarca para usarem no dia da inauguração. Nesse dia, sabendo das

dificuldades de locomoção das mulheres, ficou acordado que um carro seria disponibilizado pelo IFSULDEMINAS para que o máximo de mulheres pudessem participar desse dia, presencialmente, na feira da FACI. Além disso, ficou acordado que o Núcleo Travessia e outros grupos coletivos fariam a divulgação entre os seus pares.

Fotos do dia:

Figura 13 - Extensionista conduzindo a discussão. Itajubá-MG,2018.



Fonte: Da autora (2018)

Figura 14 - Participantes do encontro em discussão. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

17/05/2018 – O DIA DA ESTREIA NA FEIRA

Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 74/2018.

As mulheres estrearam na feira na quinta dia 17/05/18 na FACI (Feira Agroecologia de Itajubá) na praça da avenida BPS do município de Itajubá das 16h às 20h oferecendo geleias e compotas de laranja; goiaba; pimenta; maracujá; abacaxi; compotas de figo; mamão; abacaxi em calda; conserva mista; conserva de pinhão e muitas outras novidades, conforme Figura 15.

Figura 15 - Convite de divulgação da estreia na feira. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Facebook do Grupo de Mulheres “Mãos Que Cultivam Carinho” (2018)

Figura 16 - Produtos do grupo de mulheres sendo levados até a Feira. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Figura 17 - Primeiro dia de comercialização na feira. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Figura 18 - Divulgação na cidade e região da estreia das mulheres na feira. Itajubá-MG, 2018.

Grupo de Mulheres da Peroba
Estreia...

PEROBA
Mãos que cultivam carinho

Estreia da Barraca
"Mãos que Cultivam Carinho"
na FÁCI

Dia: 17/05/2018
A partir das 16h00

Praça Jornalista Sebastião
Inocência (Praça do BPS)
Av. BPS, Itajubá

Haverá degustação de produtos, participe!

Compotas e Geleias

		
Geleias	Compotas	
Morango	Figo Mamão	
Abacaxi	Abacaxi	
Maracujá	Maçã	
Pimenta	Pinhão	
Hortelã	Picles misto	
Gengibre	entre outras	

Apelo
TRANSPARÊNCIA

Fonte: Da autora (2018)

Data: 12/06/2018

Coordenação do dia: Coordenadora do Núcleo Travessia com a Extensionista aprovada no edital 74/2018. Tema do 2º Encontro - “Fortalecimento da Organização das Mulheres da Peroba”

Abertura – ocorreu às 9h com as boas-vindas e a dinâmica de sensibilização para a programação do dia em que as mulheres fizeram alongamento, massagens coletivas e uma prece de inicialização. Em seguida foi dado o acordo de convivência.

Com o objetivo de refletir sobre os caminhos percorridos pelas mulheres, desde o surgimento do grupo, e de discutir sobre a importância do trabalho coletivo para a transformação da realidade, as mulheres foram convidadas a fazer um círculo na sala, com as cadeiras, e a pensarem em duplas sobre os momentos importantes vividos do grupo desde a sua constituição (oficinas de produção, encontro de economia solidária, encontro sobre Sistemas Participativos de Garantia em Inconfidentes, Intercâmbio de Saberes em Campo do Meio, participação no ENEDS - Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, participação no encerramento do projeto, inauguração na feira, convite para participar do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, Bingo, e etc). Esses momentos foram escritos em tarjetas e mostrados em fotos para trazer a memória afetiva, conforme Figura 19.

Figura 19 - Dinâmica do processo de formação do grupo de mulheres. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Após o registro destes momentos (em fotos) dispostos no chão, a discussão se deu sobre a importância do caminho que o grupo percorreu até chegar no presente momento, sobre a caminhada ser constante, sobre as dificuldades que sempre existiram e como que a união e a organização são importantes para as mulheres manterem o foco e a persistência, mesmo com todas as dificuldades para se aprimorarem frente os desafios atuais e os futuros.

As mulheres ficaram surpreendidas com o resultado da dinâmica do dia, pois não haviam atentado a grande quantidade de atividades que o grupo já havia realizado e com a organização já definida. Essa consciência das vivências do grupo e da auto-organização reverberou para as mulheres um sentimento de satisfação pelo caminho já percorrido e estímulo para que não desistam dos objetivos coletivos, mesmo com as dificuldades já vividas.

Tema do 3º Encontro – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar **Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 74/2018.**

Abertura – ocorreu as 09h com as boas-vindas e a dinâmica de sensibilização para o dia em que as mulheres fizeram alongamento, massagens umas nas outras e uma prece de inicialização. Em seguida foi dado o acordo de convivência.

A parte da manhã ficou definida para apresentação teórica e contextualizada do PNAE por meio de um histórico e uma roda de conversa participativa com as mulheres. Em seguida a extensionista as convidou para entrar em contato com o edital da chamada pública de Itajubá, havia 10 cópias do documento que foram disponibilizadas e, foi esclarecido que mesmo que o documento, inicialmente, assustasse em razão da quantidade de páginas não era necessário que fizessem toda a leitura, mas que a proposta era que tomassem conhecimento da estrutura desse documento.

Figura 20 - Preenchimento do formulário do edital do PNAE. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

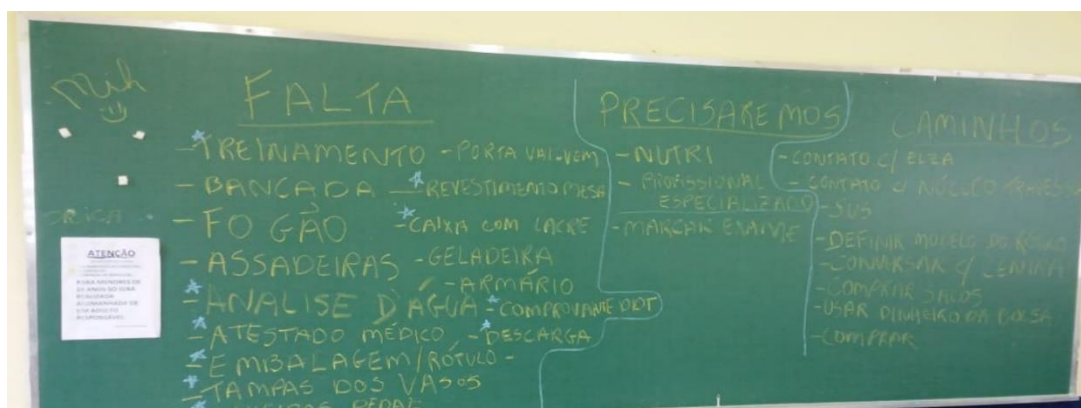
Em seguida foi proposta uma atividade em trios para que as mulheres realizassem a simulação de venda dos produtos que elas possuem para a comercialização. Com essa dinâmica puderam compreender a estrutura e a forma do edital, os requisitos do uso das DAPs - Declaração de Aptidão, meios de preenchimento, os meios de cadastramento dos produtos a serem comercializados e as limitações de venda.

O resultado dessa dinâmica revelou que o primeiro grupo conseguiu levantar 6 mil em venda de produtos, o segundo aproximou de 13 mil de vendas e o terceiro simulou para três DAPs e alcançou quase 60 mil. Essa dinâmica foi bem recebida e, tranquilamente, elaborada e compreendida pelas mulheres, pela praticidade da proposta e pela objetividade.

No final da manhã observei que as mulheres ficaram satisfeitas de vivenciar essa dinâmica e compreenderam que a documentação não se trata de algo tão difícil de lidar e de acompanhar.

Após a pausa do almoço a extensionista solicitou para as mulheres que levantassem uma discussão em duplas (com a intenção de que houvesse a fala de todas) para que verificasse o que faltava para elas efetivamente participarem do PNAE, o que era preciso e quais eram os caminhos necessários para alcançar o objetivo do grupo no sentido de fornecerem os produtos para o PNAE.

Figura 21 - Requisitos para a participação do grupo no PNAE. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Conforme Figura 21 o resultado foi construído, coletivamente, os itens marcados com o asterisco foram definidos como imprescindíveis e urgentes de solução. No caso dos rótulos a discussão ficou centrada na busca de um nutricionista que faça a tabela nutricional dos produtos, ficou acordado que seria tratada a questão com uma nutricionista da UNIFEI que faz parte do corpo discente do programa de mestrado de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Durante o encontro foi destacado pelas participantes a necessidade de que finalizem, até o final do mês, as exigências que envolvem a liberação do alvará por parte da prefeitura (análise da água, treinamento, embalagem/rotulo, revestimento da mesa e papel *contact*. Para isso ficou acordado que, ao longo do mês, outras reuniões seriam realizadas para definirem qual a quantia que utilizariam do pagamento da bolsa do projeto de extensão a fim de custear os gastos demandados. No encontro foi destacado a dificuldade das mulheres de locomoção até a cidade para a resolução das questões burocráticas de liberação do alvará.

Finalizado o dia, nas próximas reuniões o grupo de mulheres concretizaram com as formalidades para a habilitação para o fornecimento no PNAE nas escolas municipais de Itajubá-MG que foi efetivada pela análise da água, dedetização, rotulagem e testes de adaptação nas escolas.

Figura 22 - Rótulo da rosquinha de coco. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Figura 23 - Rótulo da rosquinha de nata. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Data: 14/08/2018

Tema do 4º Encontro – Intercâmbio com as “Quitadeiras dos Ouros”

Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 74/2018.

Observação: A articulação do encontro foi realizada pelo Núcleo Travessia e IFSULDEMINAS com a pesquisadora da UFLA que estava bastante inteirada com a realidade das quitadeiras dos Ouros.

O dia iniciou com a saída das mulheres da escola desativada de Santa Rita de Cássia do bairro rural Peroba às 10h da van do IFSULDEMINAS e com a chegada na cidade de Conceição dos Ouros às 12h, em seguida foi realizado um intervalo de almoço. Às 13h uma representante do grupo de “Mulheres dos Ouros” encaminhou as mulheres do bairro rural Peroba para a agroindústria, local das atividades, cedida pela prefeitura municipal de Conceição dos Ouros no bairro Três Cruzes.

Já na agroindústria as mulheres do bairro rural Peroba foram recebidas e acolhidas com muita alegria e entusiasmo pelas quitadeiras dos Ouros. Estavam presentes a técnica de Bem-Estar Social da EMATER/MG, a extensionista do projeto do CNPq e a pesquisadora da UFLA - Universidade Federal de Lavras⁶.

A técnica da EMATER/MG abriu a roda de conversa e esclareceu que a agroindústria foi concebida pelo projeto "Desenvolvimento de produtos de mandioca e polvilho para inserção na merenda escolar, na perspectiva de segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros -MG" em parceria com a EMATER/MG Conceição dos Ouros - MG, Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, IFSULDEMINAS e Associação de Produtores Rurais e Agroindústria de Conceição dos Ouros, o qual foi aprovado pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Informou, ainda, que a agroindústria viabiliza as ações de organização das mulheres para a fabricação das quitandas de mandioca e polvilho e valoriza as habilidades e competências das mulheres na fabricação, pois favorece o resgate da cultura alimentar que, por meio da inserção dos produtos na alimentação escolar, contribui para a segurança alimentar, a integração

⁶ A pesquisadora da UFLA esclareceu que o processo de formação e de desenvolvimento do grupo de mulheres “Quitadeiras dos Ouros” é fruto de um longo trabalho de parcerias que fora inicializado com a extensionista da EMATER/MG e seguido de um importante projeto de extensão que fora aprovado por uma servidora do IFSULDEMINAS na chamada CNPq-SETEC/MEC nº 017/2014 "Desenvolvimento de produtos derivados da mandioca para a inserção na alimentação escolar como perspectiva de segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros" que contou com a contratação de uma extensionista agropecuária.

das familiares rurais e para o fortalecimento da economia local, bem como, se constitui como uma política pública para a inserção das mulheres no mercado.

Para a técnica, o projeto se configurou como um importante passo para o empoderamento das mulheres dos Ouros pois os biscoitos se tornaram um produto diferenciado na região, uma vez que, foram enriquecidos nutricionalmente por meio da utilização de insumos de baixo custo, de baixa quantidade de carboidratos e ricos em vitaminas e minerais como foi o caso da utilização da beterraba, cenoura e ora-pro-nóbis.

Não só pelo o projeto, a técnica ressaltou que todas as conquistas do grupo de mulheres dos Ouros são fruto de persistência e do trabalho duro e para se ter uma ideia, bem antes do início do projeto CNPq o grupo era formado com mais de trinta mulheres e que, na atualidade conta com cinco mulheres atuantes, contexto em que o grupo se mantém muito consistente e pertinente aos seus objetivos.

Um dos resultados desse trabalho se deu mediante a obtenção da habilitação na chamada pública para comercializarem o equivalente a R\$ 3 mil no IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Por toda essa trajetória, mediante os esforços engendrados pelo grupo e com o apoio nos projetos de extensão, o trabalho das quitadeiras foi publicado no caderno de boas práticas do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

No final de 2016 o grupo também foi classificado na concorrência para a venda de mais de R\$ 24 mil em quitandas no IFSULDEMINAS - Campus Pouso Alegre. Outro ponto de venda é a feira livre de Conceição dos Ouros, promovida nas manhãs de sábado.

A extensionista agropecuária agradeceu a presença de todas as mulheres do bairro rural Peroba e disse que está muito satisfeita em saber que as quitadeiras de Ouros tem sido referência na região em razão do trabalho que elas têm desenvolvido nos últimos anos e que esse momento de troca foi muito válido e relevante para os dois grupos.

A pesquisadora da UFLA disse que acompanhar esse momento de recebimento das mulheres da Peroba para conhecer os trabalhos realizados pelas quitadeiras é de extrema relevância para a sua discussão na sua pesquisa que estava em processo de conclusão que trata a respeito do processo de desenvolvimento da autonomia das quitadeiras “Um projeto de extensão: diálogos sobre empoderamento de mulheres rurais em estudo de caso do grupo quitandas de Ouros no município de Conceição dos Ouros em Minas Gerais”.

Em seguida todas as quitadeiras se apresentaram e agradeceram a presença das mulheres e disseram que estavam muito felizes em recebê-las pois, até mesmo, no processo de preparação e de organização para o encontro já estavam muito alegres por terem revivido e lembrando dos desafios iniciais do grupo. Na fala de uma quitadeira o projeto do CNPq foi uma ótima oportunidade que abriu portas para que pudessem, cada dia mais, se fortalecerem na caminhada e nos objetivos pessoais e coletivos.

A coordenadora do projeto de extensão do IFSULDEMINAS e a extensionista se apresentaram e explicaram que o encontro fazia parte de uma das estratégias de atingir o objetivo do projeto de extensão de colaborar com o processo de organização do grupo de Mulheres “Mãos que cultivam carinho” esse momento se constituiu como uma rica oportunidade de troca de experiências. Em seguida as mulheres do bairro rural Peroba se apresentaram e falaram sobre as expectativas pessoais e coletiva.

Após as apresentações, as mulheres do bairro rural Peroba foram conduzidas até o espaço de produção em que as quitadeiras mostraram os fornos, mesas, equipamentos, as técnicas de empacotamento e os procedimentos burocráticos que cumpriram para a obtenção do alvará de funcionamento com a autorização da vigilância sanitária.

No final do encontro foi realizado um café coletivo com bastante interação e troca de conversas entre as mulheres, nesse momento, cada mulher presente levou uma quitanda. Uma cesta de mini geleias foi preparada e entregue pelas mulheres do bairro rural Peroba para as quitadeiras dos Ouros que por sua vez, gentilmente, entregaram para as mulheres do bairro rural Peroba pacotes de biscoito de polvilho de beterraba, ora-pro-nóbis e cenoura.

Figura 24 - Encontro com as "Quitadeiras dos Ouros". Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Data: 11/09/2018

Tema do 5º Encontro – Pronaf Mulher - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar– Trabalho e Gênero

Coordenação do dia: Coordenadora do Núcleo Travessia com a Extensionista aprovada no edital 74/2018.

Abertura – ocorreu as 10h com as boas-vindas e a dinâmica de sensibilização para o dia em que as participantes fizeram o alongamento, as massagens umas nas outras e uma prece de inicialização. Em seguida foi dado o acordo de convivência.

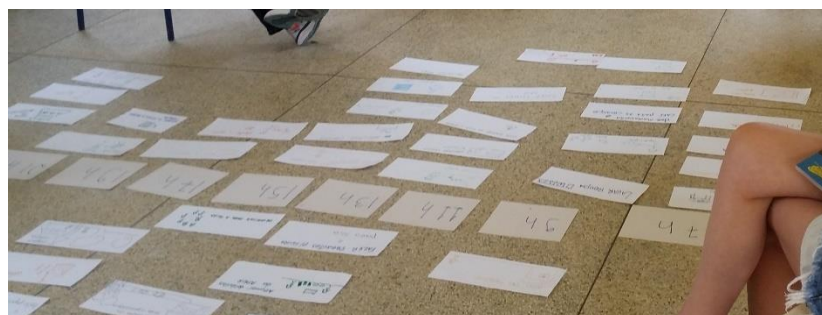
O tema trabalhado neste dia foi gênero e PRONAF- Mulher. Inicialmente a extensionista e a coordenadora do Núcleo Travessia esclareceram como o PRONAF Mulher funciona, sendo um crédito de investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural. Por meio do PRONAF Mulher é possível realizar financiamentos para a construção, reforma ou ampliação de instalações na propriedade rural. Essa discussão se fez importante pois as mulheres passaram a refletir e a comentar sobre o papel que realizam na agricultura familiar pois comentaram que já chegaram a utilizarem o PRONAF para a construção.

Finalizada essa etapa, que se realizou de forma bastante participativa entre as mulheres, uma oficina diagnóstica foi conduzida por meio de tarjetas para que realizassem uma autoanálise e um autodiagnóstico, dividida por horas do dia, para relatarem sobre a realidade do dia a dia de cada uma em relação as atividades que desempenham. O resultado expresso revelou uma rotina de trabalho bastante intensa que, no geral se levantam às 5h e encerram as tarefas às 23h e houve casos em que finalizaram as atividades às 00h.

Durante a construção dessa dinâmica a discussão passou pelas questões de gênero em relação a divisão das tarefas em casa e como elas se relacionam com os filhos e com os maridos. Durante a oficina, a extensionista, buscou dar notoriedade a respeito da “lida” diária delas e da importância que o papel desenvolvido por elas tem para a manutenção e para a subsistência da família.

No final do dia foi lembrado que, para o cumprimento do projeto de extensão, aquele dia era registrado no IFSULDEMINAS como o último encontro, no entanto, se houvesse o acordo de todas as participantes era possível estender o projeto por mais um dia de encontro para que fosse realizada uma autoavaliação de execução e para uma confraternização de conclusão por meio da “amiga secreta”. Com o de acordo de todas, ficou acordado que o presente da amiga oculta seria a partir de um artefato que fosse produzido por meio da criatividade e do aproveitamento dos objetos que as mulheres já tivessem em casa.

Figura 25 - Montagem por tarjetas das atividades desempenhadas pelas mulheres. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

Data: 23/10/2018

Tema do 6º Encontro – Avaliação do Projeto e Finalização

Coordenação do dia: Coordenadora do Núcleo Travessia com a Extensionista aprovada no edital 74/2018.

Abertura – ocorreu às 9h com as boas-vindas e a dinâmica de sensibilização para o dia em que as mulheres fizeram alongamento, massagens umas nas outras e uma prece de inicialização. Em seguida foi dado o acordo de convivência.

A extensionista abriu o dia para informar sobre o encerramento do projeto que se estendeu por cinco meses e, que a proposta do dia era realizar uma avaliação sobre a execução do projeto com a análise coletiva sobre as dificuldades superadas, as que não puderam ser ultrapassadas, pensar sobre as perspectivas para o ano de 2019 e após o almoço com a realização da confraternização com as amigas ocultas. Convidou as mulheres para registrarem em duplas os pontos positivos e negativos da execução do projeto levando em consideração ao horário, aos conteúdos abordados, a participação, as dificuldades superadas e não superadas.

Lavanda iniciou com a fala onde mencionando que considerou como ponto positivo o prévio acordo entre elas dos dias de encontros e horários. Destacou também que o apoio que receberam para a estreia na feira da FACI em que contaram com a ajuda do IFSULDEMINAS e Núcleo Travessia nos preparativos, na organização e divulgação. Lembrou que o intercâmbio foi muito importante para o grupo pois tiveram a oportunidade de realizarem as trocas de experiências em que, com essa vivência, puderam tirar muitas dúvidas e assim avançaram com mais segurança e confiança. A bolsa também foi um recurso muito importante para que

pudessem se organizarem no início com o fornecimento das bolachinhas no PNAE. As demais mulheres também assinalaram que esses encontros já marcados, na terça-feira por mês, foi um momento importante pois era o dia em que elas tiravam para elas. A coordenadora do Núcleo Travessia complementou que toda a experiência para o núcleo foi positiva pois trouxe a autorreflexão coletiva do trabalho quanto ao esforço de se fazerem claros e compreensíveis nas propostas.

Linda-Flor disse que os pontos positivos foram: dia do curso (terça-feira), o intercâmbio, aprendizagem, comunicação, incentivo do Núcleo Travessia, alongamentos, a bolsa que contribuiu para o grupo investir nos projetos do PNAE, informou que não houve pontos negativos.

Amendoeira considerou que o ponto negativo se deu pela rapidez que o projeto ocorreu, ponto positivo se deu pela aprendizagem especialmente a questão do PNAE, PRONAF e outros. A dedicação, o incentivo e o apoio do Núcleo nos trabalhos desenvolvidos por elas. A sugestão foi de que houvesse novos encontros e que ocorressem mais oportunidades de intercâmbio.

Dália Amarela considerou que os temas foram esclarecedores, tiraram dúvidas e medos. A viagem realizada ajudou a mostrar a realidade e os desafios de mulheres como elas enfrentam, a bolsa foi importante para ajudar a caminhada delas, as palavras, o apoio foi um grande incentivo para que concluíssem esse pois foi de muita relevância.

A extensionista disse que os temas realizados, dia, horário, e todas as atividades foram realizadas por uma construção coletiva, e que o pensamento participativo se efetivou a partir das demandas levantadas por elas. O fato de as mulheres terem ficado em dúvida da forma da execução do projeto foi importante para o Núcleo conhecer melhor a realidade das mulheres e assim verificar a possibilidade de realização, como por exemplo os veículos e as decisões de dias e horários. Alguns pontos negativos se deram pela falta de distribuição igualitária dos trabalhos para o preparado da alimentação, ou seja, na divisão de tarefas. Os atrasos que houve também foi um ponto de atenção de melhoria para o ano seguinte.

Violeta acrescentou sobre a importância de que haja uma organização de qual alimento seria levado, o que cada participante levaria pois, muitas vezes, não sabia o que realmente precisava levar para o almoço.

A coordenadora do Núcleo Travessia considerou que esse espaço permitiu que as mulheres deixassem seus locais de atuação para estarem juntas para falar de assuntos que, de certa forma, trouxeram a oportunidade e a liberdade de falarem “entre mulheres”, esse espaço

de mulheres foi significativo para isto, porque a voz das mulheres se fez presente. Eu, enquanto coordenadora do projeto de extensão do IFSULDEMINAS disse que além dessa liberdade uma amizade foi consolidada também e a expectativa é que outros projetos possam ser construídos além do projeto já corrente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

A extensionista complementou que tem aprendido muito com as mulheres por essas vivências desse projeto. Participante 2 também ficou muito satisfeita com o projeto pois foi uma experiência muito especial.

Dália Amarela disse que no PNAE as mulheres têm enfrentado bastante dificuldades na execução, na parte financeira, pois é um trabalho que não possuem nenhuma experiência por isso o tempo de trabalho dispendido tem sido muito grande. A falta de material também tem sido uma dificuldade, o fogão utilizado para a produção é da Linda-Flor e o dinheiro da bolsa foi de grande ajuda para que pudessem comprar os ingredientes para as bolachinhas. Por fim complementou que já foi a cidade para verificar uma possível compra do forno e da geladeira que são itens urgentes, de acordo com o dinheiro que foi disponibilizado pela CNBB.

Dália Amarela reforçou que o entendimento da burocracia, dos papéis, tem tido bastante dificuldade de acompanhar as regras definidas nos documentos, algumas vezes chegou a desistir, no entanto tem se esforçado, no dia anterior esteve na cidade para buscar o Alvará, mas não havia conseguido, devido ao tempo curto, no entanto estão firmes e fortes para não desanimar.

Nigella complementou que tudo que é novo assusta, mas que é preciso ter persistência para não desistir dos objetivos.

Magnólia citou que a creche “casa da criança” tem falado que as crianças não estão aceitando as bolachinhas produzidas por elas, no entanto, como os novos fornecimentos estão realizando os ajustes necessários para que haja a aprovação das crianças e da nutricionista do PNAE, de acordo com a exigências do uso adequado de açúcar. Comentou também que um morador do bairro, de muito conhecimento, disse que mesmo que as crianças não queiram as bolachinhas, no ano que vem as mulheres passarão a fornecer as bolachinhas para crianças mais velhas, ou seja, deixariam de fornecer para as crianças das creches.

A extensionista explicou que existem testes de aceitabilidade, e isso depende muito das cozinheiras do local. Por isso o paladar de um grupo pode ser bem diferente de outro, por isso que o papel da nutricionista é importante para fazer essa articulação da produção com os locais de que recebem os produtos.

Magnólia disse que a reclamação ocorre em todos os tipos de trabalho que elas realizam, pois são alvo de muito preconceito pela sociedade, como por exemplo o serviço de faxineira em que sofreu muito e somente pelo fato delas morarem na roça.

A extensionista explicou que o PNAE é um programa federal que garante o repasse financeiro para a escola e que esta deve servir a alimentação para os alunos por meio desse programa. Nesse caso a Prefeitura deve apresentar uma contrapartida para garantir a alimentação escolar e por isso o papel da nutricionista. Foi com a Constituição de 1988 em que as crianças passaram a receber a alimentação escolar, antes disso, a base alimentar era de comida enlatada. A partir de 2003, 2005 foi obrigatória a inserção de um nutricionista nessa dinâmica e a agricultura familiar passou a participar desse programa a partir de 2009 em um contínuo processo de valorização. Após a pausa do almoço coletivo, as mulheres realizaram a confraternização e a “amiga oculta”, conforme Figura 26.

Figura 26 - Último encontro do projeto de extensão. Itajubá-MG, 2018.



Fonte: Da autora (2018)

APÊNDICE II - RELATORIA DOS ENCONTROS - ANO 2019

Data: 12/06/2019 e 10/07/2019

Tema do 1º e 2º Encontro – Gestão Financeira

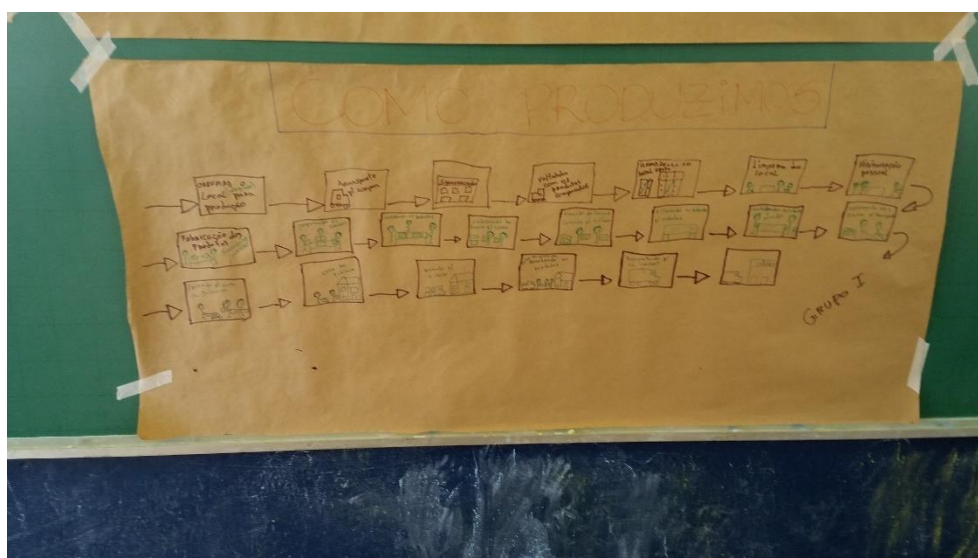
Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 105/2019.

Nestes encontros o tema da Gestão Financeira foi abordado pela bolsista extensionista para tratar da gestão financeira do grupo produtivo “mãos que cultivam carinho”, foram realizadas aulas teóricas, expositivas e práticas para melhor compreensão do grupo sobre o controle do fluxo de caixa. Foram abertos espaços de conversação entre elas para que analisassem, conjuntamente, todos os processos de produção.

O fluxo de caixa também foi trabalhando durante as aulas e isso ajudou ao grupo a atualizar seu registro de caixa. No segundo encontro representante Intecoop, entregou um caderno de registro de caixa para as mulheres realizarem a prática do que foi discutido nos espaços, ou seja, o controle do fluxo de caixa do grupo.

Todas as etapas foram pensadas, desde a produção até a comercialização para que as mulheres pudessem visualizar os gastos e os retornos financeiros. Aspectos da economia solidária foram tratados durante os treinamentos.

Figura 27 - Fotografia do detalhamento do processo de produção do grupo I. Itajubá-MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019)

Data: 14/08/2020

Tema do 3 ° Encontro – Técnicas de manipulação de alimentos

Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 105/2019.

Neste encontro a segurança alimentar foi teorizada e conduzida de forma expositiva. A extensionista informou sobre as doenças que podem ser transmitidas por alimentos e por microrganismos, bem como sobre a importância da higiene do trabalho e a manipulação adequada dos alimentos. Para a parte prática foi elaborado um manual de boas práticas pelo grupo que contou com o assessoramento da Intecoop.

Em seguida foi realizada uma oficina de culinária intitulada de “Cozinha Criativa” em que as mulheres foram convidadas a pensarem em suas casas sobre os alimentos que produziam na horta e que poderiam ser aproveitados em uma nova receita com a intenção de que esse novo produto pudesse ser aproveitado nas vendas para o PNAE e ou para encomendas.

O resultado da oficina foi bem saboroso e promissor, uma vez que, novas receitas foram descobertas com a produção de bolachinhas de beterraba, de erva cidreira e limão e de mandioquinha. As mulheres ficaram bem empolgadas e estimuladas a continuarem testando novos produtos para a comercialização.

Figura 28 - Bolachinhas enriquecidas com beterraba. Itajubá-MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019)

Figura 29 - Bolachinhas de limão com erva cidreira. Itajubá-MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019)

Data: 14/08/2020

Tema do 4 ° Encontro – Plantas Medicinais

Coordenação do dia: Extensionista aprovada no edital 105/2019 e farmacêutica da prefeitura.

O último encontro deste ano contou com a participação da farmacêutica da Prefeitura que tratou do assunto das plantas medicinais que, por meio de uma roda de conversa evidenciou a relação que as mulheres do bairro possuem no dia a dia mediante ao contato constante que possuem com esses tipos de plantas e, principalmente, sobre as experiências delas e de seus familiares no manuseio da poda até a preparação seja de chás ou de medicamentos.

Na condução do dia foi compartilhado com as mulheres a maneira adequada de se fazer chás e de uma pomada natural para cicatrização de feridas, que no caso foi um repelente natural e o óleo natural de camomila. Durante a conversação as mulheres do bairro rural Peroba resgataram memórias de suas experiências e das plantas nativas que eram disponíveis e as que desapareceram no bairro.

Figura 30 - Aula prática de elaboração de pomada natural para a cicatrização de feridas. Itajubá-MG, 2019.



Fonte: Da autora (2019)

APÊNDICE III – ROTEIRO DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO – DRP

Material:

1. Fita crepe para pregar o rio no chão.
2. 2 papéis Kraft recortado em 80cm x 20cm.
3. 4 cartolinas azuis.
4. 80 tarjetas coloridas, sendo no formato de peixinho.
5. Canetinhas coloridas, de ponta grossa – da cor preta e vermelha- total de 20 canetas.
6. Fotografias dos encontros realizados com as mulheres.
7. Pedras.
8. Relatoria.

Recomendações:

1. Ressaltar no início da Oficina que a discussão será feita para levantar dados para a dissertação de mestrado que propõe compreender se houveram mudanças na vida das mulheres com os projetos de extensão financiados pelo IFSULDEMINAS.
2. Que a discussão será norteada pela dinâmica do Rio do Tempo que vai ajudar a pensar na história e resgatar as lembranças da vida que corre como um rio, para que possamos discutir como que a passagem dos projetos trouxera mudanças na vida das mulheres por meio da simbologia do curso do rio da vida.

Metodologia:

Para um papel Kraft escrever a **primeira** pergunta NORTEADORA: Quais as contribuições dos dois projetos de extensão para o fortalecimento da identidade delas como agricultoras familiares?

Para o segundo papel Kraft escrever a **segunda** pergunta NORTEADORA: Quais as contribuições dos dois projetos de extensão para o fortalecimento do grupo de mulheres do bairro rural Peroba?

O rio é montado por meio das cartolinas azuis. É feita a entrega das tarjetas coloridas. As pedras serão utilizadas pelas mulheres para representar as dificuldades vivenciadas. As mulheres serão orientadas a escrever as suas impressões nas tarjetas. Será dado um tempo para colocar suas lembranças. (20 minutos).

Após esse tempo, as participantes serão convidadas a falar sobre as suas lembranças e começarão a montar o Rio, com a ajuda da facilitadora. Após colocada as impressões, todas vão se sentar em volta do rio e a facilitadora discorrerão as falas junto com a interação das mulheres para partilhar as impressões e aprendizados colhidos com o momento. Após finalizado esse momento pode ser feita a entrega das certificações. Cafezinho para interação social

APÊNDICE IV – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Houve alguma mudança na organização do trabalho dentro de casa a partir da sua participação no projeto? Quais?
2. Houve mudança na visão que sua família tem sobre seu trabalho a partir da sua participação no projeto?
3. Os projetos influenciaram de alguma forma no grupo de mulheres “Mãos que cultivam carinho” o qual você faz parte? De que forma?
4. Os projetos influenciaram a sua vida e de sua família?
5. Houve alteração na renda familiar a partir da sua participação nos projetos?
Como o projeto influenciou?
6. Você se considera uma agricultora familiar? A partir dos encontros do projeto essa identidade mudou?
7. Os projetos tiveram alguma influência no bairro como um todo?
8. Para você qual encontro que foi mais interessante? Por quê?
9. Em termos gerais de que forma você avalia a realização desses tipos de projeto?
10. Quais as dificuldades enfrentadas para participar dos projetos?

APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, Pâmela Hélia de Oliveira, inscrita no CPF: [REDACTED] convido as mulheres participantes dos dois projetos de extensão financiados pelo IFSULDEMINAS para participar voluntariamente da pesquisa de dissertação de mestrado vinculado ao programa Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, na Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

A presente pesquisa discutirá por meio de uma oficina de metodologia participativa, a ser realizada no dia 09 de janeiro de 2020 e uma entrevista semiestruturada, realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, com as participantes dos dois projetos para investigar *as mudanças nos papéis das pesquisadas no âmbito doméstico e público e as contribuições que os dois projetos de extensão financiados pelo IFSULDEMINAS entre 2018 e 2019 tiveram para o fortalecimento do grupo de mulheres e para o desenvolvimento da agricultura familiar.*

Informo que, em caso de desistência da sua participação durante o processo de execução da referida pesquisa, me coloco à disposição para que tenha a liberdade de solicitar a retirada do seu consentimento, independente do motivo ou razão. Esclareço que não ocorrerá qualquer tipo de despesa ou remuneração para a entrevistada. A análise e os resultados da pesquisa serão publicados e fotos tiradas durante a oficina e as entrevistas poderão ser inseridas de modo a retratar a realidade estudada. Para eventuais dúvidas e ou alterações você pode entrar em contato com a pesquisadora nos contatos que segue: pamela.oliveira@ifsudeminas.edu.br; telefone: 35 3449 6176 ou 35 9 9116 0621. Este termo apresenta duas vias, ambas assinadas pela pesquisadora e pelas mulheres participantes. Cada uma receberá uma via .

Itajubá, 09 de janeiro de 2020.

Pâmela Hélia de Oliveira (Pesquisadora)

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

A versão assinada encontra-se arquivada com a pesquisadora.